



OBJETIVOS DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

1 ERADICAÇÃO DA POBREZA	2 FOME ZERO E AGRICULTURA SUSTENTÁVEL	3 SAÚDE E BEM-ESTAR
4 EDUCAÇÃO DE QUALIDADE	5 IGUALDADE DE GÉNERO	6 ÁGUA POTÁVEL E SANEAMENTO
7 ENERGIA LIMPA E ACESSÍVEL	8 TRABALHO DECENTE E CRESCIMENTO ECONÔMICO	9 INDÚSTRIA, INovação E INFRAESTRUTURA
10 REDUÇÃO DAS DESIGUALDADES	11 CIDADES E COMUNIDADES SUSTENTAVEL	12 CONSUMO E PRODUÇÃO RESPONSÁVEIS
13 ACÃO CONTRA A MUDANÇA GLOBAL DO CLIMA	14 VIDA NA ÁGUA	15 VIDA TERRESTRE
16 PAZ, JUSTIÇA E INSTITUIÇÕES EFICAZES	17 PARCERIAS E MEIOS DE IMPLEMENTAÇÃO	

II RELATÓRIO DE ACOMPANHAMENTO DOS OBJETIVOS DO DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL (ODS) DO ESTADO DE SÃO PAULO



GOVERNO DO ESTADO
DE SÃO PAULO

II RELATÓRIO DE ACOMPANHAMENTO DOS OBJETIVOS DO DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL (ODS) DO ESTADO DE SÃO PAULO

Governo do Estado de São Paulo

Rodrigo Garcia
Governador

Presidente da Comissão Estadual ODS:

Cauê Macris

Secretário de Estado da Casa Civil

Coordenação do Relatório:

Ana Paula Fava

Coordenadora Executiva da Comissão Estadual para os ODS

Equipe técnica de elaboração do Relatório

Ana Paula Fava

Alex Vallone

Cassiana Montesão

Eduarda Lazari

Claudia Teixeira

Tatiana Mestres

Pilar Barreto

Manoela Miranda

Equipe de Apoio (duplas)

Bianca Mazzuchelli

Rafael Ganzeli Auad

Alex Vallone

Renata Gomes dos Santos

Tatiana Mestres

Tatiana Garofalo Collavini

Regina dos Anjos Fazioli

Luiza Gimenez Nonato

Edição: Onildo Cantalice e Joyce Moysés

Secretaria Especial de Comunicação

Cleber Mata

Secretário de Estado de Comunicação

Eduardo Pugnali

Secretário Executivo de Estado de Comunicação

Projeto gráfico e diagramação: Marcelo Costa Barros

Revisão: João Marcelo Gomes, Og Oliveira e Ana Carolina Mennella

Curadora do Acervo - Artístico Cultural dos Palácios do Governo de SP: Ana Cristina Carvalho

ÍNDICE

APRESENTAÇÃO.....	5	CIDADANIA NO CAMPO - MUNICÍPIO AGRO	60
SUMÁRIO EXECUTIVO	7	FEAP – SUBVENÇÃO ECONÔMICA PARA O DESENVOLVIMENTO DO AGRONEGÓCIO PAULISTA.....	62
INTRODUÇÃO	9	FROTA AGRO.....	64
HISTÓRICO DA IMPLEMENTAÇÃO DA AGENDA 2030 NO GOVERNO DE SÃO PAULO.....	11	PROGRAMA DE QUALIDADE DA ÁGUA DE CONSUMO HUMANO NO ESTADO DE SÃO PAULO – PROÁGUA.....	66
APRESENTAÇÃO DOS RELATOS.....	21	PROGRAMA DST/AIDS.....	68
METODOLOGIA DE TRABALHO (LINK).....	21	PROGRAMA TUBERCULOSE	70
CÂMARA PAZ	24	SISTEMA ESTADUAL DE VIGILÂNCIA EPIDEMIOLÓGICA DE DOENÇAS E GRAVOS NÃO TRANSMISSÍVEIS.....	72
CENTRO DE REFERÊNCIA E APOIO À VÍTIMA (CRAVI)	26	CAPACITAÇÃO E TREINAMENTO DE EDUCADORES E GESTORES PÚBLICOS EM TEMAS AMBIENTAIS	74
DETECTA.....	28	CENTRO DE FORMAÇÃO ESPORTIVA.....	76
PROGRAMA BEM ME QUER	30	ESCOLA DE MÚSICA DO ESTADO DE SÃO PAULO – EMESP TOM JOBIM	78
PROGRAMA EDUCACIONAL DE RESISTÊNCIA ÀS DROGAS E À VIOLENCIA – PROERD	32	FÁBRICAS DE CULTURA	82
PROGRAMA ESTADUAL DE PROTEÇÃO A VÍTIMAS E TESTEMUNHAS – PROVITA/SP.....	34	PROGRAMA DE MELHORIA DA CONVIVÊNCIA E PROTEÇÃO ESCOLAR – CONVIVA SP – ESCOLA MAIS SEGURA.....	84
PROJETO INTEGRAR – ESPECIALIZAÇÃO DE POLICIAIS CIVIS NO ATENDIMENTO DAS VÍTIMAS DE VIOLENCIA DOMÉSTICA E CRIMES SEXUAIS.....	36	PROJETO GURI	86
A ESCOLA CONTRA O ABUSO SEXUAL INFANTIL – GUIA DE ORIENTAÇÃO AOS PROFISSIONAIS DE ENSINO.....	38	APLICATIVO SOS MULHER.....	88
PROGRAMA DE PROTEÇÃO A CRIANÇAS E ADOLESCENTES AMEAÇADOS DE MORTE – PPCAAM.....	40	TODAS IN-REDE.....	90
AÇÃO IMPLEMENTAÇÃO DO CULTIVO DE HORTALIÇAS	42	PROGRAMA ARENA ESPORTIVA	92
CENTRO DE APOIO TÉCNICO À DELEGACIA DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA.....	44	BASE DE DADOS DOS DIREITOS DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA.....	94
CENTRO DE INTEGRAÇÃO DA CIDADANIA – CIC	46	CARAVANA DA INCLUSÃO	96
PROGRAMA ALTERNATIVAS PENais E INCLUSÃO SOCIAL – CEAPIS.....	48	ESCOLAS DE QUALIFICAÇÃO PROFISSIONAL	98
PROGRAMA DE ATENÇÃO AO EGRESO E FAMÍLIA – CAEF.....	50	INOVA EDUCAÇÃO	100
PROGRAMA DE CAPACITAÇÃO, APERFEIÇOAMENTO E EMPREGABILIDADE – PCAE.....	52	MEU EMPREGO – TRABALHO INCLUSIVO	102
PROJETO CONEXÃO FAMILIAR	54	MUSEU DA INCLUSÃO	104
CÂMARA PESSOAS	56	PRAÇA DA CIDADANIA	106
CESTAS VERDES – PROGRAMA DE AQUISIÇÃO DE ALIMENTOS (PAA).....	58	PROGRAMA DE GERAÇÃO E DISSEMINAÇÃO DE CONHECIMENTO – CURSO DE LIBRAS.....	108
PROGRAMA DE ATENÇÃO AO EGRESO E FAMÍLIA – CAEF.....	50	PROGRAMA VIDATIVA.....	110
PROGRAMA DE CAPACITAÇÃO, APERFEIÇOAMENTO E EMPREGABILIDADE – PCAE.....	52	PROJETO ATENDIMENTO SURDOCEGUEIRA	112
PROJETO CONEXÃO FAMILIAR	54	PROSPERA JOVEM	114
CÂMARA PESSOAS	56	SÃO PAULO ESCOLA DE TEATRO	116

TIME SÃO PAULO PARALÍMPICO	118	ROTAS TURÍSTICAS	180
CÂMARA PLANETA.....	120	SÃO PAULO INTERNACIONAL	182
INFRAESTRUTURA VERDE, RECURSOS HÍDRICOS E SANEAMENTO	122	VAGA CERTA	184
MONITORAMENTO DA QUALIDADE DAS ÁGUAS INTERIORES	124	APOIO AOS MUNICÍPIOS TURÍSTICOS – ESTÂNCIAS E MUNICÍPIOS DE INTERESSE TURÍSTICO (MIT).....	186
PROGRAMA NOVO RIO PINHEIROS	126	FOMENTO À HABITAÇÃO DE INTERESSE SOCIAL – CASA PAULISTA	188
PROGRAMA ONDA LIMPA.....	128	LINHA ÁGUA LIMPA.....	190
PROJETO RIO PINHEIROS – DESENOLVE SP	130	LINHA ECONOMIA VERDE – LEV	192
PROJETO TIETÊ.....	132	LINHA ILUMINAÇÃO PÚBLICA – LIP.....	194
COMPRAS PÚBLICAS SUSTENTÁVEIS – CPS	134	PROGRAMA DE DESENVOLVIMENTO DO VALE DO RIBEIRA.....	196
CONSUMO E PRODUÇÃO RESPONSÁVEIS.....	136	PROGRAMA DE OPERAÇÃO, CONSERVAÇÃO E SEGURANÇA DA MALHA RODOVIÁRIA ADMINISTRADA PELO DER.....	198
GESTÃO SUSTENTÁVEL DE RESÍDUOS SÓLIDOS.....	138	PROGRAMA DE RECUPERAÇÃO DE RODOVIÁRIAS ESTADUAIS	200
IMPLEMENTAÇÃO DA LOGÍSTICA REVERSA NO ESTADO DE SÃO PAULO	140	TRANSFORMANDO CIDADES.....	202
PROGRAMA DE GERENCIAMENTO DE RESÍDUOS SÓLIDOS GERADOS PELO GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO – R-GOV.....	142	EXPANSÃO, MODERNIZAÇÃO E OPERAÇÃO DO TRANSPORTE METROVIÁRIO – PITU EM MARCHA.....	204
ACORDO AMBIENTAL SÃO PAULO.....	144	EXPANSÃO, MODERNIZAÇÃO E OPERAÇÃO DO TRANSPORTE SOBRE TRILHOS – PITU EM MARCHA.....	206
CAPACITAÇÃO EM ADAPTAÇÃO ÀS MUDANÇAS CLIMÁTICAS DE AGENTES PÚBLICOS, SOCIEDADE CIVIL E COMITÉ DE BACIAS HIDROGRÁFICAS	146	PROVISÃO DE MORADIA.....	208
MITIGAÇÃO DE RISCOS E DESASTRES NATURAIS	148	REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA DE INTERESSE HABITACIONAL	210
LICENCIAMENTO AMBIENTAL E FISCALIZAÇÃO DE FONTES DE POLUIÇÃO E ATIVIDADES DEGRADADORAS.....	150	REQUALIFICAÇÃO HABITACIONAL E URBANA.....	212
PROGRAMA REFLORESTA-SP	152	MONITORAMENTO DA QUALIDADE DO AR.....	214
CONSERVAÇÃO, RECUPERAÇÃO E USO SUSTENTÁVEL DOS ECOSISTEMAS TERRESTRES E DE ÁGUA DOCE	154	EXPANSÃO, MODERNIZAÇÃO E GESTÃO DO TRANSPORTE DE BAIXA/MÉDIA CAPACIDADE – PITU EM MARCHA	216
CÂMARA PROSPERIDADE	156	PARCERIAS.....	218
BANCO DO POVO PAULISTA	158	PROJETO DE MODERNIZAÇÃO DA GESTÃO FISCAL NO ESTADO DE SÃO PAULO (PROFISCO II)	220
EMPREENDA RÁPIDO	160	PROGRAMA DE FORMAÇÃO EM OBJETIVOS DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL PARA GESTORES PÚBLICOS ESTADUAIS.....	222
INOVAÇÃO	162	PARCERIAS MUNICIPAIS	224
MEU EMPREGO	164	INFORMAÇÕES ESPACIAIS, DEMOGRÁFICAS, SOCIOECONÔMICAS E DA AÇÃO GOVERNAMENTAL.....	226
NOVOTEC	166	CONCLUSÃO.....	228
PROGRAMA CRÉDITO TURÍSTICO PRIVADO	168	ÍNDICE POR ODS.....	233
PROGRAMA DE IMPLEMENTAÇÃO DE SOLUÇÕES INOVADORAS PARA A ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA – IDEIAGOV.....	170	ÍNDICE POR ÓRGÃO / SECRETARIA.....	240
PROGRAMA DE INVESTIMENTO NO SETOR AUDIOVISUAL DE SÃO PAULO – PROAV SP	174		
PROGRAMA VALE DO FUTURO.....	176		

APRESENTAÇÃO

As Nações Unidas lançaram uma Agenda ambiciosa que pretende medir a qualidade de vida da população.

Na ocasião da Cúpula de Desenvolvimento Sustentável, realizada em setembro de 2015, na ONU, em Nova York, o Estado de São Paulo foi a voz oficial de todos os governos subnacionais (estados e municípios) do mundo, e este fato histórico trouxe ao governo um entendimento imediato da importância de assumir o compromisso de implementação da Agenda 2030 no território paulista.

Desde então, o governo tem agido ininterruptamente para institucionalizar a Agenda 2030, no sentido de promover o desenvolvimento sustentável nas suas três dimensões: social, ambiental e econômica e, dessa forma, torná-la uma Agenda de Estado, independentemente da gestão vigente.

Durante a pandemia da COVID-19 (2020-2021), os desafios sanitários, sociais e econômicos foram inúmeros. Com foco na ciência e nas instituições de pesquisa, o Governo do Estado segue na sua incessante luta pela vida, em primeiro lugar, por meio de seus programas de enfrentamento à pandemia.

O II Relatório de Acompanhamento dos Objetivos do Desenvolvimento Sustentável (ODS) do Estado de São Paulo (*II Voluntary Local Review*) foi elaborado pela Comissão Estadual para os ODS. O documento apresenta alguns dos principais programas do governo, relacionando-os com o Plano Plurianual (PPA) – importante instrumento de planejamento do estado – e com os ODS e suas metas globais.

Este relatório representa o avanço, ao longo dos anos, na disseminação, conscientização e engajamento dos gestores públicos nas mais diferentes áreas de atuação. Demonstra, portanto, o comprometimento do governo paulista com a aceleração dos ODS, na Década da Ação, que aproxima países, estados, municípios e Sociedade Civil na luta por um mundo melhor até 2030.

O Governo de São Paulo investe no Desenvolvimento Sustentável

Cauê Macris

Presidente da Comissão ODS
Secretário Chefe da Casa Civil



Hasteamento da bandeira ODS (Objetivos do Desenvolvimento Sustentável) no Palácio dos Bandeirantes, em 26/09/2016.

SUMÁRIO EXECUTIVO

O II Relatório de Acompanhamento dos Objetivos do Desenvolvimento Sustentável (ODS) do Estado de São Paulo pretende demonstrar o grau de comprometimento desta gestão (2019-2022) no processo de implementação da Agenda 2030, no território paulista, para que ela se torne uma Agenda de Estado, até 2030.

O Relatório está dividido em três partes: “Histórico de Implementação dos ODS no Governo de SP” ; Metodologia de trabalho, on-line, especialmente criada para o período de 2020-2021 que, compreendeu a deflagração e perpetuação da pandemia da COVID-19 e; “Conclusão”.

Importante destacar que este Relatório não pretende contemplar todos os programas do Governo, que são um número infinitamente maior dos que aqui mencionados. O objetivo primordial foi conscientizar os gestores públicos sobre uma Agenda internacional, ainda pouco conhecida pela maioria e, num segundo momento, engajar os membros da Comissão ODS que representam as Secretarias e alguns órgãos governamentais, além de seus colegas das instituições afins, numa atividade prática de como se estabelecer o diálogo entre as políticas públicas do governo de SP com os ODS e suas metas. O Relatório foi, portanto, elaborado a várias mãos, num grande esforço coletivo.



Reunião Inaugural da Comissão ODS (27/08/2019).

Mesa de abertura, da esquerda para a direita: Patricia Iglesias (presidente da CETESB); Marco Antônio Zago (presidente da FAPESP); Patricia Ellen (Ex-Secretária de Desenvolvimento Econômico); Antonio Carlos Rizeque Malufe (ex-presidente da Comissão ODS); Fabio Feldmann (ambientalista e deputado constituinte) e José Goldemberg (ex-reitor da Universidade de São Paulo).

INTRODUÇÃO

O I Relatório de Acompanhamento dos ODS do Estado de São Paulo, lançado em 2019, foi elaborado por alguns especialistas do governo, em parceria com a Fundação Sistema Estadual de Análise de Dados de São Paulo (SEADE) e a Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (FAPESP). Foi um trabalho de extrema importância por ter sido pioneiro no governo e por ter associado o Plano Plurianual 2016-2019 à Agenda 2030, relacionando alguns dos programas do governo aos ODS e às metas globais. Pouco tempo depois, esse documento foi reconhecido pelas Nações Unidas (ONU), como o *I Voluntary Local Review* do Estado de São Paulo, ou seja, o compromisso oficial do Governo de São Paulo na implementação da Agenda 2030. (Mais detalhes nos links <https://sdgs.un.org/topics/voluntary-local-reviews>, www.casacivil.sp.gov.br, www.seade.gov.br e www.fapesp.br.)

O II Relatório de Acompanhamento dos ODS do Estado de São Paulo apresenta um grande avanço na disseminação e implementação da Agenda 2030 no governo pois foi elaborado após a criação da Comissão ODS e teve a participação de representantes das suas 26 instituições membros, além de colegas das instituições afins ao longo do processo de elaboração do documento demonstrando, assim, o avanço na conscientização, engajamento e capacitação dos gestores públicos.

Enfrentamos três grandes desafios: 1) interno; 2) externo; e 3) global.

O primeiro grande desafio (interno) foi engajar os representantes membros das 26 instituições governamentais numa tarefa nova, complexa, que sensibilizasse a todos sobre a importância do tema. Para isso, foi necessário criar uma metodologia de trabalho – do setorial rumo à integração governamental – que permitisse elaborar um documento único que demonstrasse o comprometimento do Governo de São Paulo na implementação da Agenda 2030, como governo subnacional.

O segundo grande desafio (externo) foi tentar engajar os membros da Comissão da sociedade civil (setor privado e organização civil organizada) em diálogo com o governo paulista.

O terceiro desafio (global) foi a pandemia de COVID-19, que exigiu do Governo de São Paulo, assim como de todos os governos do mundo, uma série de medidas emergenciais e uma revisão dos programas e ações prioritárias para atender a uma crise sanitária sem precedentes. O Governo do Estado de São Paulo baseou-se na ciência e nas diretrizes da Organização Mundial da Saúde (OMS), sempre com foco na priorização da vida. Investiu maciçamente em tecnologia, pesquisa, parcerias e recursos humanos para o desenvolvimento da vacina CORONAVAC, pelo Instituto Butantan (www.butantan.gov.br), que tem atendido não só às necessidades de imunização da população do Estado de São Paulo, mas também, de todo o território brasileiro.

A Comissão Estadual ODS foi, pouco a pouco, se tornando um espaço de diálogo entre os seus membros, permitindo uma compreensão holística de como cada setor específico interage e contribui para o avanço do desenvolvimento sustentável do Estado de São Paulo e, consequentemente, com uma parcela significativa do desenvolvimento sustentável do Brasil e do mundo. Descreveremos, na metodologia de trabalho, como os programas do principal instrumento de planejamento do Governo, o Plano Plurianual (PPA), se relacionam com os ODS e as metas globais. Trata-se de um desafio constante para alcançar resultados econômicos, sociais e ambientais mais expressivos a cada dia.

Apesar de a Agenda 2030 não ser um compromisso compulsório, foi assinada por 193 países-membros da ONU, inclusive pelo Brasil, e é, atualmente, discutida na maioria dos governos e em todos os setores da sociedade. Implementá-la significa não só trazer benefícios para a sociedade local, mas, igualmente, para o próprio governo em termos de respeitabilidade, atração de investimentos e melhoria da qualidade de vida da sua população.

Assim, o Governo do Estado de São Paulo – com quase 46 milhões de habitantes, 1/3 do Produto Interno Bruto (PIB) do país, forte industrialização, expressivos investimentos em infraestrutura, excelência em pesquisa, universidades e capacitação profissional –, assumiu este compromisso voluntário durante a Cúpula de Desenvolvimento Sustentável da ONU, em 2015, o que nos insere no rol dos grandes atores do cenário internacional. Por meio da participação em fóruns internacionais de discussão e rede de governos subnacionais, o Governo do Estado de São Paulo potencializa suas possibilidades de troca de experiências e de ampliação de parcerias. Afinal, organismos multilaterais e investidores internacionais estão apostando em governos comprometidos com os principais eixos da Agenda 2030 (social, econômico e ambiental) e, aqueles que não o fizerem, tenderão a perder espaço no contexto global de desenvolvimento.

É, portanto, com enorme satisfação que apresentamos este relatório, elaborado conjuntamente por todos os membros da Comissão ODS. Acreditamos que ele poderá ser inspirador para outros governos subnacionais e locais no compromisso de implementação da Agenda 2030, com o objetivo de lutar por uma sociedade mais próspera e justa, que respeite os direitos humanos e o meio ambiente “sem deixar ninguém para trás”.

Boa leitura!

HISTÓRICO DA IMPLEMENTAÇÃO DA AGENDA 2030 NO GOVERNO DE SÃO PAULO

2015-2018

Em 2015, durante a Cúpula de Desenvolvimento Sustentável na ONU, em Nova York, 193 países assinaram o documento “Transformando o Nosso Mundo: A Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável” (www.agenda2030.com.br).

**Agenda 2030
(Declaração, 17 ODS e 169 metas)**
Assinada por 193 países na ONU, em 2015
“sem deixar ninguém para trás”



Nesta ocasião, o Governo do Estado de São Paulo não só participou, mas foi o representante oficial de todos os governos subnacionais dos países-membros da ONU. Este fato histórico trouxe ao governo um entendimento imediato da importância da implementação da Agenda 2030 para garantir o desenvolvimento sustentável no território paulista. No seu discurso, que deu voz aos governos subnacionais de todo o mundo, a então Secretaria de Estado de Meio Ambiente, Patrícia Iglesias afirmou:

“Representamos os governos subnacionais e locais, que são aqueles que estão mais perto dos seus cidadãos. Por meio de redes locais e subnacionais como ICLEI, Regions4 e UCLG temos nos engajado, há tempos, em discussões internacionais.... finalmente, enfatizo, a importância do envolvimento dos governos locais, em conjunto com os países, para apoiar a implementação desta ambiciosa Agenda e informar, com orgulho, que o Governo de São Paulo deu o seu primeiro passo ao assinar uma Resolução para planejar nossa estratégia de implementação subnacional!”.

Fonte: <https://youtu.be/STmriUF9TVQ>



A partir de 2015, portanto, o Governo do Estado de São Paulo iniciou suas ações para a implementação da Agenda 2030, com base na sensibilização de autoridades e gestores públicos, ações de educação e mensuração. Por meio de instrumentos legais, iniciou o processo de institucionalização da Agenda, com o objetivo de torná-la uma Agenda de Estado, independentemente da gestão vigente.

Resolução Conjunta Casa Civil/Secretaria de Meio Ambiente/Secretaria de Desenvolvimento Social-1, de 21 de setembro de 2015

“Constitui Grupo de Trabalho Intersecretarial com a finalidade de implementar os Objetivos do Desenvolvimento Sustentável no âmbito do Estado de São Paulo”.

Decreto 62.063, de 27 de junho de 2016 – Institui o Grupo de Trabalho Intersecretarial

“Constitui Grupo de Trabalho Intersecretarial – GTI com a finalidade de implementar os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável – ODS, aprovados na Cúpula das Nações Unidas sobre o Desenvolvimento Sustentável, ocorrida na sede da Organização das Nações Unidas – ONU, no período de 25 a 27 de setembro de 2015, no âmbito do Estado de São Paulo”.

Despacho do Secretário da Casa Civil, de 25 de julho de 2016, que indica a Assessora Especial para Assuntos Internacionais da Casa Civil, como coordenadora do Grupo de Trabalho Intersecretarial.

Decreto 63.792, de 9 de novembro de 2018

Cria a Comissão Estadual de São Paulo para os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável.

A Comissão Estadual para Objetivos do Desenvolvimento Sustentável

A Comissão é formada por um titular e um suplente de cada uma das 24 secretarias de estado, além de representantes de alguns órgãos do governo e membros da sociedade civil organizada. Foi estruturada com base nos 5Ps da ONU (Pessoas, Planeta, Prosperidade, Paz e Parcerias). Ela tem como corpo deliberativo das ações um Grupo de Apoio Técnico composto por membros do governo estadual com perfil técnico: Fundação Sistema Estadual de Análise de Dados (SEADE); Companhia Ambiental (CETESB); Secretaria da Fazenda e Planejamento (SEFAZ); Instituto de Pesquisas Tecnológicas (IPT); Companhia de Saneamento (SABESP); e Secretaria de Infraestrutura e Meio Ambiente (SIMA).

O primeiro passo da Comissão ODS, ao longo de 2020 e 2021, foi detectar os programas e metas prioritárias do governo associados às metas globais da ONU, por meio de uma metodologia de trabalho especificamente criada para este fim, descrita no capítulo II “Metodologia”. Tal trabalho foi a base fundamental para a elaboração deste relatório (II Relatório de Acompanhamento dos ODS do ESP), também definido como *II Voluntary Local Review* (ONU) do Estado de São Paulo.

Os 5 Ps da Agenda 2030 são:

- Paz
- Pessoas
- Planeta
- Prosperidade
- Parcerias

As secretarias e órgãos do governo foram alocados em subgrupos, de acordo com os 5 Ps, para melhor trabalhar os seus temas prioritários.

Câmara Temática Paz:

- Secretaria de Justiça e Cidadania
- Secretaria de Segurança Pública
- Secretaria de Administração Penitenciária
- Procuradoria Geral do Estado

Câmara Temática Pessoas:

- Secretaria de Desenvolvimento Social
- Secretaria dos Direitos da Pessoa com Deficiência
- Secretaria de Educação
- Secretaria de Esportes
- Secretaria da Saúde
- Secretaria de Cultura e Economia Criativa
- Secretaria de Governo/Fundo Social

Câmara Temática Planeta:

- Secretaria de Infraestrutura e Meio Ambiente
- Secretaria de Orçamento e Gestão
- SABESP
- CETESB
- Secretaria de Agricultura e Abastecimento
- Casa Militar e Defesa Civil

Câmara Temática Prosperidade:

- Secretaria de Desenvolvimento Econômico
- Secretaria de Desenvolvimento Regional
- Secretaria de Turismo e Viagens

- Secretaria de Habitação
- Secretaria de Logística e Transporte
- Secretaria de Transportes Metropolitanos
- Secretaria de Relações Internacionais
- Secretaria da Fazenda e Planejamento
- Instituto de Pesquisas Tecnológicas
- Desenvolve SP



Estrutura da Comissão Estadual para os ODS de São Paulo, organizada em relação aos 5 Ps da sustentabilidade

Parcerias e Meios de Implementação:

- Fundação SEADE

O tema de Parcerias e Meios de Implementação é um tema transversal que permite o diálogo entre todos os entes governamentais e a Sociedade Civil (setor privado, Academia e terceiro setor).

Paralelamente, a Comissão ODS está trabalhando, conjuntamente, com a Escola de Governo de SP na elaboração de um Curso ODS para gestores públicos e, com parceiros externos como, o Instituto de Relações Internacionais da Universidade de São Paulo, em estudos sobre o impacto dos microcréditos no desenvolvimento sustentável do Estado de SP (ODS 8), sobre as Políticas Públicas para a Mulher (ODS 5), nesta caso, com o apoio institucional da ONU Mulheres e, finalmente, na classificação das emendas parlamentares aos ODS.

Os instrumentos legais, anteriormente mencionados, e o apoio político dado pela Casa Civil – núcleo do Governo para o tema ODS – têm sido estratégicos para integrar e homogeneizar a linguagem entre os seus gestores públicos na implementação de suas ações e no importante entendimento de que somos todos um único governo, que deve trabalhar suas políticas públicas de forma integrada, em parceria com a sociedade civil, para que “ninguém seja deixado para trás”, conforme preconiza a Agenda 2030.

Podemos afirmar, portanto, que, se hoje, o Estado de São Paulo tem como um de seus principais pilares o Desenvolvimento Sustentável na elaboração de suas políticas públicas, tal fato se deve, em grande parte, ao acompanhamento e aos compromissos assumidos pelo governo face aos principais Acordos e Agendas Internacionais. Esse engajamento nos permitiu avançar rumo a uma governança que não só respeita o meio ambiente, mas que oferece prosperidade de forma inclusiva à sua população.

O Governo de São Paulo está em constante diálogo com as diferentes esferas de governos nacionais e internacionais com os quais compartilha suas experiências. Em função desta interlocução abrangente, tem sido respeitado, mundialmente, como um governo subnacional sério e comprometido com o Desenvolvimento Sustentável.

Paralelamente aos instrumentos legais, a então Assessoria Especial para Assuntos Internacionais, órgão máximo da área internacional do Governo do Estado de São Paulo até 2018, realizou, durante o período de 2016 e 2018, as primeiras ações de discussão sobre o tema. Ainda que isoladas, quando comparadas ao processo almejado de integração das políticas públicas, foram ações fundamentais por terem sido embrionárias e, dessa forma, parte importante do processo de implementação da Agenda 2030 no governo, que se consolidaria com a Criação da Comissão Estadual ODS.

Workshop de Desenvolvimento Sustentável e publicação de materiais da Agenda de Direitos Humanos (www.guiadoimigrante.sp.gov.br) e “O mundo que queremos” (www.seri.sp.gov.br).

Workshops sobre Desenvolvimento Sustentável, com Mauricio de Sousa e Prof. José Goldemberg- 10/11/2017



Foto inferior à direita: Ana Paula Fava (Coordenadora Executiva da Comissão Estadual para os ODS e ex-Assessora Especial para Assuntos Internacionais do Governo de SP), Mauricio de Sousa (cartunista) e Prof. José Goldemberg (ex-presidente da FAPESP).

Fonte: Arquivo da Secretaria de Relações Internacionais (www.seri.sp.gov.br).

O governo federal e os governos subnacionais

O governo federal criou a Comissão Nacional para os Objetivos do Desenvolvimento Sustentável (CNODS) como órgão de governança para internalizar, difundir e dar transparência ao processo de implementação da Agenda 2030 no Brasil, por meio do Decreto nº 8.892, de 27 de outubro de 2016. Entre 2016 e 2018, representantes da Secretaria Nacional de Articulação Social da Presidência da República foram bastante participativos e apoiaram o trabalho do Governo do Estado de São Paulo nas ações de implementação da Comissão Estadual ODS. Com o advento do Decreto nº 9.759, de 11 de abril de 2019, a CNODS foi extinta; e o diálogo com os governos estaduais não voltou a acontecer até o momento.

2019-2020

Decreto 64.124, de 8 de março de 2019

Fixa normas para a elaboração do Plano Plurianual 2020-2023.

Decreto 64.148, de 19 de março de 2019

Reorganiza a Comissão Estadual de São Paulo para os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável, criada pelo Decreto nº 63.792, de 9 de novembro de 2018.

Resolução Conjunta CC/ SDE – 1, de 26 de junho de 2019

Dispõe sobre a designação dos membros da Comissão Estadual de São Paulo para os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável.

A seguir, um quadro com todos os instrumentos de institucionalização:

Decretos e Resoluções:

Resolução Conjunta Casa Civil/Secretaria de Meio Ambiente/Secretaria de Desenvolvimento Social-1, de 21 de setembro de 2015

Decreto 62.063, de 27 de junho de 2016

Decreto 63.792, de 9 de novembro de 2018

Decreto 64.124, de 8 de março de 2019

Decreto 64.148, de 19 de março de 2019

Resolução Conjunta CC/ SDE – 1, de 26 de junho de 2019

Decreto 64.189, de 17 de abril de 2019

Decreto 64.462, de 11 de setembro de 2019

A partir de 2019, a governança sobre o tema dos ODS no governo estadual passa a ter um apoio político expressivo da Casa Civil, responsável pela articulação interna do governo e com o Legislativo. Esse fato foi fundamental para que a Comissão Estadual para os ODS iniciasse, na prática, seus trabalhos e os disseminasse entre os gestores públicos. A integração de diferentes instituições governamentais e a elaboração de relatórios que associam as ações do governo ao principal instrumento de planejamento (Plano Plurianual), aos ODS e suas metas globais deram impulso a esse tema na administração estadual, iniciando um novo processo de governança.

Com a criação da Secretaria de Relações Internacionais, em 2019, a Assessoria Especial para Assuntos Internacionais, ligada à Casa Civil foi extinta. Nesse mesmo ano, a Casa Civil assumiu a presidência da Comissão ODS e a Secretaria de Desenvolvimento Econômico, sua Secretaria Executiva.

A Secretaria da Casa Civil, que preside a Comissão ODS, exerce o papel de promover sinergias entre os órgãos para que a administração estadual trace estratégias conjuntas de implementação dos ODS. A Casa Civil também trabalha para inserir os ODS em outras frentes estratégicas de atuação do governo estadual.

Este esforço ocorre sob a forma de ações de comunicação e transparência para a sociedade, bem como a inserção dos ODS como quadro referencial para planos estaduais, políticas públicas setoriais e para o direcionamento de emendas parlamentares.

Seguem alguns destaques da atuação da Casa Civil para a promoção da Agenda 2030:

- Três edições do relatório **Impacto das Ações do Governo do Estado de São Paulo de enfrentamento à COVID-19 nos ODS**, em parceria com Secretaria de Relações Internacionais;
- **Relatório 10 Anos da Lei Paulista de Incentivo ao Esporte** – A contribuição do Esporte para o Desenvolvimento Sustentável do Estado de São Paulo, em parceria com Secretaria de Esportes;
- **Relatório Relatório sobre os impactos do Programa do Rio Pinheiros nos Objetivos do Desenvolvimento Sustentável** - uma parceria da Secretaria de Infraestrutura e Meio Ambiente, Companhia Ambiental de Saneamento Básico do Estado de São Paulo (SABESP);
- **Relatório das Ações, Projetos e Boas Práticas Sociais de instituições ligadas à Administração Pública;**
- **Classificação das emendas parlamentares aos ODS; e**
- **Lançamento do Concurso de Desenho “Agenda 2030 e os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável”**. Essa iniciativa foi realizada em 2020 pelo Governo do Estado de São Paulo para celebrar os 75 anos da ONU, sendo fruto da parceria entre as Secretarias da Casa Civil, de Educação, de Relações Internacionais e de Governo. O Acervo Artístico-Cultural dos Palácios também participou da organização e realizou a exposição virtual dos 20 desenhos vencedores, disponível em <http://www.acervo.sp.gov.br/concurso/index.html>.

Para se aprofundar sobre o histórico da Agenda 2030 no Estado de São Paulo, acesse a versão mais detalhada

aqui

APRESENTAÇÃO DOS RELATOS

Para os anos de 2020 – 2030, a ONU lançou a **“Década da Ação”**. Um período crucial para o sucesso dos ODS. Um curto tempo para alcançar um conjunto extenso e ambicioso de Objetivos e Metas. Além disso, o mundo está diante de novos desafios globais que fazem da Agenda 2030 tão mais difícil quanto necessária.

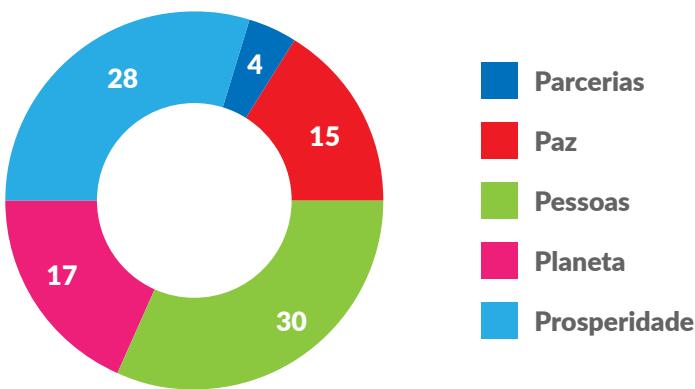
Diante desse cenário, o Governo do Estado de São Paulo entende que **a maior contribuição para os Objetivos do Desenvolvimento Sustentável neste momento é realizar ações concretas e consistentes**. Por isso, o foco deste relatório é a comunicação de relatos das políticas públicas e programas governamentais que o Estado de São Paulo tem implementado em diálogo com a Agenda 2030.

Constam **neste relatório apenas programas associados diretamente ao grupo de 25 metas eleitas como prioritárias pelas Câmaras Temáticas e pelo Grupo de Apoio Técnico** que a integram. Foi uma escolha metodológica que visa priorizar a comunicação dos temas escolhidos pela Comissão como foco da ação governamental.

No entanto, também buscamos levantar impactos indiretos desses programas sobre outras metas da Agenda 2030, com o objetivo de mostrar a integração dos ODS na atuação governamental. Para entender melhor como esses dados foram coletados e tratados, acesse a **metodologia de criação** do relatório [neste link](#).

O Gráfico 1 mostra o número de programas por cada P (Paz, Pessoas, Planeta, Prosperidade e Parcerias)

Gráfico 1 - Quantidade de Programas por “Ps”



É importante notar que, apesar de o tema Parcerias e Meios de Implementação ter apenas 4 programas diretamente associados, não significa que o ODS 17 – “Parcerias e Meios de Implementação” esteja sendo negligenciado. Pelo contrário, observa-se nos relatos dos programas que, para atender as metas ODS prioritárias, os órgãos estaduais utilizaram amplamente mecanismos de parcerias, tanto com a sociedade civil como com o setor privado. São parcerias público-privadas (PPPs), concessões, contratos de gestão, convênios e outras formas de parcerias utilizadas em favor da promoção do desenvolvimento sustentável.

A Comissão identificou que inúmeros programas foram afetados pela pandemia de COVID-19. Logo, a utilização de parcerias e a preocupação com o uso responsável e eficiente dos meios de implementação são ainda mais importantes para o sucesso do desenvolvimento sustentável no contexto desafiador imposto pela pandemia.

Além de atender às metas ODS priorizadas pela Comissão Estadual, os programas contidos neste relatório também contribuem de forma indireta para **47** outras metas da Agenda 2030, **totalizando 68 metas impactadas, o que corresponde a 40% das metas de Desenvolvimento Sustentável da ONU.**

Organizamos os relatos de programas de acordo com a Câmara Temática e meta prioritária diretamente atendida. Em cada um dos capítulos, você, leitor, poderá conhecer os programas do Governo do Estado de São Paulo que atendem a cada meta prioritária e acessar informações gerais sobre as ações implementadas. Além disso, disponibilizamos o portal de consulta às despesas públicas dos programas no SIGEO - BI que pode ser consultado [aqui](#).

PESSOAS



Erradicar todas as formas de
pobreza e de fome e garantir
dignidade e equidade

PLANETA

Proteger os recursos
naturais e o clima
do nosso planeta
para as gerações
futuras

Desenvolvimento Sustentável

PARCERIAS

Implementar a agenda
por meio de uma
parceria global sólida



PAZ

Promover sociedades
pacíficas, justas e
inclusivas



PROSPERIDADE

Garantir vidas
prósperas e plenas,
em harmonia com
a natureza



CÂMARA PAZ



Djanira da Motta e Silva. Festa do Divino em Parati, 1962. Óleo sobre madeira. Acervo Artístico - Cultural dos Palácios do Governo.

A Câmara Paz é composta pelo ODS 16 – Paz Justiça e Instituições Eficazes. Aborda a necessidade de “Promover sociedades pacíficas e inclusivas para o desenvolvimento sustentável, proporcionar o acesso à Justiça para todos e construir instituições eficazes, responsáveis e inclusivas em todos os níveis”.



Metas prioritárias da Câmara Temática Paz

Meta 16.1	Reducir significativamente todas as formas de violência e as taxas de mortalidade relacionada em todos os lugares.
Meta 16.2	Acabar com abuso, exploração, tráfico e todas as formas de violência e tortura contra crianças.
Meta 16.3	Promover o Estado de Direito, em nível nacional e internacional, e garantir a igualdade de acesso à Justiça para todos.
Meta 16.4	Até 2030, reduzir significativamente os fluxos financeiros e de armas ilegais, reforçar a recuperação e devolução de recursos roubados e combater todas as formas de crime organizado.
Meta 16.5	Reducir substancialmente a corrupção e o suborno em todas as suas formas.

Este capítulo contém **15 programas**, executados por **4 órgãos** de modo a atingir **3 metas ODS** de maneira direta e **2 metas ODS** de maneira indireta.

CENTRO DE REFERÊNCIA E APOIO À VÍTIMA (CRAVI)

SECRETARIA DA JUSTIÇA E CIDADANIA – SJC



Meta 16.1: Reduzir significativamente todas as formas de violência e as taxas de mortalidade em todos os lugares.

Localização no PPA:

Programa **1730**

Produto **639**

Ação **6202**

Metas impactadas indiretamente:

Não identificadas

Links:

<https://justica.sp.gov.br/index.php/coordenacoes-e-programas/centro-de-referencia-de-apoio-a-vitima/>

<https://www.justica.sp.gov.br/index.php/coordenacoes-e-programas/integracao-da-cidadania-cic/>

O QUE É

O CRAVI foi criado em 1998 para dar apoio gratuito às vítimas de violência fatal, diretas ou indiretas. Para tanto, o programa oferece atendimento psicológico, social e jurídico, e contribui para a articulação de redes de vítimas. Também realiza atividades de educação em direitos humanos, com foco na prevenção à violência. Portanto, por meio de uma abordagem multidisciplinar, o CRAVI objetiva à reinserção familiar e social e ao restabelecimento da garantia de direitos das vítimas e seus familiares.

O CRAVI está articulado com uma rede de organizações parceiras, tanto governamentais como não governamentais, com as quais se referencia e contra referencia e promove a divulgação dos seus serviços. O programa é executado de três formas: 1) diretamente pela Secretaria da Justiça e Cidadania, na unidade situada no Fórum Criminal da Barra Funda (São Paulo – SP); 2) indiretamente por meio de termos de colaboração com organizações da sociedade civil, nas unidades localizadas nos municípios de Suzano, São Vicente, Santos e Araçatuba; e 3) por meio de termo de convênio com a Prefeitura Municipal na unidade de Barueri. O atendimento jurídico é oferecido por meio de parceria com a Defensoria Pública Estadual e com o Ministério Público Estadual.

RESULTADOS

Em 2019, foram contabilizados 2.486 triagens, acolhimentos e atendimentos. O número é considerado um recorde e representa crescimento de 76% em relação a 2018, quando registrou 1.406 casos. A violência sexual foi a ocorrência predominante, seguida de homicídio e tentativa de feminicídio. A maioria dos casos foi encaminhada ao CRAVI pelo Ministério Público do Fórum da Barra Funda, por usuários ou ex-usuários do programa.

Na atividade de educação em direitos humanos, em 2019, foram capacitados 2.213 profissionais nas oficinas mensais realizadas pelo CRAVI, incremento de 104% em comparação com 2018, quando foram feitas 1.080 capacitações.



DETECTA

SECRETARIA DE SEGURANÇA PÚBLICA - SSP



Meta 16.1: Reduzir significativamente todas as formas de violência e as taxas de mortalidade relacionada em todos os lugares.

Localização no PPA:

Não identificada

Metas impactadas indiretamente:

Não identificadas

Link:

<http://www.ssp.sp.gov.br/>

O QUE É

Em constante evolução, o Sistema Detecta foi lançado, em 2014, pela Secretaria de Segurança Pública do Estado de São Paulo. A solução foi desenvolvida para integrar e disponibilizar, em uma plataforma Web, grande volume de informações relacionadas à segurança pública. As pesquisas são realizadas com velocidade e variedade, acessando diversos bancos de dados estruturados e não estruturados. Dessa forma, possibilita acesso a informações úteis para auxiliar rapidamente a tomada de decisão pelos agentes operadores de segurança (polícias militar, civil e técnico-científica...) nos níveis estadual e municipal.

Muito mais do que um sistema de monitoramento inteligente, o Sistema Detecta é o maior big data (conjunto de informações armazenadas) da América Latina. Ele integra bancos de dados das polícias paulistas, como os registros de ocorrências, banco de dados de criminosos com arquivo fotográfico (Fotocrim), cadastro de pessoas procuradas e desaparecidas, dados do Departamento Estadual de Trânsito (Detran), registro de veículos furtados, roubados e clonados, entre outros.

Além disso, a Secretaria da Segurança Pública firmou vários convênios e acordos de cooperação com municípios e entidades privadas sem fins lucrativos, que fornecem imagens das câmeras de videomonitoramento e leitores automáticos de placas.

RESULTADOS

Ao longo dos anos, o Sistema Detecta tornou-se cada vez mais indispensável para a elaboração do planejamento operacional e para a resolução de crimes na área de segurança pública. Desde o início de

sua implantação em 1994, o Detecta apresenta números expressivos, com a média diária de 9 mil acessos ao sistema, que disponibilizou as seguintes consultas:

- 58 milhões de Registros Civis;
- 23 milhões de Registros CNH (Carteira Nacional de Habilitação);
- 6 milhões de Registros Criminais;
- 140 mil pessoas desaparecidas;
- 39 milhões de registros de ocorrência via 190;
- 18 bilhões de Leitura de Placas;
- 36 milhões de Boletins de Ocorrência;
- 32 milhões de Registros de Veículos; e
- 3 milhões de Queixas (Roubo e Furto) de Registros de Veículos.



PROGRAMA BEM ME QUER

SECRETARIA DE SEGURANÇA PÚBLICA – SSP



Meta 16.1: Reduzir significativamente todas as formas de violência e as taxas de mortalidade relacionada em todos os lugares.

Localização no PPA:

Não identificada

Metas impactadas indiretamente:

Não identificadas

Links:

<http://www.ssp.sp.gov.br/>

www4.policiamilitar.sp.gov.br/unidades/dpcdh/index.php/proerd-2/

O QUE É

O Programa Bem Me Quer foi criado em 2001, pelo Decreto nº 46.369. Sob a coordenação da Secretaria de Segurança Pública, atualmente o programa consiste em uma parceria entre esta secretaria e a Secretaria de Saúde do Estado de São Paulo. O público-alvo são meninos até 14 anos de idade e mulheres (de qualquer idade) vítimas de violência sexual.

O programa propicia, gratuitamente, um atendimento digno, acolhedor, completo e precoce do ponto de vista pericial e assistencial às vítimas de violência sexual. Dessa forma, facilita a identificação de vestígios e uma possível autoria do crime, além de prevenir doenças e gravidez. Também oferece suporte psicológico, com a finalidade de minimizar os danos sofridos e auxiliar no resgate da dignidade da vítima e, assim, combater a subnotificação dos casos.

Para tanto, o Programa Bem Me Quer aloca equipe de profissionais dentro de um hospital, propiciando em um único local todo o atendimento necessário, como médico legal, médico assistencial e ambulatorial, social e psicológico. Esse atendimento especial e integrado do programa permite que, após noticiar o crime em uma delegacia, as vítimas sejam levadas, em veículos próprios do programa, diretamente ao hospital, para realização de exame de corpo de delito, exame médico para detecção de possíveis doenças contagiosas, entre outros serviços.

RESULTADOS

Desde a sua criação, o Programa Bem Me Quer já realizou mais de 50.000 atendimentos. O programa serve de referência para o atendimento as vítimas de violência sexual de outros estados do Brasil.

Além disso, o Programa Bem Me Quer tem o reconhecimento internacional, sendo eleito em 2014 pelo Banco Mundial como a melhor iniciativa na categoria “violência de gênero” da América Latina e Caribe. Coroando esse processo, recebeu visitas de autoridades internacionais, como a Rainha Silvia da Suécia.



PROGRAMA EDUCACIONAL DE RESISTÊNCIA ÀS DROGAS E À VIOLENCIA – PROERD

SECRETARIA DE SEGURANÇA PÚBLICA – SSP



Meta 16.1: Reduzir significativamente todas as formas de violência e as taxas de mortalidade relacionada em todos os lugares.

Localização no PPA:

Não identificada

Metas impactadas indiretamente:

Não identificadas

Links:

<http://www.ssp.sp.gov.br/>

www4.policiamilitar.sp.gov.br/unidades/dpcdh/index.php/proerd-2/

O QUE É

O Programa Educacional de Resistência às Drogas e à Violência (PROERD) tem como objetivo prevenir o uso e abuso de drogas por crianças e adolescentes, por meio da orientação e conscientização dos efeitos provocados pela dependência de substâncias químicas, lícitas ou ilícitas. O PROERD foi implantado em 1993, com a primeira turma de instrutores formada na Academia de Polícia Militar do Barro Branco (APMBB). Foi aplicado de maneira pioneira em escolas estaduais da zona norte de São Paulo e no Colégio da Polícia Militar – Unidade Centro. Em 2002, se tornou institucional em todas as Polícias Militares do Brasil, sendo que São Paulo atuou na expansão do programa em todos os estados brasileiros.

A ONG norte americana Drug Abuse Resistance Education (Educação para Resistir ao Abuso de Drogas) – D.A.R.E. International – é o órgão regulador responsável pela disseminação do programa de prevenção DARE em 52 países. O nome PROERD foi adotado no Brasil e o currículo vigente atualmente é o Keeping It Real (Caindo na Real). Em 2017, após um rigoroso processo, o D.A.R.E. Internacional renovou a certificação que autoriza a Polícia Militar a formar novos instrutores PROERD.

O PROERD trabalha em conjunto com o trinômio: Polícia Militar, Família e Escola. Para tanto, foi feita parceria com a Secretaria da Educação, por meio de um Termo de Cooperação Técnica. No programa são trabalhadas habilidades como comunicação, resistência, responsabilização, crenças do senso comum, competência social, tomada de decisões e pensamento crítico. Há ainda um curso que visa fornecer aos pais informações e desenvolvimento de aptidões de como orientar seus filhos sobre essas questões.

RESULTADOS

O resultado esperado do programa é beneficiar o maior número de crianças e adolescentes da rede de ensino para que tenham conhecimentos e habilidades para resistirem ao uso de drogas e ao envolvimento com a violência.

Ao longo de 26 anos de existência no Estado de São Paulo, o programa atendeu um total de 10.769.245 crianças. O PROERD foi premiado em 2004 com o Prêmio Racine, em sua sétima edição. Em 2011, recebeu o Prêmio Jovem Cidadão, na sua décima edição. Em 20 de maio de 2013, foi instituído o Dia do PROERD em sessão solene na Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo.



PROGRAMA ESTADUAL DE PROTEÇÃO A VÍTIMAS E TESTEMUNHAS – PROVITA/SP

SECRETARIA DA JUSTIÇA E CIDADANIA – SJC



Meta 16.1: A) Reduzir significativamente todas as formas de violência e as taxas de mortalidade relacionada em todos os lugares. B) Garantir a segurança das vítimas e testemunhas ameaçadas, visando a produção de prova no processo criminal. C) Reinsersão social segura e cidadã do protegido.

Localização no PPA:

Programa 1730

Produto 646

Ação 4987

Metas impactadas indiretamente:

Não identificadas

Links:

<https://justica.sp.gov.br/index.php/coordenacoes-e-programas/programa-estadual-de-protecao-a-vitimas-e-testemunhas-provita/>

<https://www.justica.sp.gov.br/index.php/coordenacoes-e-programas/integracao-da-cidadania-cic/>

O QUE É

O PROVITA/SP é um instrumento atuante de acesso à Justiça e combate à impunidade no Estado de São Paulo. Foi instituído pelo Decreto do Estado de São Paulo nº 44.214/1999, que regulamentou a Lei Federal nº 9.807/1999, o qual tem como base a garantia dos direitos humanos e a produção de prova no processo ou procedimento criminal.

A legislação que criou o programa prevê que ele será implementado por meio de convênio entre o governo federal e os governos estaduais, que, por sua vez, escolhem uma organização da sociedade civil que executa as atividades de proteção, como atendimento social, psicológico e outros serviços.

O PROVITA/SP é formado por um Conselho Deliberativo, composto por representantes de organizações tanto da sociedade civil quanto do poder público. A Secretaria da Segurança Pública (SSP) e o Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos (MMFDH) cofinanciam o PROVITA/SP juntamente com a Secretaria da Justiça e Cidadania (SJC). O programa atua em estreita parceria com os órgãos do sistema de Justiça – Tribunal de Justiça do Estado, Ministério Público Estadual, Defensoria Pública Estadual e as Polícias Civil e Militar.

O Conselho Deliberativo decide quem será inserido ou não no programa, bem como gerencia a verba empenhada na proteção. O Órgão Executor, a quem cabe a operacionalização do programa, atua por meio de uma equipe técnica interdisciplinar especializada, composta por psicólogos, advogados, assistentes sociais e assistentes operacionais.

RESULTADOS

Desde sua criação, o PROVITA/SP já logrou a proteção de mais de 2 mil pessoas, não havendo registro de caso de perda de pessoas ou familiares protegidos.

Em 2019, o PROVITA/SP teve, em média, 71,75 pessoas protegidas e 30 casos de proteção.



PROJETO INTEGRAR – ESPECIALIZAÇÃO DE POLICIAIS CIVIS NO ATENDIMENTO DAS VÍTIMAS DE VIOLÊNCIA DOMÉSTICA E CRIMES SEXUAIS

POLÍCIA CIVIL – SECRETARIA DE SEGURANÇA PÚBLICA – SSP



O QUE É

O Projeto Integrar foi criado em 12 de janeiro de 2017 por meio de parceria entre a Secretaria da Segurança Pública e o Ministério Público do Estado de São Paulo. O projeto tem por objetivo promover o aperfeiçoamento dos policiais civis sobre aspectos jurídicos e socioculturais que envolvem a violência doméstica e familiar contra as mulheres e o seu enfrentamento por meio da aplicação da Lei 11.340/2006 (Lei “Maria da Penha”).

Inicialmente, o projeto envolveu os policiais civis em exercício no Departamento de Polícia Judiciária da Capital (DECAP), sendo expandido para o Interior do Estado de São Paulo (DEINTERs), nas regiões de Santos, Campinas, Sorocaba, São José dos Campos, e Grande São Paulo (DEMACRO). Todas as Delegacias Seccionais de Polícia da Capital foram envolvidas, incluindo as Delegacias de Polícia de base territorial e as Delegacias de Defesa da Mulher. Fato que também aconteceu nas demais regiões. Cabe destacar que os policiais civis participantes do curso atuam como agentes multiplicadores ao retornar às suas unidades de origem.

O conteúdo do curso envolve aulas teóricas e práticas a cargo dos professores da Academia de Polícia (Acadepol) e dos representantes do Ministério Público. As aulas teóricas abordam aspectos sociais, culturais e históricos relacionados à violência doméstica e familiar, assim como aspectos jurídicos da Lei “Maria da Penha”. As aulas práticas, por sua vez, consistem em dinâmicas de atendimentos de casos de violência doméstica, em que o aluno policial é colocado como vítima de violência e busca uma Delegacia de Polícia para registro da ocorrência.

Meta 16.1: Reduzir significativamente todas as formas de violência e as taxas de mortalidade relacionada em todos os lugares.

Localização no PPA:

Não identificada

Meta impactada indiretamente:

5.2

Links:

<http://www.ssp.sp.gov.br/>

<https://www.policiacivil.sp.gov.br/portal>

RESULTADOS

Segundo pesquisa de satisfação realizada ao final do curso em todas as regiões onde foi aplicado, 93% das vítimas consultadas consideraram o atendimento excelente/ótimo/bom. Foram obtidos, ainda, os seguintes resultados:

- 89% dos policiais civis participantes aprovaram, de modo geral, o curso;
- 83% aprovaram o conteúdo da capacitação;
- 34% avaliaram que o contato com a Rede de Atendimento é esporádico e 18% conceituaram de modo geral esse contato como insatisfatório/confliituoso;
- 65% afirmaram que o conteúdo apresentado mudou o entendimento sobre violência doméstica e familiar contra as mulheres; e
- 60% apontaram que o conteúdo abordado modificará o jeito de atender as vítimas.



A ESCOLA CONTRA O ABUSO SEXUAL INFANTIL – GUIA DE ORIENTAÇÃO AOS PROFISSIONAIS DE ENSINO

SECRETARIA DE SEGURANÇA PÚBLICA – SSP



Meta 16.2: Acabar com abuso, exploração, tráfico e todas as formas de violência e tortura contra crianças.

Localização no PPA:

Não identificada

Metas impactadas indiretamente:

Não identificadas

Links:

<http://www.ssp.sp.gov.br/>

<https://www.educacao.sp.gov.br/>

O QUE É

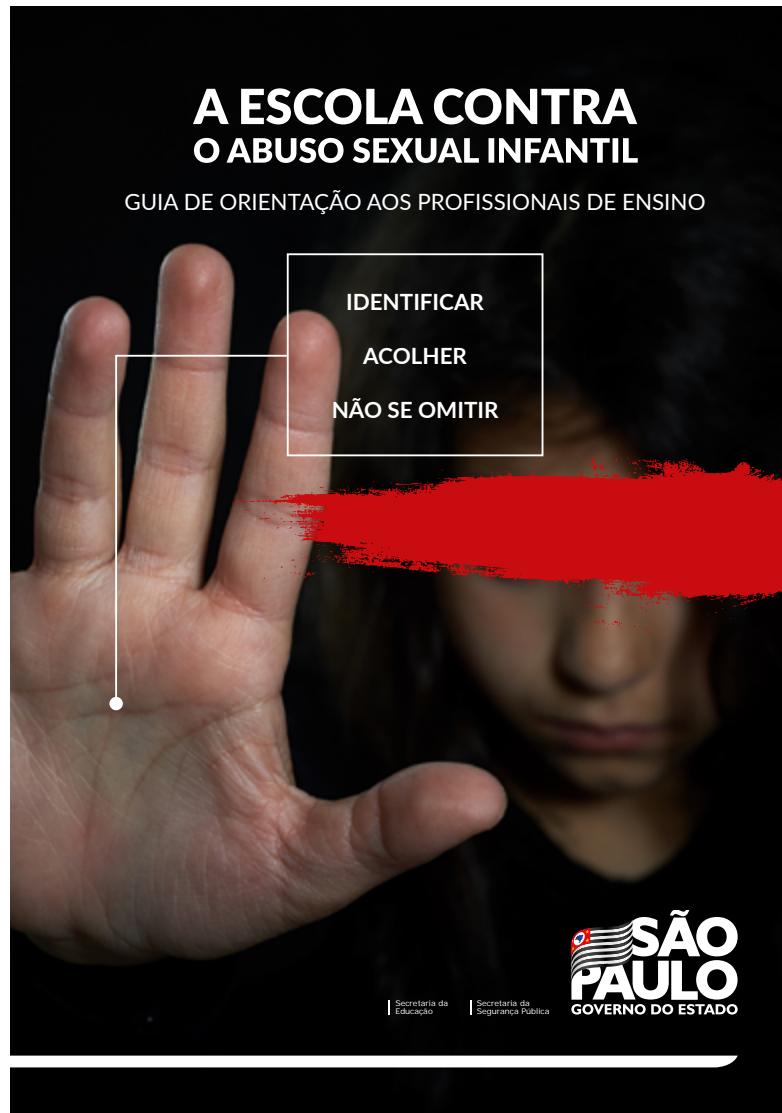
O Guia de Orientação aos Profissionais de Ensino é resultado de uma parceria firmada, em agosto de 2018, entre a Secretaria de Estado da Educação (SEE) e a Secretaria de Segurança Pública (SSP). Na ocasião foi assinado termo de cooperação objetivando a integração e a cooperação dos participes por meio do compartilhamento de estudos e relatórios sobre estupros de vulneráveis registrados no Estado de São Paulo. E, assim propiciar a criação e a difusão de um guia de orientação e procedimentos aos profissionais da Secretaria da Educação para melhor compreensão sobre o tema, o correto encaminhamento e a adoção de providências legais diante da notícia do crime recebida durante as atividades de ensino. A SSP oferece a orientação e apoio e a SEE atua diretamente com as crianças e adolescentes.

Elaborado em formato digital, o Guia de Orientação ficou pronto em julho de 2019 e, em agosto do mesmo ano foi divulgado internamente na Secretaria da Educação para a preparação dos profissionais de ensino sobre o seu conteúdo. Na Secretaria da Educação, o tema está inserido no Programa de Melhoria da Convivência e Proteção Escolar (CONVIVA SP).

RESULTADOS

Espera-se que o profissional da educação identifique, acolha e não se omita diante de uma criança ou adolescente que lhe relate alguma forma de abuso sexual que tenha sofrido ou que esteja sofrendo. Esse profissional deve ser orientado a não revitimizar o aluno, ter uma postura técnica, mas acolhedora e a comunicar os fatos às autoridades policiais.

Ainda não há resultados concretos do Guia de Orientação, uma vez que ele foi divulgado internamente na Secretaria da Educação para a preparação dos profissionais no segundo semestre de 2019 e, o ano letivo em 2020 foi paralisado no início pela pandemia da COVID-19.



PROGRAMA DE PROTEÇÃO A CRIANÇAS E ADOLESCENTES AMEAÇADOS DE MORTE – PPCAAM

SECRETARIA DA JUSTIÇA E CIDADANIA – SJC



Meta 16.2: Acabar com abuso, exploração, tráfico e todas as formas de violência e tortura contra crianças.

Localização no PPA:

Programa **1730**

Produto **645**

Ação **6204**

Metas impactadas indiretamente:

Não identificadas

Links:

<https://www.justica.sp.gov.br/index.php/coordenacoes-e-programas/integracao-da-cidadania-cic/>

<https://justica.sp.gov.br/index.php/coordenacoes-e-programas/programa-de-protecao-a-criancas-e-adolescentes-ameacados-de-morte-em-sao-paulo-ppcam/>

O QUE É

O Programa de Proteção a Crianças e Adolescentes Ameaçados de Morte do Estado de São Paulo (PPCAAM/SP) foi criado em 2012. Gerido pela Secretaria da Justiça e Cidadania, é um instrumento de combate à violência letal contra crianças e adolescentes e, excepcionalmente, jovens adultos de até 21 anos, se egressos do sistema socioeducativo. Baseado na proteção integral e nos demais princípios do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), o programa destina-se a situações de risco à vida, haja ou não situação de vulnerabilidade.

O programa é regido por um Conselho Gestor, com a participação de representantes de outros órgãos governamentais. O PPCAAM é executado por uma organização da sociedade civil com a qual a Secretaria da Justiça e Cidadania mantém um termo de colaboração. O programa é custeado com recursos financeiros do Governo do Estado de São Paulo e do Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos (MMFDH, por meio de um termo de convênio com esse órgão federal. O MMFDH é responsável pela orientação metodológica aos PPCAAM estaduais.

O PPCAAM mantém uma estreita parceria com os órgãos integrantes do Sistema de Garantia dos Direitos da Criança e do Adolescente: área da família do adolescente do Poder Judiciário, do Ministério Público Estadual e da Defensoria Pública; conselhos de defesa dos direitos da criança e do adolescente; e conselhos tutelares.

RESULTADOS

Espera-se com o PPCAAM preservar a vida de crianças, adolescentes ou jovens expostos a grave ameaça, e seus familiares, no Estado de São Paulo.

O programa realizou 4.928 atendimentos em 2019. Desde sua criação, o PPCAAM nunca teve perdas de criança, adolescente ou familiar protegidos.



AÇÃO IMPLEMENTAÇÃO DO CULTIVO DE HORTALIÇAS

SECRETARIA DA ADMINISTRAÇÃO PENITENCIÁRIA – SAP



Meta 16.3: Promover o Estado de Direito, em nível nacional e internacional, e garantir a igualdade de acesso à Justiça para todos.

Localização no PPA:

Programa **3813**

Produto **687**

Ação **6141**

Meta impactada indiretamente:

2.1

Link:

<http://www.sap.sp.gov.br/>

O QUE É

O programa visa implementar o cultivo da horta orgânica nas unidades prisionais que possuem a estrutura adequada no Estado de São Paulo. Para tanto, utiliza mão de obra prisional, com a finalidade educativa e produtiva, propiciando aos sentenciados condição de cumprimento de penas associada ao aprendizado.

Dessa forma, o programa colabora na remição da pena e os capacita profissionalmente. Além disso, os mantêm ocupados, ajudando-os a diminuir a ansiedade.

Sob orientação de servidores, os sentenciados executam os trabalhos diariamente, promovendo a reintegração social e a conscientização e o respeito ao meio ambiente e à sociedade.

RESULTADOS

Entre os resultados, o programa promove a remição de pena dos sentenciados e os capacita profissionalmente para o trabalho da produção agrícola. Dessa maneira, fortalece o processo de recuperação dos indivíduos privados de liberdade, reduzindo a reincidência.

Além disso, estabelece um meio de comunicação entre reeducandos(as) e as pessoas devidamente cadastradas no rol de visitas.



CENTRO DE APOIO TÉCNICO À DELEGACIA DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA

SECRETARIA DOS DIREITOS DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA



Meta 16.3: Promover o Estado de Direito, em nível nacional e internacional, e garantir a igualdade de acesso à Justiça para todos.

Localização no PPA:

Programa **4700**

Produto **1315**

Ação **2702**

Metas impactadas indiretamente:

Não identificadas

Link:

<http://violenciaedeficiencia.sedpcd.sp.gov.br>

O QUE É

Criado em 2014, o Centro de Apoio Técnico visa apoiar a Delegacia de Polícia da Pessoa com Deficiência (DPPD) no atendimento de ocorrências envolvendo pessoas com deficiência (física, auditiva, visual, surdocegueira, intelectual, deficiências múltiplas e transtornos) vítimas de violência. É uma parceria entre a Secretaria dos Direitos da Pessoa com Deficiência e a Secretaria de Segurança Pública do Estado de São Paulo.

O objetivo do Centro de Apoio Técnico é prevenir e investigar crimes contra a pessoa com deficiência, além de receber, concentrar e difundir dados sobre violência contra este público. Objetiva também criar procedimentos de orientação para o atendimento de pessoas com deficiência em outras delegacias do estado.

O Centro de Apoio Técnico é composto por equipe multidisciplinar, com assistentes sociais, psicólogos, intérpretes de Libras (Língua Brasileira de Sinais), sociólogo e técnico em tecnologia assistiva. Também conta com profissionais administrativos que utilizam um aplicativo de tradução de Libras para auxiliar na comunicação da pessoa com deficiência no momento da ocorrência. Esta equipe é gerida por meio de Termo de Colaboração com a Organização da Sociedade Civil (OSC) APAE de São Paulo.

RESULTADOS

O Centro de Apoio Técnico em funcionamento na cidade de São Paulo atendeu 1.081 pessoas.

Estava prevista a criação de 10 Centros de Apoio Técnico às Delegacias da Pessoa com Deficiência nos Departamentos de Polícia Judiciária

de São Paulo Interior (DEINTERs) do Estado de São Paulo. O cronograma foi afetado pela pandemia da COVID-19, mas há a possibilidade de execução em 2021.



CENTRO DE INTEGRAÇÃO DA CIDADANIA - CIC

SECRETARIA DA JUSTIÇA E CIDADANIA – SJC



Meta 16.3: Promover o Estado de Direito, em nível nacional e internacional, e garantir a igualdade de acesso à Justiça para todos.

Localização no PPA:

Programa **1730**

Produto **649**

Ação **4151**

Metas impactadas indiretamente:

Não identificadas

Link:

<https://www.justica.sp.gov.br/index.php/coordenacoes-e-programas/integracao-da-cidadania-cic/>

O QUE É

Criado em 1996, o Centro de Integração da Cidadania (CIC) foi concebido para levar o acesso à Justiça a regiões de alta vulnerabilidade social, por meio de parcerias com órgãos do sistema de Justiça, como Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo, Ministério Público Estadual e Defensoria Pública Estadual.

O CIC funciona por meio de 17 postos físicos (8 situados na capital, 1 em cada um dos seguintes municípios: Francisco Morato; Ferraz de Vasconcelos; Guarulhos; Campinas; Jundiaí; Cajamar; Pirapora do Bom Jesus; São Vicente; e Laranjal Paulista). O CIC também realiza atividades itinerantes em regiões e municípios diversos, oferecendo serviços como emissão de documentação, orientação social, assistência jurídica, oficinas de saúde e beleza, atividades lúdicas, entre outras.

Das unidades do CIC, 13 oferecem atendimento da Defensoria Pública Estadual; 5 disponibilizam mediação comunitária de conflitos; 2 possuem Juizado Especial Cível; 1 mantém um Centro Judiciário de Solução de Conflitos (CEJUSC); e 1 tem um centro de atendimento do Ministério Público Estadual. O CIC também oferece outros serviços à população como educação em direitos humanos e cidadania e fomento à articulação de redes comunitárias, e ainda mantém diversas parcerias com a sociedade civil.

RESULTADOS

O programa CIC realizou, em 2019, o total de 1.397.604 atendimentos.

Além de serviços descritos, o CIC ofereceu nas suas 17 unidades inúmeros cursos, oficinas e palestras para a população em 2019. Abaixo, alguns números:

- 128 cursos, oficinas e atividades, sendo que 9 mil alunos se formaram em diversos cursos profissionalizantes.
- 23,5 mil pessoas participaram das palestras ministradas pelo CIC; e
- 75 ações itinerantes, contemplando 18 municípios do estado, com mais de 102 mil atendimentos.



PROGRAMA ALTERNATIVAS PENais E INCLUSÃO SOCIAL - CEAPIS

SECRETARIA DA ADMINISTRAÇÃO PENITENCIÁRIA – SAP



Meta 16.3: Promover o Estado de Direito, em nível nacional e internacional, e garantir a igualdade de acesso à Justiça para todos.

Localização no PPA:

Programa **3814**

Produto **867**

Ação **6147**

Metas impactadas indiretamente:

Não identificadas

Link:

sap.sp.gov.br/crsc/penas-alternativas.html

O QUE É

O programa é resultado de uma parceria entre o Conselho Nacional de Justiça (CNJ) e a Secretaria de Estado da Administração Penitenciária do Estado de São Paulo (SAP), sendo operacionalizado pelas Centrais de Alternativas Penais e Inclusão Social (CEAPIS). O programa busca evitar que infratores de crimes de menor potencial ofensivo ingressem no sistema prisional. Dessa forma, o seu objetivo é prover vagas de trabalho de prestação de serviços à comunidade destinadas ao cumprimento das penas e medidas alternativas à prisão, conforme definição do Poder Judiciário.

As CEAPIS realizam o atendimento das pessoas encaminhadas pelo Poder Judiciário, após passar por Audiência de Custódia, para identificar as demandas assistenciais, sociais e psicológicas, ligadas ou não ao delito cometido. O atendimento ao público-alvo tem enfoque restaurativo e atua em conjunto com uma rede de instituições locais parceiras, que disponibilizam vagas para que essas pessoas trabalhem e cumpram sua pena de forma digna no seio da sociedade. Assim, procura trazer dignidade aos que se encontram em situação de flagrância e, com isso, tenta-se evitar o cometimento de outras infrações neste início de processo.

RESULTADOS

O programa mostra-se eficaz em tratar infratores de baixo potencial ofensivo sem afastá-los da sociedade, da família e sem expô-los ao sistema penitenciário. Desde o início, já são mais de 8 mil cadastrados, sendo 1.033 em 2019.

Atualmente, são 25 unidades do programa no Estado de São Paulo, com a seguinte distribuição geográfica: 12 unidades na Região Noroeste

te; 5 na Região Central; 3 na Região Capital e Grande São Paulo; 3 na Região Vale do Paraíba e Litoral; e 2 na Região Oeste.



PROGRAMA DE ATENÇÃO AO EGRESO E FAMÍLIA – CAEF

SECRETARIA DA ADMINISTRAÇÃO PENITENCIÁRIA – SAP



Meta 16.3: Promover o Estado de Direito, em nível nacional e internacional, e garantir a igualdade de acesso à Justiça para todos.

Localização no PPA:

Programa **3814**

Produto **864**

Ação **6140**

Metas impactadas indiretamente:

Não identificadas

Link:

www.sap.sp.gov.br/crsc/egresso-familia.html

O QUE É

O programa é operacionalizado pelas Centrais de Atenção ao Egresso e Família (CAEFs), que prestam assistência direta ao egresso do sistema penitenciário e seus familiares, visando a sua inserção no mercado de trabalho e a geração de renda. O atendimento acontece de forma estruturada desde 2003, por meio da Coordenadoria de Reintegração Social e Cidadania (CRSC), subordinada à Secretaria da Administração Penitenciária (SAP).

O programa desenvolve ações com foco na educação, geração de renda, saúde, auxílio psicosocial e jurídico. Com isso, procura fortalecer a cidadania, autonomia e identidade dos usuários, para a retomada da vida em sociedade. O programa tem por base a construção e a ampliação da rede social de apoio, além de buscar parcerias e projetos que viabilizem a capacitação profissional e geração de renda.

Algumas ações do programa:

- Acolhimento, orientação e encaminhamento de demandas diversas;
- Inserção em programas de capacitação profissional e geração de renda;
- Avaliação e orientação para inclusão em programas sociais;
- Assistência para obtenção de benefícios sociais, de saúde e trabalhistas;
- Auxílio na aquisição/regulamentação de documentos pessoais;
- Orientação jurídica;
- Encaminhamento à rede de saúde;
- Procedimento das CAEFs; e
- Auxílio na retomada do processo de escolarização e educação.

RESULTADOS

Desde o seu início, em 2003, até 31 de agosto de 2020, o do programa das CAEFs apresentou números expressivos: foram realizados 1.088.482 atendimentos aos egressos, 111.549 atendimentos às egressas e 208.319 atendimentos aos familiares.

Em 2019, foram realizados 177.231 atendimentos aos egressos, 18.999 atendimentos às egressas (totalizando 196.230 reeducandos) e 30.177 atendimentos aos familiares.



PROGRAMA DE CAPACITAÇÃO, APERFEIÇOAMENTO E EMPREGABILIDADE – PCAE

SECRETARIA DA ADMINISTRAÇÃO PENITENCIÁRIA – SAP



Meta 16.3: Promover o Estado de Direito, em nível nacional e internacional, e garantir a igualdade de acesso à Justiça para todos.

Localização no PPA:

Programa **3814**

Produto **863**

Ação **6143**

Metas impactadas indiretamente:

Não identificadas

Link:

www.sap.sp.gov.br/crsc/capacitacao.html

O QUE É

O Programa de Capacitação, Aperfeiçoamento e Empregabilidade (Pcae) promove atividades para os reeducandos, egressos e familiares e aos apenados de penas e medidas alternativas no Estado de São Paulo. As iniciativas do programa visam propiciar qualificação profissional e inserção de sentenciados no mercado de trabalho. Para tanto, firma convênios, parcerias e termos de cooperação técnica com entidades públicas, empresas privadas e organizações da sociedade civil.

Entre as principais ações do Pcae estão:

- Parcerias com Secretarias de Estado e outros órgãos para ampliação de vagas em cursos de qualificação profissional;
- Atuação junto aos parceiros do Programa Pró-Egresso para obtenção de vagas no mercado de trabalho e programas emergenciais que disponibilizam bolsa-auxílio, como o “Frente de Trabalho”;
- Viabilização de projetos para construção, reforma ou adaptação de salas de aula nas Unidades Prisionais para abrigar cursos profissionalizantes; e
- Envolvimento e busca de parceiros para realização de projetos para construção de estufas e viveiros, padarias artesanais e industriais, entre outros.

RESULTADOS

Em 2019, o programa ofereceu atividades de capacitação profissional para 12.200 reeducandos do regime semiaberto.

Atualmente, são 73 Unidades Prisionais (UPs) com projetos do Grupo de Capacitação, Aperfeiçoamento e Empregabilidade (Gcae) e par-

ceiros. Estão assim distribuídas no Estado de São Paulo: 23 unidades na Região Central; 21 na Região Noroeste; 11 na Região Oeste; 10 na Região Vale do Paraíba e Litoral; e 8 na Região Capital e Grande São Paulo.



PROJETO CONEXÃO FAMILIAR

SECRETARIA DA ADMINISTRAÇÃO PENITENCIÁRIA – SAP



O QUE É

O Projeto Conexão Familiar estabelece um meio de comunicação virtual entre os encarcerados e as suas famílias durante a pandemia da COVID-19, considerando que as visitas foram suspensas. O projeto é da Coordenadoria de Reintegração Social e Cidadania (CRSC), subordinada à Secretaria da Administração Penitenciária (SAP).

A comunicação pode ser realizada em duas modalidades: por meio de envio de mensagens encaminhadas via formulário ou por videoconferência, denominada “visita virtual”. As correspondências virtuais (trocas de e-mails) são realizadas via formulário eletrônico, permitindo uma comunicação mais ágil do que por correspondência física. Mesmo com a retomada gradual e controlada das visitas presenciais, ela continua disponível. As mensagens recebidas são impressas e encaminhadas diretamente ao reeducando(a), que responde no verso da mensagem impressa e tem sua resposta escaneada e remetida ao familiar para o e-mail indicado no formulário.

As “visitas virtuais” realizadas por videoconferência permitem o contato visual e sonoro entre reeducandos (as) e visitantes. A ferramenta só foi disponibilizada para o familiar previamente cadastrado no rol de visitas, no site da Secretaria da Administração Penitenciária (SAP). O projeto visa diminuir a angústia e a tensão vivenciadas pela população carcerária durante o período de pandemia, permitindo uma comunicação rápida, direta, segura e digital.

Meta 16.3: Promover o Estado de Direito, em nível nacional e internacional, e garantir a igualdade de acesso à Justiça para todos.

Localização no PPA:

Programa **3813**

Produto **682**

Ação **6139**

Metas impactadas indiretamente:

Não identificadas

Link:

www.sap.sp.gov.br/conexao-familiar.html

RESULTADOS

Desde o fim de junho de 2020, o Projeto Conexão Familiar ajudou a minimizar a distância entre familiares e custodiados nas unidades prisionais do Estado de São Paulo, durante a pandemia do novo coronavírus.

Para destacar a grande aderência e aceitação desse projeto inovador e relevante, foram mais de 2 milhões de mensagens trocadas (1.223.860 recebidas e 1.115.201 enviadas). Além das 160.589 visitas virtuais realizadas, sendo que foram agendadas 190.767 e canceladas 25.067.



CÂMARA PESSOAS



Tarsila do Amaral. Operários, 1933. Óleo sobre tela. Acervo Artístico - Cultural dos Palácios do Governo.

A Câmara Pessoas é composta pelos ODS 1, 2, 3, 4, 5 e 10 e aborda a necessidade de “Erradicar a pobreza e a fome de todas as maneiras e garantir a dignidade e igualdade”.



Metas prioritárias da Câmara Temática de Pessoas

Meta 2.3	Até 2030, dobrar a produtividade agrícola e a renda dos pequenos produtores de alimentos, particularmente das mulheres, povos indígenas, agricultores familiares, pastores e pescadores, inclusive por meio de acesso seguro e igual à terra, outros recursos produtivos e insumos, conhecimento, serviços financeiros, mercados e oportunidades de agregação de valor e de emprego não-agrícola.
Meta 3.3	Até 2030, acabar com as epidemias de AIDS, tuberculose, malária e doenças tropicais negligenciadas, e combater a hepatite, doenças transmitidas pela água, e outras doenças transmissíveis.
Meta 4.7	Até 2030, garantir que todos os alunos adquiram conhecimentos e habilidades necessárias para promover o desenvolvimento sustentável, inclusive, entre outros, por meio da educação para o desenvolvimento sustentável e estilos de vida sustentáveis, direitos humanos, igualdade de gênero, promoção de uma cultura de paz e não violência, cidadania global e valorização da diversidade cultural e da contribuição da cultura para o desenvolvimento sustentável.
Meta 5.2	Eliminar todas as formas de violência contra todas as mulheres e meninas nas esferas públicas e privadas, incluindo o tráfico e exploração sexual e de outros tipos.
Meta 10.2	Até 2030, empoderar e promover a inclusão social, econômica e política de todos, independentemente da idade, gênero, deficiência, raça, etnia, origem, religião, condição econômica ou outra.

Este capítulo contém **30 programas**, executados por **10 órgãos** de modo a atingir **5 metas ODS** de maneira direta e **24** metas ODS de maneira indireta

CESTAS VERDES – PROGRAMA DE AQUISIÇÃO DE ALIMENTOS (PAA)

SECRETARIA DE AGRICULTURA E ABASTECIMENTO – SAA



O QUE É

O Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) foi criado pelo art. 19 da Lei Federal nº 10.696, de 2 de julho de 2003. Em 2020, com a disponibilização de um montante de R\$ 14.000.000,00 por parte do Ministério da Cidadania, foi realizada a Chamada Pública 003/2020 para a execução do programa no Estado de São Paulo, na modalidade doação simultânea.

Meta 2.3: Até 2030, dobrar a produtividade agrícola e a renda dos pequenos produtores de alimentos, particularmente das mulheres, povos indígenas, agricultores familiares, pastores e pescadores, inclusive por meio de acesso seguro e igual à terra, outros recursos produtivos e insumos, conhecimento, serviços financeiros, mercados e oportunidades de agregação de valor e de emprego não-agrícola.

Localização no PPA:

Não identificada

Metas impactadas indiretamente:

2.1 | 12.7 | 17.17

Link:

<https://www.agricultura.sp.gov.br/noticias/programa-de-aquisicao-de-alimentos-paa-projeto-cesta-verde/>

O Cestas Verdes/PAA possui duas finalidades básicas: promover o acesso à alimentação e incentivar o pequeno agricultor. O programa atua por meio da conexão entre os agricultores, que oferecem os alimentos oriundos de sua produção, e as populações em condição de insegurança alimentar, que são beneficiadas com as cestas de alimentos doadas.

Para a Chamada Pública 003/2020, foram priorizados 211 municípios paulistas com menos de 80 mil habitantes, dentre os quais 12 foram definidos como prioritários com base nos dados do Mapeamento da Insegurança Alimentar e Nutricional (Mapa INSAN 2018). Para participar da chamada, os produtores apresentaram projetos de venda individuais, com limite máximo R\$ 6.500,00 por unidade familiar.

RESULTADOS

A seguir vários dados e indicadores que mostram o sucesso do programa:

- 100% dos municípios com muita alta e alta insegurança alimentar foram atendidos;
- Total de 268 municípios atendidos;
- 2.620 agricultores atendidos (134% da meta estabelecida);
- 470.000 cestas doadas;
- 7,3% dos produtos adquiridos são orgânicos (meta 5%);
- 49% dos produtos fornecidos por agricultoras (meta 30%);
- Cestas compostas por de 10 kg de alimentos (2 kg de tubérculos e raízes, 3 kg de legumes, 3 kg de frutas, 2 kg de verduras); e
- 4.998 toneladas de alimentos.



CIDADANIA NO CAMPO – MUNICÍPIO AGRO

SECRETARIA DE AGRICULTURA E ABASTECIMENTO – SAA



O QUE É

O Município Agro implementa ações integradas junto aos municípios que decidem participar do Sistema Estadual de Desenvolvimento Rural Sustentável – Cidadania no Campo. O programa visa o fortalecimento institucional dos municípios paulistas, com ênfase na ampliação da capacidade de planejamento e execução de ações que promovam o desenvolvimento rural sustentável.

O projeto prevê 10 Diretivas que norteiam ações locais vinculadas à agricultura e à população rural. São elas: Estrutura Institucional; Infraestrutura Rural; Produção e Consumo Sustentável; Defesa Agropecuária; Abastecimento e Segurança Alimentar; Fortalecimento Social do Campo; Solo e Água; Biodiversidade; Resiliência e Adaptação às Mudanças Climáticas; e Interação Campo-Cidade.

Por meio da definição de diretrivas e atividades a serem realizadas pelos municípios, o projeto visa o estabelecimento de uma agenda local de desenvolvimento rural sustentável. Para tanto, busca-se o engajamento e a formação dos quadros técnicos municipais, por meio de iniciativas como a realização de workshops. No fim de cada ciclo, os municípios participantes são avaliados e ranqueados, fazendo com que os melhores classificados tenham prioridade de acesso aos recursos financeiros geridos pela Secretaria de Agricultura e Abastecimento (SAA).

Meta 2.3: Até 2030, dobrar a produtividade agrícola e a renda dos pequenos produtores de alimentos, particularmente das mulheres, povos indígenas, agricultores familiares, pastores e pescadores, inclusive por meio de acesso seguro e igual à terra, outros recursos produtivos e insumos, conhecimento, serviços financeiros, mercados e oportunidades de agregação de valor e de emprego não-agrícola.

Localização no PPA:

Não identificada

Metas impactadas indiretamente:

2.1 | 12.7 | 12.8 | 17.17

Link:

<https://agricultura.sp.gov.br/programas-e-projetos/cidadania-no-campo-municipio-agro/>

RESULTADOS

Alguns dados e indicadores ressaltam a eficácia do programa:

- Total de R\$ 4,7 milhões repassados em 2020/2021;
- 545 municípios participantes em 2020/2021;

- 545 municípios participantes em 2020/2021, o que representa um aumento de 118% na quantidade de municípios participantes com relação ao ano anterior;
- 50 workshops realizados;
- 2.500 representantes municipais (prefeitos, interlocutores e suplentes) integrados ao programa;
- 25.000 documentos enviados para análise e avaliação; e
- 700 técnicos envolvidos no processo de avaliação e análise de recursos.



FEAP – SUBVENÇÃO ECONÔMICA PARA O DESENVOLVIMENTO DO AGRONEGÓCIO PAULISTA

SECRETARIA DE AGRICULTURA E ABASTECIMENTO – SAA



O QUE É

O Fundo de Expansão do Agronegócio Paulista – o Banco do Agro-negócio Familiar (Feap/Banagro) é um fundo do Governo do Estado de São Paulo, executado pela Secretaria de Agricultura e Abastecimento (SAA). O programa se estrutura com base no uso de tecnologia sustentável, em práticas conservacionistas e na adoção de ações de inclusão social e de aumento de renda.

Meta 2.3: Até 2030, dobrar a produtividade agrícola e a renda dos pequenos produtores de alimentos, particularmente das mulheres, povos indígenas, agricultores familiares, pastores e pescadores, inclusive por meio de acesso seguro e igual à terra, outros recursos produtivos e insumos, conhecimento, serviços financeiros, mercados e oportunidades de agregação de valor e de emprego não-agrícola.

Localização no PPA:

Não identificada

Meta impactada indiretamente:

13.1

Link:

<https://agricultura.sp.gov.br/quem-somos/feap-credito-e-seguro-rural/>

RESULTADOS

Até o início de maio de 2022, 4.460 produtores foram beneficiados com a subvenção do seguro rural, o que corresponde a R\$ 30,2 milhões. O montante de recursos estaduais destinados a essa subvenção até o momento para o exercício de 2022 é de R\$ 70 milhões.

- Abaixo, outros dados do Seguro até abril de 2022:
- Prêmio líquido de R\$ 91 milhões até abril de 2022;
- Valor Segurado de R\$ 30 milhões até abril de 2022;
- R\$ 70 milhões deliberados em 07 de fevereiro de 2022;
- Até R\$ 25.000,00 de subvenção estadual por beneficiário (CPF); e
- 4.460 seguradoras credenciadas.

Até o início de maio de 2022, 209 produtores rurais foram beneficiados com as Linhas de Crédito Rural disponíveis no FEAP, o que corresponde a R\$ 27,8 milhões. O montante de recursos destinados para esse programa até o momento para o exercício de 2022 é de R\$ 71 milhões.

Dados do CRÉDITO até abril de 2022:

- Valor deliberado em 07 de fevereiro de 2022: R\$ 71 milhões;
- Valor das contratações efetivadas: R\$ 27,8 milhões
- Quantidade de operações: 209



FROTA AGRO

SECRETARIA DE AGRICULTURA E ABASTECIMENTO – SAA



Meta 2.3: Até 2030, dobrar a produtividade agrícola e a renda dos pequenos produtores de alimentos, particularmente das mulheres, povos indígenas, agricultores familiares, pastores e pescadores, inclusive por meio de acesso seguro e igual à terra, outros recursos produtivos e insumos, conhecimento, serviços financeiros, mercados e oportunidades de agregação de valor e de emprego não-agrícola.

Localização no PPA:

Não identificada

Metas impactadas indiretamente:

2.a | 17.7

O QUE É

O Frota Agro é um programa de distribuição de maquinários e equipamentos agrícolas.

O programa tem grande importância para fortalecer a atividade agropecuária no Estado de São Paulo. Com atuação integrada, o objetivo do programa é modernizar os equipamentos agrícolas dos municípios e atender às necessidades logísticas, de escoamento e de circulação de produtos e insumos em todo o estado. Portanto, fundamental para apoiar os pequenos e médios produtores nas suas atividades em campo.

Equipamentos como tratores, retroescavadeiras, caminhões basculantes, motoniveladoras e pás carregadeiras também são utilizados pelos municípios para o atendimento de demanda relacionada à conservação, manutenção e recuperação de estradas rurais e patrulha agrícola.

RESULTADOS

Os investimentos viabilizados para a compra dos equipamentos são relevantes para fomentar as atividades do agronegócio no interior do Estado de São Paulo. A seguir alguns dados do programa:

- 849 milhões de equipamentos;
- 5.388 equipamentos adquiridos (até maio de 2022); e
- 613 municípios contemplados (até maio de 2022).



PROGRAMA DE QUALIDADE DA ÁGUA DE CONSUMO HUMANO NO ESTADO DE SÃO PAULO – PROÁGUA

SECRETARIA DA SAÚDE



Meta 3.3: Até 2030, acabar com as epidemias de AIDS, tuberculose, malária e doenças tropicais negligenciadas, e combater a hepatite, doenças transmitidas pela água, e outras doenças transmissíveis.

Localização no PPA:

Programa **932**

Produto **1007**

Ação **6244**

Metas impactadas indiretamente:

Não identificadas

Link:

www.cvs.saude.sp.gov.br/prog_det.asp?te_codigo=13&pr_codigo=13

O QUE É

O Programa de Vigilância da Qualidade da Água para Consumo Humano (PROÁGUA) foi instituído em 1992 no Estado de São Paulo. É coordenado pelo Centro de Vigilância Sanitária (CVS), da Secretaria de Estado da Saúde, por meio do Grupo de Vigilância Sanitária (GVS) de cada região administrativa do estado.

O PROÁGUA tem por objetivo principal garantir a qualidade da água consumida pela população paulista de modo a prevenir doenças de veiculação hídrica. Com esse propósito, o programa desenvolve ações contínuas para assegurar a qualidade dos sistemas e soluções alternativas de abastecimento, identificando e intervindo em situações de risco à saúde dos consumidores. Para tanto, realiza uma em atuação integrada e abrangente no contexto da produção e consumo da água, englobando desde a gestão dos recursos hídricos até os impactos à saúde dos consumidores.

Os 645 municípios do estado têm por responsabilidade executar as ações previstas no programa, que envolvem: vistorias a campo para avaliar a ocupação da bacia contribuinte ao manancial e de todas as etapas do processo de produção da água; coleta de amostras e avaliação de laudos laboratoriais; análise e interpretação sistemática dos dados de controle de qualidade gerados pelos sistemas de abastecimento e adoção de medidas administrativas para evitar ou minimizar riscos associados à produção e consumo da água, entre outras.

RESULTADOS

O PROÁGUA vem ao longo dos quase 30 anos de operação se aperfeiçoando para adequar e direcionar suas ações. Para tanto, investe esforços na compreensão dos fatores que interferem na qualidade dos

mananciais, na avaliação de riscos dos sistemas produtores de água, no conhecimento da qualidade da água produzida pelos sistemas e na avaliação dos impactos do consumo da água.

Os resultados do programa em 2020 indicam que 97% das análises de amostras de água realizadas estavam dentro do padrão de potabilidade.



PROGRAMA DST/AIDS

SECRETARIA DA SAÚDE



Meta 3.3: Até 2030, acabar com as epidemias de AIDS, tuberculose, malária e doenças tropicais negligenciadas, e combater a hepatite, doenças transmitidas pela água, e outras doenças transmissíveis.

Localização no PPA:

Programa **932**

Produto **1009**

Ação **4722**

Metas impactadas indiretamente:

Não identificadas

Link:

www.saude.sp.gov.br/centro-de-referencia-e-treinamento-dstaids-sp/crt/sobre-o-programa-estadual-dstaids

O QUE É

O programa visa a redução do número de casos novos de AIDS (em português, Síndrome da Imunodeficiência Adquirida) em menores de cinco anos de idade. O diagnóstico precoce (com o uso de testes rápidos) e a atenção adequada no pré-natal reduzem a transmissão vertical e, consequentemente, o número de crianças menores de cinco anos com AIDS. A transmissão vertical é a infecção pelo vírus HIV (em português, Vírus da Imunodeficiência Humana) passada da mãe para o filho, durante o período da gestação, no parto ou pelo aleitamento materno.

Em 2019, foi mantida a tendência de estabilidade do número de casos novos. Todos os 645 municípios do Estado de São Paulo foram monitorados e incentivados para realização de ações com vistas à eliminação da transmissão vertical do HIV. Em 2019 (até 15/12/2019), foram diagnosticados 21 casos de transmissão vertical do HIV (um caso ainda estava em investigação da categoria de exposição) e 899 gestantes com HIV no Estado de São Paulo. No entanto, como se trata de dados brutos colhidos no Sistema de Informações de Agravos de Notificação (SINAN) e do Sistema de Controle de Exames Laboratoriais (SISCEL), ainda estão sujeitos à revisão. Estes casos de transmissão vertical do HIV aconteceram em 16 municípios (2,5% do total), sendo que os casos de gestantes HIV positivo foram identificados em 160 municípios (25% do total).

RESULTADOS

Em 2018, foram diagnosticados 40 casos de HIV/AIDS em crianças menores de 13 anos de idade, representando redução de 31% em relação a 2017 (58 casos). Ainda em 2018, foram diagnosticadas 1.122 gestante infectadas pelo HIV, com cobertura de terapia antirretroviral

de 85% no pré-natal. A verificação dessa informação no sistema de medicamento do Ministério da Saúde (SICLOM) tem mostrado cobertura de 91%.



PROGRAMA TUBERCULOSE

SECRETARIA DA SAÚDE



Meta 3.3: Até 2030, acabar com as epidemias de AIDS, tuberculose, malária e doenças tropicais negligenciadas, e combater a hepatite, doenças transmitidas pela água, e outras doenças transmissíveis.

Localização no PPA:

Programa **930**

Produto **1083**

Ação **4850**

Metas impactadas indiretamente:

Não identificadas

Link:

www.saude.sp.gov.br/cve-centro-de-vigilancia-epidemiologica-prof.-alexandre-vranjac/areas-de-vigilancia/tuberculose/

O QUE É

O programa de controle de tuberculose é uma das divisões que compõe o Centro de Vigilância Epidemiológica, da Secretaria de Estado de Saúde do Estado de São Paulo, funcionando como tal desde 1975. É responsável pela coordenação das atividades de controle da tuberculose no estado como: monitoramento e avaliação dos indicadores epidemiológicos e operacionais gerados por um sistema de notificação e acompanhamento de casos (TBWEB); previsão de medicamentos e outros insumos; e treinamentos e assessoria aos municípios.

O programa atua junto aos municípios, que são responsáveis pelas seguintes ações: assistência ao paciente; distribuição de medicamentos; descoberta de casos; garantia do tratamento supervisionado; relação direta com população e as organizações da sociedade civil; além das ações de vigilância epidemiológica.

A tuberculose ainda é um sério problema da saúde pública. Segundo estimativas da Organização Mundial da Saúde (OMS), 2 bilhões de pessoas – um terço da população mundial – estão infectadas pelo Mycobacterium tuberculosis. Destes, 8 milhões desenvolverão a doença e 2 milhões morrerão a cada ano. O Brasil ocupa o 15º lugar entre os 22 países responsáveis por 80% do total de casos de tuberculose no mundo. Estima-se uma prevalência de 50 milhões de infectados, com cerca de 111.000 casos novos e 6.000 óbitos ocorrendo anualmente.

RESULTADOS

O Programa Nacional de Controle da Tuberculose (PNCT) está integrado na rede de Serviços de Saúde. É desenvolvido por intermédio de um programa unificado, executado em conjunto pelas esferas federal, estadual e municipal. Está subordinado a uma política de programação

das suas ações com padrões técnicos e assistenciais bem definidos, garantindo desde a distribuição gratuita de medicamentos e outros insumos necessários, até ações preventivas e de controle do agravo.

Até o momento, são 95 municípios do Estado de São Paulo realizando o Tratamento Diretamente Observado (TDO), alcançando a meta estabelecida. O TDO é uma ferramenta assistencial de grande importância para garantir o desfecho favorável do tratamento.



SISTEMA ESTADUAL DE VIGILÂNCIA EPIDEMIOLÓGICA DE DOENÇAS E AGRAVOS NÃO TRANSMISSÍVEIS

SECRETARIA DA SAÚDE



Meta 3.3: Até 2030, acabar com as epidemias de AIDS, tuberculose, malária e doenças tropicais negligenciadas, e combater a hepatite, doenças transmitidas pela água, e outras doenças transmissíveis.

Localização no PPA:

Programa 930

Produto 1083

Ação 4850

Metas impactadas indiretamente:

Não identificadas

Link:

<https://www.saude.sp.gov.br/cve-centro-de-vigilancia-epidemiologica-prof.-alexandre-vranjac/areas-de-vigilancia/doencas-cronicas-nao-transmissiveis/>

O QUE É

O programa visa aprimorar o Sistema Estadual de Vigilância Epidemiológica de Doenças e Agravos Não Transmissíveis. Com isso, reduzir a taxa de mortalidade prematura (30 a 69 anos) pelo conjunto das quatro principais doenças crônicas não transmissíveis (DCNT): aparelho circulatório, câncer, diabetes e doenças respiratórias. O objetivo do programa é diminuir, até 2030, em um terço essa taxa por meio de medidas de prevenção, tratamento e promoção da saúde mental e do bem-estar.

Segundo estimativas da Organização Mundial da Saúde (OMS), as doenças crônicas não transmissíveis (DCNT) compreendem majoritariamente doenças cardiovasculares, neoplasias, doenças respiratórias crônicas e diabetes. Elas são a maior carga de morbimortalidade no mundo, sendo responsáveis por 63% das mortes globais. No Brasil, as DCNT correspondem a 72% das causas de morte e, no Estado de São Paulo, representam 64%.

Com o envelhecimento da população e o aumento progressivo da esperança de vida no Brasil nos últimos anos, os agravos e doenças crônicas não transmissíveis passaram a predominar nas estatísticas de óbitos, especialmente se comparadas com a mortalidade por doenças infecciosas, que tiveram um declínio expressivo nesse mesmo período.

RESULTADOS

As doenças crônicas não transmissíveis (DCNT) representam a maior causa de óbitos no Brasil.

Em 2019, a taxa de mortalidade prematura por doenças crônicas não transmissíveis foi de 322,15/100.000 habitantes. Ela indica o nível de

mortalidade prematura (30 a 69 anos) pelos principais grupos de doenças crônicas não transmissíveis, sendo: doenças do aparelho circulatório, neoplasias malignas, diabetes mellitus e doenças respiratórias crônicas.



CAPACITAÇÃO E TREINAMENTO DE EDUCADORES E GESTORES PÚBLICOS EM TEMAS AMBIENTAIS

INSTITUTO DE PESQUISAS TECNOLÓGICAS – IPT



Meta 4.7: Até 2030, garantir que todos os alunos adquiram conhecimentos e habilidades necessárias para promover o desenvolvimento sustentável, inclusive, entre outros, por meio da educação para o desenvolvimento sustentável e estilos de vida sustentáveis, direitos humanos, igualdade de gênero, promoção de uma cultura de paz e não violência, cidadania global e valorização da diversidade cultural e da contribuição da cultura para o desenvolvimento sustentável.

Localização no PPA:

Não identificada

Metas impactadas indiretamente:

11.3 | 12.8

Link:

<http://www.ipt.br/>

O QUE É

O programa é uma iniciativa do Centro de Tecnologia de Recursos Florestais do Instituto de Pesquisas Tecnológicas (IPT). Lançado em 2017, o projeto visa contribuir para que professores do ensino fundamental e médio aproveitem de forma mais ampla o ambiente externo das escolas no processo de aprendizagem dos alunos.

O programa consiste na elaboração de guia de atividades extracurriculares; na capacitação e treinamento de educadores e gestores públicos em temas ambientais; e no planejamento e implementação de estratégias de educação ambiental em água, resíduos sólidos e florestas urbanas. Portanto, visa estimular o aprendizado por meio da construção participativa do conhecimento, utilizando o ambiente externo da sala de aula.

O programa se estrutura na elaboração de:

- Oficinas participativas e práticas abordando técnicas de jardinagem e temas relacionados às áreas verdes da escola e da comunidade do entorno;
- Produção de material de apoio (Guia) para uso dos professores.

O programa pode ser implementado em escolas municipais e estaduais de ensino fundamental e médio do Estado de São Paulo.

RESULTADOS

O programa resultou em vários desdobramentos, a saber:

- Publicação de guia de atividades extracurriculares para utilização pelos professores nas aulas em ambiente externo;

- Divulgação de artigo e capítulo de livro internacional sobre florestas urbanas para saúde pública;
- Cursos de educação ambiental e formação de multiplicadores por meio da Plataforma dos Municípios;
- Capacitação de 50 pessoas no CEU Três Pontes e a publicação de 3 relatórios relacionados aos temas florestas urbanas e educação ambiental;
- Participação em 2 congressos (1 nacional e 1 internacional) para divulgação de resultados do programa; e
- Durante a pandemia da COVID-19, gerou publicações com sugestões de atividades que podem ser realizadas em casa e em ambientes escolares abertos.



CENTRO DE FORMAÇÃO ESPORTIVA

SECRETARIA DE ESPORTES



Meta 4.7: Até 2030, garantir que todos os alunos adquiram conhecimentos e habilidades necessárias para promover o desenvolvimento sustentável, inclusive, entre outros, por meio da educação para o desenvolvimento sustentável e estilos de vida sustentáveis, direitos humanos, igualdade de gênero, promoção de uma cultura de paz e não violência, cidadania global e valorização da diversidade cultural e da contribuição da cultura para o desenvolvimento sustentável.

Localização no PPA:

Programa 4109

Produto 371

Ação 5116

Metas impactadas indiretamente:

3.4 | 5.1

Link:

<https://www.esportes.sp.gov.br/centros-de-formacao-esportiva/>

O QUE É

O programa é uma iniciativa do Centro de Tecnologia de Recursos Florestais do Instituto de Pesquisas Tecnológicas (IPT). Lançado em 2017, o projeto visa contribuir para que professores do ensino fundamental e médio aproveitem de forma mais ampla o ambiente externo das escolas no processo de aprendizagem dos alunos.

O programa consiste na elaboração de guia de atividades extracurriculares; na capacitação e treinamento de educadores e gestores públicos em temas ambientais; e no planejamento e implementação de estratégias de educação ambiental em água, resíduos sólidos e florestas urbanas. Portanto, visa estimular o aprendizado por meio da construção participativa do conhecimento, utilizando o ambiente externo da sala de aula.

O programa se estrutura na elaboração de:

- Oficinas participativas e práticas abordando técnicas de jardinagem e temas relacionados às áreas verdes da escola e da comunidade do entorno;
- Produção de material de apoio (Guia) para uso dos professores.

O programa pode ser implementado em escolas municipais e estaduais de ensino fundamental e médio do Estado de São Paulo.

RESULTADOS

O programa resultou em vários desdobramentos, a saber:

- Publicação de guia de atividades extracurriculares para utilização pelos professores nas aulas em ambiente externo;

- Divulgação de artigo e capítulo de livro internacional sobre florestas urbanas para saúde pública;
- Cursos de educação ambiental e formação de multiplicadores por meio da Plataforma dos Municípios;
- Capacitação de 50 pessoas no CEU Três Pontes e a publicação de 3 relatórios relacionados aos temas florestas urbanas e educação ambiental;
- Participação em 2 congressos (1 nacional e 1 internacional) para divulgação de resultados do programa; e
- Durante a pandemia da COVID-19, gerou publicações com sugestões de atividades que podem ser realizadas em casa e em ambientes escolares abertos.



ESCOLA DE MÚSICA DO ESTADO DE SÃO PAULO – EMESP TOM JOBIM

SECRETARIA DE CULTURA E ECONOMIA CRIATIVA



O QUE É

A Escola de Música do Estado de São Paulo – EMESP Tom Jobim – tem como objetivo a formação profissionalizante de músicos tanto na área erudita, como popular. Oferece cursos gratuitos, livres e regulares, atendendo crianças e adultos da iniciação musical à formação profissional. A trajetória da EMESP Tom Jobim teve início em outubro de 1989 como a Universidade Livre de Música (ULM). Em 2001, a Escola foi rebatizada como Centro de Estudos Musicais Tom Jobim e, posteriormente, com o seu nome atual: Escola de Música do Estado de São Paulo – Tom Jobim (EMESP Tom Jobim). Desde 2005, o Governo do Estado de São Paulo adotou para sua gestão o modelo de parceria com as Organizações Sociais de Cultura, sendo gerida atualmente pela Organização Santa Marcelina Cultura.

A Escola também é responsável pela gestão dos grupos artísticos Orquestra Jovem do Estado, Banda Sinfônica Jovem do Estado, Coral Jovem do Estado, Orquestra Jovem Tom Jobim e Orquestra Jovem do Theatro São Pedro, para alunos em fase de pré-profissionalização, e pelas atividades didáticas da Academia de Ópera do Theatro São Pedro.

O programa da EMESP Tom Jobim divide-se atualmente em sete eixos de atuação, sendo:

- EIXO 01 – Formação Cultural – Cursos Regulares;
- EIXO 1 – Formação Cultural – Cursos Livres;
- EIXO 2 – Ações Complementares à Formação Cultural – Vivência Artística;
- EIXO 3 – Desenvolvimento Social ;
- EIXO 4 – Ações Complementares à Formação Cultural – Atividades Extraclasse;

Meta 4.7: Até 2030, garantir que todos os alunos adquiram conhecimentos e habilidades necessárias para promover o desenvolvimento sustentável, inclusive, entre outros, por meio da educação para o desenvolvimento sustentável e estilos de vida sustentáveis, direitos humanos, igualdade de gênero, promoção de uma cultura de paz e não violência, cidadania global e valorização da diversidade cultural e da contribuição da cultura para o desenvolvimento sustentável.

Localização no PPA:

Programa 1201

Produto 692

Ação 5691

Metas impactadas indiretamente:

4.4 | 4.5

Link:

<https://emesp.org.br>

- EIXO 5 – Ações Formativas Abertas à Comunidade;
- EIXO 6 – Núcleo de desenvolvimento de carreira de alunos; e
- EIXO 7 – Difusão – Grupos Artísticos de Bolsistas. Em 2019, a EMESP Tom Jobim realizou as seguintes parcerias: Cultura Inglesa; Conservatório Nacional Superior de Música e Dança de Paris; Vocal Arts Institut da Juilliard School de Nova York; Fundação OSESP/Sala São Paulo; Instituto-Goethe; e SESC São Paulo.

Em 2021 a EMESP Tom Jobim realizou as seguintes parcerias: Cultura Inglesa; Fundação Osesp/Sala São Paulo; Sociedade Cultura Artística; São Paulo Companhia de Dança; Centro Cultural Coreano em São Paulo; Petra Belas Artes; Artel; e Plataforma #Culturaemcasa (Associação Paulista dos Amigos da Arte).

RESULTADOS

Os principais resultados apresentados em 2021 por eixos de atuação foram:

EIXO 01 – Curso Regulares de Formação:

- Número de habilitações oferecidas: 39.
- Número de alunos matriculados: 611 alunos.
- Número de alunos formados: 77 alunos.

EIXO 01 – Curso Regulares de Especialização

- Número de habilitações oferecidas: 45.
- Número de alunos matriculados: 154 alunos.
- Número de alunos formados: 43 alunos.

EIXO 01 – Cursos Livres

- Número de cursos oferecidos: 84.
- Número de alunos matriculados: 859 alunos.

EIXO 2 – Ações Complementares à Formação Cultural – Vivência Artística

- Número de apresentações artísticas: 36.
- Número de alunos participantes ativos: 930 alunos.
- Número de público espectador: 13.568 pessoas.

EIXO 3 – Desenvolvimento Social;

- Oficinas e atividades socioculturais: 47.
- Número de alunos participantes ativos: 2.036 alunos.

EIXO 4 – Ações Complementares à Formação Cultural – Atividades Extraclasses

- Número de atividades extraclasses: 54.
- Número de alunos participantes ativos: 30.766 alunos (algumas atividades foram abertas à alunos externos da Emesp por meio das plataformas digitais).

EIXO 5 – Ações Formativas Abertas à Comunidade

- Quantidade de eventos: 1 – seminário de música antiga.
- Quantidade de participantes ativos: 59 participantes.
- Número de público espectador: 6.295 pessoas.

EIXO 6 – Núcleo de desenvolvimento de carreira de alunos

- Número de alunos participantes ativos: 89 alunos

EIXO 7 – Difusão – Grupos Artísticos de Bolsistas

- Número de apresentações artísticas: 61.
- Quantidade de alunos bolsistas: 284 alunos.
- Valor médio das bolsas: R\$ 1.300 por 10 meses.
- Número de público espectador: 174.332 pessoas.



FÁBRICAS DE CULTURA

SECRETARIA DE CULTURA E ECONOMIA CRIATIVA



O QUE É

O programa Fábricas de Cultura é uma política pública do Governo do Estado de São Paulo, criado em 2011 e gerenciado pela Secretaria de Cultura e Economia Criativa, em parceria com Organizações Sociais de Cultura. Visa promover a participação, preferencialmente de crianças e jovens em atividades artísticas e culturais, que contribuam para seu desenvolvimento integral e sua inserção social e familiar.

As Fábricas de Cultura são equipamentos culturais de acesso gratuito, dedicados à formação de cidadãos, por meio de vivências das diversas linguagens artísticas. São também importantes espaços de convivência com as comunidades do entorno e voltadas, prioritariamente, para crianças e jovens oriundos de comunidades de maior índice de vulnerabilidade juvenil.

As atividades se dividem em Ateliês de Criação, Trilhas de Produção, Projeto Espetáculo e Aprofundamento em Dança, por meio do Núcleo Luz, que visa à formação profissional de bailarinos. Atualmente, existem 12 Fábricas de Cultura no Estado de São Paulo, das quais 10 estão localizadas na cidade de São Paulo e 2 na região metropolitana de São Paulo (Diadema e São Bernardo do Campo). São gerenciadas por duas Organizações Sociais de Cultura: a POIESIS (5 unidades na zona Norte de São Paulo e 1 em Diadema); e a Catavento Cultural e Educacional (5 unidades na zona Leste e 1 em São Bernardo do Campo).

RESULTADOS

Em 2021, foram realizados 796.134 atendimentos no âmbito das Fábricas de Cultura. Abaixo o número de pessoas atendidas por atividades:

- Atividades realizadas (formação, difusão e biblioteca) = 36.000



PROGRAMA DE MELHORIA DA CONVIVÊNCIA E PROTEÇÃO ESCOLAR - CONVIVA SP - ESCOLA MAIS SEGURA

SECRETARIA DA EDUCAÇÃO



Meta 4.7: Até 2030, garantir que todos os alunos adquiram conhecimentos e habilidades necessárias para promover o desenvolvimento sustentável, inclusive, entre outros, por meio da educação para o desenvolvimento sustentável e estilos de vida sustentáveis, direitos humanos, igualdade de gênero, promoção de uma cultura de paz e não violência, cidadania global e valorização da diversidade cultural e da contribuição da cultura para o desenvolvimento sustentável.

Localização no PPA:

Programa **0800**

Produto **903**

Ação **6387**

Metas impactadas indiretamente:

4.1 | 4.5

Link:

<https://efape.educacao.sp.gov.br/convivasp/>

O QUE É

O programa foi criado pela Secretaria da Educação do Estado de São Paulo, com a proposta de tornar toda escola um ambiente de aprendizagem solidário, colaborativo, acolhedor e seguro, na busca da melhoria da aprendizagem. O programa visa identificar vulnerabilidades de cada unidade escolar para a implementação de planos de melhoria da convivência (retirar “do Método de Melhoria de Convivência (MMC), além de atrelar”) a partir de ações proativas de segurança.

O CONVIVA SP – Programa de Melhoria da Convivência e Proteção Escolar no âmbito da Rede Estadual de Educação, criado por meio da Resolução SE 48/2019 – é composto por projetos e ações articuladas entre convivência e colaboração; articulação pedagógica e psicossocial; proteção e saúde; e segurança escolar. Por sua vez, o Escola Mais Segura está inserido no CONVIVA SP e desenvolve suas ações de acordo com as diretrizes da Secretaria da Educação (SEDUC), em estreita parceria com a Secretaria de Segurança Pública (SSP), por intermédio do GISPEC (Gabinete Integrado de Segurança e Proteção Escolar).

Os principais objetivos do programa são:

- Estabelecer estratégias de apoio e acompanhamento às equipes docentes e dirigentes no processo ensino-aprendizagem;
- Contribuir para um clima escolar positivo por meio de ambiente de aprendizagem colaborativo, solidário e acolhedor;
- Contribuir para a melhoria de indicadores de permanência de aproveitamento escolar;
- Promover e articular a participação ativa da família na vida escolar dos estudantes da rede de ensino estadual; e

- Articular e fortalecer a rede de proteção social no entorno da comunidade escolar, com aproximação entre os serviços de assistência e saúde mental.

RESULTADOS

Entre os principais resultados apresentados pelo programa estão:

- Realização de cursos sobre temas de interesse do programa, em parceria com a Unifesp e Mapfre;
- Instalação do GISPEC - Gabinete Integrado de Proteção e Segurança Escolar, que já atendeu 818 ocorrências de julho de 2019 a março de 2020;
- Reestruturação da Ronda Escolar e aquisição de 566 viaturas;
- Implantação do Programa de Vizinhança Solidária Escolar (PVSE) em 67% das escolas estaduais;
- Formação de Grupo de Trabalho para a criação do Protocolo de Proteção e Defesa da Vida nas escolas.
- Formação e desenvolvimento profissional sobre temas como Abuso Sexual, Discriminação e Preconceito, Convivência Digital, Acolhimento, Setembro Amarelo, Equilíbrio Mental e Saúde Mental, determinados a partir do mapeamento das necessidades da rede estadual de ensino, em parceria com a Fundación Mapfre e Instituto Ame Sua Mente. Trata-se de cerca de 80 horas de formação produzida, que alcançou mais de 145 mil pessoas entre professores(as), gestores(as) escolares e equipes das Diretorias de Ensino;
- Percurso formativo Saúde Mental: 22.857 inscritos pela EFAPE;
- Integração de 85.767 câmeras de 4.965 unidades escolares no Centro Integrado de Comando e Controle (CICC) da SSP até 30/04/22 (97,6% das unidades escolares espelhadas, sendo a meta atingir 100% até 2030); e
- Reestruturação tecnológica da Plataforma Conviva – Placon, sistema utilizado para acompanhamento de ocorrências escolares na rede estadual de ensino.
- Reuniões setoriais entre dirigente e comandos regionais da PM;
- Reuniões locais entre Diretores de Escola e Comandantes das áreas policiais;
- Monitoramento das ações graves/ameaças, com apoio da Polícia Civil, em tempo real;
- Palestras de orientação à comunidade escolar, que contempla informações sobre as iniciativas “Escola + Segura” e “GISPEC - Gabinete Integrado de Segurança e Proteção Escolar”, inseridos no Conviva, voltadas ao aumento da segurança nas escolas, alcançando 12.217 Profissionais da Educação e 27.232 estudantes;
- Ronda Escolar e DEJEM Escolar – esforço contínuo nas escolas a partir do reforço no Policiamento Escolar;
- Contratação de Veteranos PM (5 policiais) – Regiões Leste, Norte, Baixada Santista, Campinas e Sede da SEDUC;
- Deslocamento de equipes interdisciplinares aos locais de ocorrências graves (escolas estaduais, municipais e particulares).

PROJETO GURI

SECRETARIA DE CULTURA E ECONOMIA CRIATIVA



Meta 4.7: Até 2030, garantir que todos os alunos adquiram conhecimentos e habilidades necessárias para promover o desenvolvimento sustentável, inclusive, entre outros, por meio da educação para o desenvolvimento sustentável e estilos de vida sustentáveis, direitos humanos, igualdade de gênero, promoção de uma cultura de paz e não violência, cidadania global e valorização da diversidade cultural e da contribuição da cultura para o desenvolvimento sustentável.

Localização no PPA:

Programa **1201**

Produto Não identificado

Ação **4779**

Metas impactadas indiretamente:

1.a | 3.5 | 4.5

Link:

www.projetoguri.org.br

O QUE É

O Projeto Guri é um programa da Secretaria de Estado da Cultura e Economia Criativa, que oferece aos alunos e familiares – em sua maioria moradores de regiões de alta vulnerabilidade social – apoio e experiências capazes de transformar a realidade em que vivem. O acesso ao programa é universal e gratuito.

O projeto disponibiliza, nos períodos de contraturno escolar, cursos gratuitos de iniciação musical, canto coral, instrumentos de cordas dedilhadas, cordas friccionadas, sopros, percussão, teclado, tecnologia musical, luteria e piano. Atende a crianças, adolescentes e jovens (entre 6 e 18 anos nos Polos Regionais e de 12 a 21 anos nos Polos Fundação CASA), que são beneficiados com 2 a 5 horas semanais de aulas coletivas, dependendo do estágio de aprendizagem em que se encontram.

O programa possui metas específicas relativas ao acompanhamento social do aluno, observando todas as condições que afetam a vida e o bem-estar de cada um – incluindo educação, assistência social, saúde, habitação, cultura, lazer, trabalho e outros. Para tanto, as áreas de educação e de desenvolvimento social atuam de forma integrada, por meio de ações complementares à prática musical, promovendo a integração dos alunos dentro de suas comunidades.

O Projeto Guri é gerenciado atualmente pela organização social Santa Marcelina

RESULTADOS

O Projeto Guri é composto de cerca de 384 polos, distribuídos pela capital, Grande São Paulo, interior e litoral do Estado de São Paulo. Também está presente em algumas unidades da Fundação CASA.

Com todo o suporte que o programa oferece, os alunos e familiares encontram um novo caminho na busca de oportunidades e na construção da autonomia. Mais de 50 mil alunos são atendidos por ano. Desde seu início, em 1995, o Projeto Guri já atendeu cerca de 770 mil jovens na cidade de São Paulo, região da Grande São Paulo, interior e litoral.



APLICATIVO SOS MULHER

SECRETARIA DA SEGURANÇA PÚBLICA – SSP



Meta 5.2: Eliminar todas as formas de violência contra todas as mulheres e meninas nas esferas públicas e privadas, incluindo o tráfico e exploração sexual e de outros tipos.

Localização no PPA:

Não identificada

Metas impactadas indiretamente:

Não identificadas

Link:

<https://www.sosmulher.sp.gov.br/>

O QUE É

O aplicativo (App) “SOS Mulher” é uma parceria entre a Polícia Militar do Estado de São Paulo (PMESP) e o Tribunal de Justiça de São Paulo (TJSP). O App foi desenvolvido pela Polícia Militar para que mulheres que possuem medidas protetivas concedidas pelo TJSP possam acionar socorro quando estiverem em situação de risco.

As pessoas devidamente cadastradas podem pedir ajuda no momento em que estiverem em perigo. Basta apertar o botão disponível em seu smartphone por cinco segundos. Logo após, será gerada uma ocorrência de risco à integridade física pelos Centros de Operações da Polícia Militar do Estado de São Paulo (COPOM). Com isso, o atendimento será priorizado e a Polícia Militar utilizará as coordenadas geográficas da pessoa, para efetivamente encaminhar a viatura policial mais próxima para o local da ocorrência.

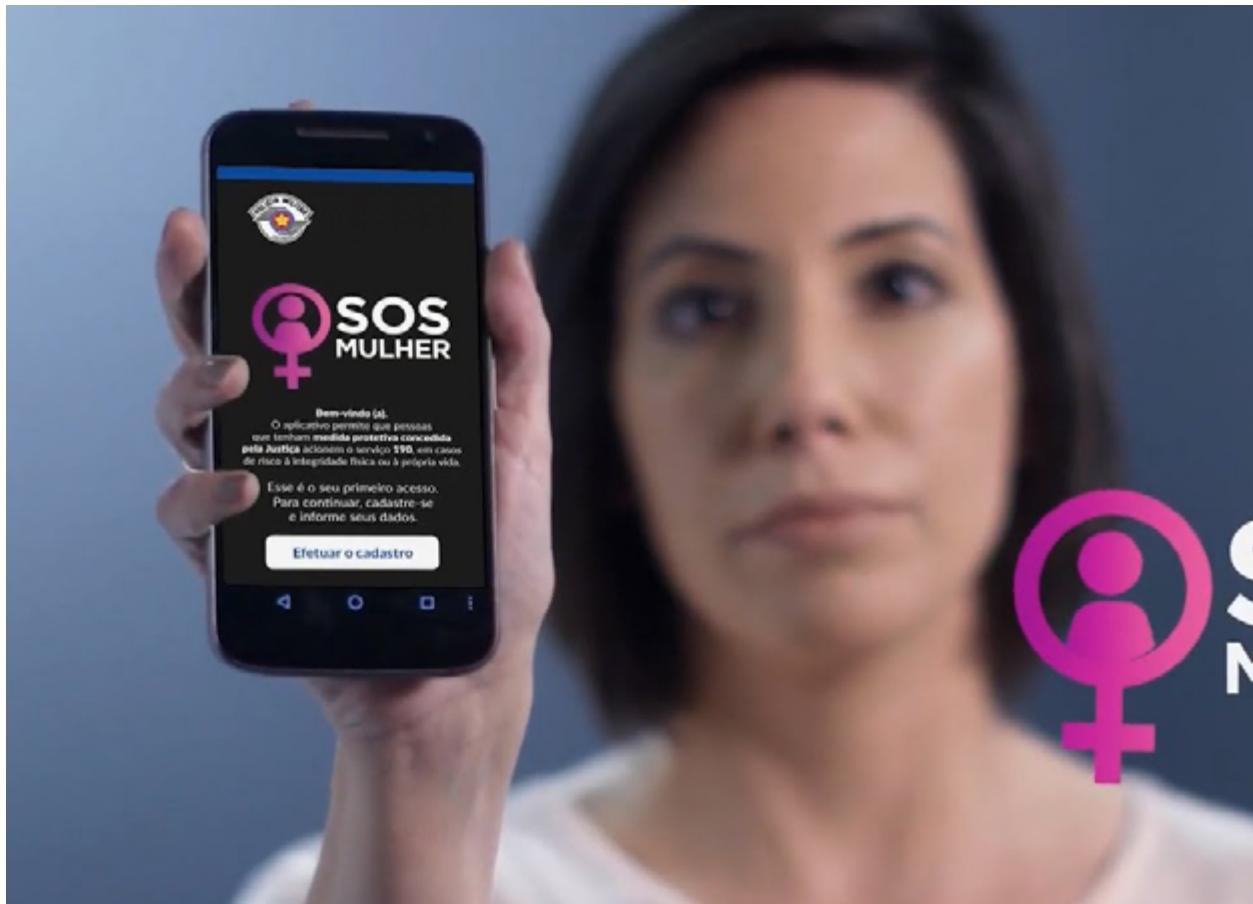
A iniciativa também envolve acordo de cooperação com o TJSP, que compartilha e atualiza diariamente banco de dados contendo todas as medidas protetivas emitidas pelo Órgão Judiciário. O efetivo policial também recebeu treinamentos para o eficaz atendimento de ocorrências geradas pelo aplicativo. Por fim, houve criação de novo código de ocorrência para registro e controle de situações ou de pedido de apoio acionados pelo aplicativo para subsidiar a tomada de decisão.

RESULTADOS

O App “SOS Mulher” tem registrado dados expressivos no Estado de São Paulo. Até 25 de setembro de 2020, foram registrados os seguintes números:

- Medidas protetivas concedidas (TJ): 333.135;

- Downloads ativos (instalados): 15.976;
- Usuárias cadastradas no App: 25.614;
- Pessoas aptas a realizarem o chamado de emergência (medida protetiva concedida + cadastrada no App): 15.986;
- Acionamentos da PMESP via App: 1.311;
- Atendimentos efetivos gerados pelo APP (deslocamento de viaturas ao local): 1.151;
- Pessoas conduzidas ao Distrito Policial: 73; e
- Pessoas presas: 24.



TODAS IN-REDE

SECRETARIA DOS DIREITOS DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA



O QUE É

O programa TODAS in-Rede foi lançado em junho de 2020 pela Secretaria de Estado dos Direitos da Pessoa com Deficiência de São Paulo. O objetivo é promover o empoderamento e a emancipação das mulheres com deficiência do Estado de São Paulo, visando a favorecer a melhoria da qualidade de vida e a inclusão social.

O programa está estruturado em quatro pilares principais:

1. Trabalho, renda e autonomia financeira, por meio das ações como: cursos de empreendedorismo e qualificação profissional; divulgação de vagas de trabalho e incentivo a escolaridade;
2. Prevenção à violência, por meio de cursos de formação sobre o atendimento da mulher vítima de violência e de LIBRAS, para os profissionais da rede de proteção e rede de apoio para atendimento das mulheres vítimas de violências;
3. Empoderamento, autoestima e liderança, por meio das ações como lançamento de um site acessível; veiculação de campanhas educativas nas redes sociais; constituição de uma rede virtual de mulheres com deficiência; e realização de encontros formativos;
4. Direitos afetivos, sexuais e reprodutivos, por meio da realização de curso de formação de “como atender as mulheres com deficiência na rede de atenção à saúde”; e disponibilização de informações dos equipamentos acessíveis no Estado de São Paulo.

As principais parcerias do programa são: Secretaria de Segurança Pública (SSP); Universidade Virtual do Estado de São Paulo (UNIVESP); Sebrae; Secretaria de Estado da Saúde; e Secretaria de Comunicação.

RESULTADOS

O programa TODAS in-Rede apresenta os seguintes indicadores:

- Adesão de 7 municípios por meio de assinatura de protocolo de intenções:
 - Rio Claro;
 - Santos;
 - Registro;
 - São Bernardo do Campo;
 - Campinas;
 - Presidente Prudente; e
 - Araçatuba.
- 2 turmas do Curso EaD (ensino a distância) de atendimento à mulher com deficiência vítima de violência, com 500 inscritos no total.
- 205 mulheres com deficiência cadastradas na rede virtual.



PROGRAMA ARENA ESPORTIVA

SECRETARIA DE ESPORTES



Meta 10.2: Até 2030, empoderar e promover a inclusão social, econômica e política de todos, independentemente da idade, gênero, deficiência, raça, etnia, origem, religião, condição econômica ou outra.

Localização no PPA:

Programa 4111

Produto 1442

Ação 1040

Metas impactadas indiretamente:

3.4 | 17.17

O QUE É

O Programa Arena Esportiva foi criado em 2019 pela Secretaria de Esportes do Estado de São Paulo. Trata-se da oferta pela Secretaria de um local para a prática esportiva de lazer e treinamento para os municípios que recebem o equipamento. Em parceria com os municípios – que disponibilizam o terreno e a base com ligações de água e energia elétrica –, a Secretaria implanta a Arena Esportiva. Com materiais modulares, a prefeitura pode, inclusive, mudar o local do equipamento de acordo com as necessidades da cidade.

A prefeitura do município oferece como contrapartida a área do terreno já com o contrapiso feito nas especificações indicadas pela empresa contratada. Com isso, essa empresa monta a quadra, com grama sintética para o futebol society, traves e demarcações, arquibancada e iluminação de LED. Também instala a quadra de 3 x 3 de basquete com tabela e demarcações oficiais.

Dessa forma, por meio desse convênio, a cidade recebe a Arena Esportiva e disponibiliza para os moradores um centro esportivo completo e integrado. O horário de utilização das quadras é divulgado pelo município, mas a expectativa é de disponibilidade de uso de 16h diariamente.

RESULTADOS

O Programa Arena Esportiva é uma alternativa viável para suprir a carência por espaços esportivos em muitas cidades. Pode responder a essa demanda de forma rápida, barata e com fácil manutenção para os municípios.

Como o programa é novo e, por conta da pandemia da COVID-19, os espaços de práticas esportivas de contato estão fechados, ainda não

há indicadores de uso. A expectativa é de utilização (16h diárias) por um público estimado de 4 mil pessoas mês. As aulas e atividades são oferecidas pelo município.



BASE DE DADOS DOS DIREITOS DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA

SECRETARIA DOS DIREITOS DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA



Meta 10.2: Até 2030, empoderar e promover a inclusão social, econômica e política de todos, independentemente da idade, gênero, deficiência, raça, etnia, origem, religião, condição econômica ou outra.

Localização no PPA:

Programa 4700

Produto 605

Ação 5963

Meta impactada indiretamente:

10.3

Link:

www.basededados.sedpcd.sp.gov.br

O QUE É

A Base de Dados é uma plataforma criada pela Secretaria de Estado dos Direitos da Pessoa com Deficiência, em parceria com a Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas (Fipe). Reúne dados censitários e informações sobre a pessoa com deficiência em um sistema de BI (Business Intelligence), organizados nas áreas de educação, saúde, desenvolvimento social e emprego e renda, entre outras. O público-alvo do banco de dados é composto prioritariamente por gestores públicos municipais e Conselheiros de Direitos das Pessoas com Deficiência e comunidade acadêmica.

As informações são organizadas e processadas segundo regras e critérios objetivos, que permitem e facilitam o monitoramento e a avaliação de políticas públicas. Vale destacar que os critérios e regras utilizados na coleta e tratamento dos dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) consideraram apenas as respostas “sim – grande dificuldade” e “sim – não consegue de modo algum” na classificação da deficiência permanente.

A plataforma disponibiliza dados sobre as pessoas com deficiência no Estado de São Paulo, nas seguintes áreas:

- Dados Censitários;
- Emprego e Renda;
- Vulnerabilidade Social;
- Educação;
- Prevenção a Violência;
- Saúde; e
- Esporte.

Os parceiros do programa para o fornecimento de bancos de dados relacionados às pessoas com deficiência das suas respectivas pastas são: Secretarias de Estado de Desenvolvimento Social, da Saúde, da Educação e da Segurança Pública. Outro parceiro é o Centro de Treinamento Paralímpico Brasileiro, que envia informações sobre seus atletas.

RESULTADOS

A plataforma exerce papel relevante como um instrumento para a indução de políticas públicas, contribuindo para a construção de novas ações inclusivas municipais e estadual. A ferramenta disponibiliza informações úteis que auxiliam os gestores públicos e privados nas suas tomadas de decisões.

Também se destaca como fonte de dados relevantes para estudos de pesquisadores e profissionais interessados na causa, e como instrumento de monitoramento do progresso das políticas relacionadas a deficiência.

Um dos indicadores da sua importância é o número de acessos ao portal do programa, que foram os seguintes:

- 3.924 usuários; e
- 14 mil visualizações.



CARAVANA DA INCLUSÃO

SECRETARIA DOS DIREITOS DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA



Meta 10.2: Até 2030, empoderar e promover a inclusão social, econômica e política de todos, independentemente da idade, gênero, deficiência, raça, etnia, origem, religião, condição econômica ou outra.

Localização no PPA:

Programa 4700

Produto Não identificado

Ação 3912

Metas impactadas indiretamente:

Não identificadas

Links:

caravana.sedpcd.sp.gov.br

Vídeo da caravana em Ourinhos
<https://www.youtube.com/watch?v=V1ilEZGVkMM>

O QUE É

Criada em 2010, a Caravana da Inclusão é um programa da Secretaria de Estado dos Direitos da Pessoa com Deficiência. Visa a mobilização da atores da sociedade, como gestores públicos, prefeitos, pessoas com deficiência, familiares e profissionais em geral do Estado de São Paulo. O objetivo é envolvê-los na construção e implementação de projetos de lei que assegurem acessibilidade e valorização da cidadania das pessoas com deficiência.

O projeto busca levar as ações da Secretaria aos gestores municipais do Estado de São Paulo. São feitas apresentações dos programas em encontros regionais realizados em cidades sede, com o intuito de ampliar o conhecimento sobre as políticas públicas desenvolvidas em benefício da população com deficiência. Nesse sentido, são firmadas parcerias com prefeituras municipais das cidades escolhidas para sediar o evento.

RESULTADOS

Foram realizadas 4 caravanas no Estado de São Paulo na atual gestão do Governador João Dória nas seguintes cidades:

- Ourinhos;
- Itanhaém;
- Amparo; e
- Miracatu.



ESCOLAS DE QUALIFICAÇÃO PROFISSIONAL

FUNDO SOCIAL DE SÃO PAULO – SECRETARIA DE GOVERNO



Meta 10.2: Até 2030, empoderar e promover a inclusão social, econômica e política de todos, independentemente da idade, gênero, deficiência, raça, etnia, origem, religião, condição econômica ou outra.

Localização no PPA:

Programa 5102

Produto 755

Ação 5331

Metas impactadas indiretamente:

4.1 | 4.3 | 8.3

Links:

<http://www.fundosocial.sp.gov.br/>

<https://www.instagram.com/fundosocialsp>

<https://www.fundosocial.sp.gov.br/escolas>

O QUE É

O programa Escola de Qualificação Profissional do Fundo Social de São Paulo (FUSSP) foi criado em setembro de 2011. O objetivo é proporcionar a inclusão social por meio da capacitação de pessoas em situação de vulnerabilidade social, e promover a geração de renda e o fomento ao empreendedorismo.

O programa almeja capacitar pessoas nas seguintes áreas: moda, casa e papelaria; beleza, estética e bem-estar; informática e programação; construção civil; horta e jardinagem; gastronomia e hospitalidade; e mecânica. O foco é o empreendedorismo, a partir da construção de conhecimentos gerais e específicos, visando responder às demandas do mercado de trabalho.

Os cursos são coordenados e organizados pelo FUSSP e ministrados por meio de convênio com o Centro Estadual Tecnológico “Paula Souza” (Secretaria de Desenvolvimento Econômico).

RESULTADOS

O programa Escola de Qualificação Profissional vem registrando indicadores expressivos, reforçando a sua importância social.

Em 2019, foram emitidos 17.752 certificados. No primeiro trimestre de 2020, foram oferecidas 1.913 vagas e emitidos 1.707 certificados, ou seja, a evasão média foi de 10,8%.

No período 2019-2020, foram emitidos um total de 19.459 certificados.

Devido à pandemia de COVID-19, os demais cursos foram cancelados, com retorno previsto para dezembro de 2020.



INOVA EDUCAÇÃO

SECRETARIA DA EDUCAÇÃO



Meta 10.2: Até 2030, empoderar e promover a inclusão social, econômica e política de todos, independentemente da idade, gênero, deficiência, raça, etnia, origem, religião, condição econômica ou outra.

Localização no PPA:

Programa **0800**

Produto **871**

Ação **6136**

Metas impactadas indiretamente:

4.1 | 4.4

Link:

<https://inova.educacao.sp.gov.br>

O QUE É

O INOVA Educação foi criado pela Secretaria da Educação do Estado de São Paulo (SEDUC) e implantado no ano letivo de 2020 para todos os estudantes do 6º ao 9º ano do Ensino Fundamental e Ensino Médio do Estado de São Paulo. O programa é uma forma de ampliar para toda a rede do Estado de São Paulo as experiências exitosas do Programa Ensino Integral (PEI) e as práticas bem-sucedidas já implementadas por diversas escolas da rede estadual em período parcial. Em 2022, o INOVA Educação foi ampliado aos estudantes do 1º ao 5º ano do Ensino Fundamental.

O programa traz inovações para engajar os estudantes, promovendo a aprendizagem de todos por meio de uma educação integral que trabalhe as competências para o Século 21. A proposta é garantir que o estudante se desenvolva plenamente, a partir das habilidades cognitivas, físicas, socioemocionais e culturais. E, assim, favorecer a sua inserção acadêmica e profissional no futuro. Para os Anos Iniciais do Ensino Fundamental, foram incluídos três novos componentes curriculares: Língua Inglesa, Projeto de Convivência e Tecnologia e Inovação, com o objetivo de proporcionar novas oportunidades de aprendizagem, inserção no mundo digital, desenvolvimento linguístico e emocional.

Para os Anos Finais do Ensino Fundamental e Ensino Médio, o programa oferece aulas de Projeto de Vida, Eletivas e Tecnologia e Inovação. Para apoiar a implementação do Programa nas escolas, a SEDUC estabeleceu diversas parcerias para a elaboração de materiais de apoio e formação de professores. O Instituto Ayrton Senna (IAS) elaborou as diretrizes das competências socioemocionais, que é a base do material pedagógico do componente curricular Projeto de Vida. Por sua vez, o Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (Sebrae) desenvolveu atividades por meio do Centro de Mídias de São Paulo

(CMSP), auxiliando no desenvolvimento de eletiva sobre educação empreendedora. O Centro de Mídias atende a rede estadual com aulas para os estudantes e formação para professores, coordenadores e gestores, utilizando o aplicativo CMSP (com dados patrocinados) e a parceria com a TV Cultura.

RESULTADOS

Ao longo de 2020, foram realizadas formações aos profissionais da educação e ofertadas três Edições dos cursos de Eletivas, Projeto de Vida e Tecnologia e Inovação, na modalidade à distância pela Escola de Formação dos Profissionais da Educação (EFAPE). Paralelamente, foram disponibilizados materiais de apoio aos estudantes e professores. Dessa forma, em 2020, 100% das escolas regulares de Ensino Fundamental Anos Finais e Ensino Médio implementaram o INOVA Educação, ofertando cursos para 2,280 milhões de estudantes. A partir de 2021, além dos cursos já ofertados em 2020, foram disponibilizadas também formações específicas para os profissionais que atuam nos Anos Iniciais do Ensino Fundamental, visando apoiar a implementação do Programa nesta etapa de ensino. Vinculado ao programa, a SEDUC realizou, em 2020 e em 2021, o Movimento INOVA. O propósito foi permitir maior conexão entre professores, alunos e outros integrantes da rede e conectá-los às soluções tecnológicas inovadoras. Para esse público, foi ofertada uma programação on-line com, por exemplo, atividades práticas, mostras interativas de robótica e computação, palestras e oficinas. Vinculado ao programa, a SEDUC realizou, em outubro de 2020, o Movimento INOVA. O propósito foi permitir maior conexão entre professores, alunos e outros integrantes da rede e conectá-los às soluções tecnológicas inovadoras. Para esse público, foi ofertada uma programação on-line com, por exemplo, atividades práticas, mostras interativas de robótica e computação, palestras e oficinas.



MEU EMPREGO – TRABALHO INCLUSIVO

SECRETARIA DOS DIREITOS DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA



Meta 10.2: Até 2030, empoderar e promover a inclusão social, econômica e política de todos, independentemente da idade, gênero, deficiência, raça, etnia, origem, religião, condição econômica ou outra.

Localização no PPA:

Programa **4700**

Produto **1315**

Ação **6249**

Meta impactada indiretamente:

8.5

Links:

www.trabalhoinclusivo.sedpcd.sp.gov.br

Vídeos

Programa Meu Emprego

<https://youtu.be/nohrfD5ghVU>

Polo de Empregabilidade Inclusivo

<https://youtu.be/nohrfD5ghVU>

O QUE É

O programa Meu Emprego da Secretaria de Estado dos Direitos da Pessoa Com Deficiência visa fomentar a empregabilidade da pessoa com deficiência no mercado de trabalho. Atua por meio de ações que vão desde a busca de candidatos até o monitoramento do trabalhador dentro da empresa, assessorando seus departamentos de Recursos Humanos (RHs) sobre os temas da inclusão.

O programa está estruturado em cinco pilares principais:

1. Qualificação profissional e empreendedora: oferece cursos de qualificação profissional empreendedora, presencialmente com turmas mistas e a distância utilizando a mesma plataforma on-line da Univesp.
2. Intermediação de mão de obra: os Postos de Atendimento ao Trabalho (PAT) e os Polos de Empregabilidade Inclusiva (PEIs) recebem as vagas de emprego das empresas e as disponibilizam aos candidatos. Também emitem carteira de trabalho e habilitação do seguro-desemprego.
3. Emprego Apoiado: os Polos de Empregabilidade apoiam a inclusão do candidato para aumentar a taxa de permanência e desenvolvimento profissional da pessoa com deficiência no mercado de trabalho.
4. Busca ativa: os candidatos se cadastram no site do programa e os PEIs realizam busca de candidatos com deficiência com perfil de empregabilidade nas comunidades vulneráveis de São Paulo (ex: Paraisópolis e Heliópolis).

5. Entrevista profissional: orienta os candidatos e faz entrevistas individuais para o mapeamento das habilidades e perfis profissionais. No momento, o serviço é realizado na Capital e Região Metropolitana de São Paulo.

Entre as secretarias parceiras do programa estão a de Desenvolvimento Econômico e a de Desenvolvimento Social.

RESULTADOS

Entre os resultados e indicadores apresentados pelo programa estão:

- Abertura de 3 Polos de Empregabilidade Inclusiva (PEIs);
 - Boa Vista (São Paulo);
 - Imigrantes (São Paulo); e
 - Jd. Humaitá (São Paulo).
- 1.875 pessoas com deficiência encaminhadas para as empresas;
- 120 Empresas aderiram ao programa;
- 419 pessoas capacitadas nos cursos de qualificações; e
- 4.730 pessoas com deficiência cadastradas no site do programa.



MUSEU DA INCLUSÃO

SECRETARIA DOS DIREITOS DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA



Meta 10.2: Até 2030, empoderar e promover a inclusão social, econômica e política de todos, independentemente da idade, gênero, deficiência, raça, etnia, origem, religião, condição econômica ou outra.

Localização no PPA:

Programa **4700**

Produto **1541**

Ação **3270**

Metas impactadas indiretamente:

11.4

Link:

[https://www.saopaulo.sp.gov.br/
snoticias/orgaos-governamentais/
memorial-da-inclusao/](https://www.saopaulo.sp.gov.br/snoticias/orgaos-governamentais/memorial-da-inclusao/)

O QUE É

O Museu da Inclusão é um equipamento museológico da Secretaria de Estado dos Direitos da Pessoa com Deficiência para preservar a memória de luta por direitos das pessoas com deficiência e sua busca histórica por direitos.

Foi criado em 2009 como Memorial da Inclusão e elevado por decreto à categoria de Museu da Inclusão em 2018. Essa mudança vai além da nomenclatura, pois ser museu é um compromisso social. Trata-se de um investimento físico na estrutura com o espaço acessível, mas, também, da aproximação das novas gerações de ativistas, de produção compartilhada de exposições, discussão de pautas contemporâneas, ações educativas acessíveis e inclusivas e produção de pesquisa e conhecimento.

Com público-alvo a sociedade em geral, o objetivo primordial é a conscientização dessa sociedade sobre os direitos das pessoas com deficiência e o seu empoderamento. Além disso, o Museu tem a tarefa de levar exposições itinerantes ao interior do estado e receber exposições de longa duração na sua sede física, na cidade de São Paulo. O Museu desenvolve estudos, debates, pesquisas, simpósios, seminários, cursos e palestras, sempre voltados para a valorização do protagonismo das pessoas com deficiência e o respeito aos seus direitos.

RESULTADOS

Em 2019, o Museu da Inclusão recebeu 33.072 visitantes em suas exposições, nas modalidades permanentes, itinerantes e virtuais.



PRAÇA DA CIDADANIA

FUNDO SOCIAL DE SÃO PAULO – SECRETARIA DE GOVERNO



O QUE É

A Praça da Cidadania é um programa do Fundo Social de São Paulo (FUSSP), criado em 2019 (Decreto Estadual nº. 64.160/2019). Constitui-se por espaços de apoio ao desenvolvimento de regiões de alta vulnerabilidade social, com soluções integradas focadas em educação, economia, esporte, lazer, cultura e ecologia.

Implantadas em terrenos públicos ou privados, as Praças da Cidadania são concebidas a partir de processos participativos e construídas pelo FUSSP em parceria com a iniciativa privada. São mantidas por meio da cooperação entre o governo do Estado de São Paulo, prefeituras e sociedade civil. O programa visa promover oportunidade educacional voltada à geração de renda e desenvolvimento da economia local, a partir dos cursos gratuitos oferecidos pelas Escolas de Qualificação Profissional pelo FUSSP.

Além dos cursos, as Praças da Cidadania contam com serviços de assistência às pessoas em situação de vulnerabilidade social, e equipamentos para a prática de esportes, lazer e cultura, podendo contemplar: quadras poliesportivas; anfiteatro; academia ao ar livre; pista de corrida; espaços de convivência e jogos; horta; e parquinho infantil.

As Praças da Cidadania ainda contam com os serviços da Secretaria Estadual de Justiça e Cidadania: assessoria jurídica gratuita e emissão de documentos; atendimento ao cidadão realizados pelas prefeituras; apoio da Secretaria Estadual de Esportes para a instalação de equipamentos de academias ao ar livre.

Meta 10.2: Até 2030, empoderar e promover a inclusão social, econômica e política de todos, independentemente da idade, gênero, deficiência, raça, etnia, origem, religião, condição econômica ou outra.

Localização no PPA:

Programa 5102

Produto 1663

Ação 2592

Metas impactadas indiretamente:

4.3 | 8.3 | 17.7

Links:

<http://www.fundosocial.sp.gov.br/>

<https://www.instagram.com/fundosocialsp>

www.fundosocial.sp.gov.br/projetos/praca-da-cidadania/

RESULTADOS

Em 2019, foi entregue a primeira Praça da Cidadania, localizada no município de Santo André, impactando, em média, 120 mil pessoas. Em 2020, foi inaugurada a primeira unidade de São Paulo, em Paraisópolis, bairro com população estimada de 100 mil habitantes. Em fevereiro de 2021, a terceira unidade foi entregue, no município de Guarulhos, no bairro de Pimentas, com população estimada de 156 mil habitantes.

Além dessas, mais duas Praças da Cidadania estão previstas para serem inauguradas em 2021: uma em São Miguel Paulista, Zona Leste da capital; e outra no município de Cubatão, na região do Bolsão 9. Está prevista ainda pelo FUSSP a inauguração de mais praças em 2022 no estado.

Atualmente, está em andamento a implantação do Parque da Cidadania de Heliópolis, um bairro de São Paulo, um projeto com conceito arquitetônico realizado pelo arquiteto Roberto Loeb.



PROGRAMA DE GERAÇÃO E DISSEMINAÇÃO DE CONHECIMENTO – CURSO DE LIBRAS

SECRETARIA DOS DIREITOS DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA



Meta 10.2: Até 2030, empoderar e promover a inclusão social, econômica e política de todos, independentemente da idade, gênero, deficiência, raça, etnia, origem, religião, condição econômica ou outra.

Localização no PPA:

Programa **4700**

Produto **605**

Ação **5963**

Metas impactadas indiretamente:

Não identificadas

Link:

Curso de Libras – <https://youtu.be/D4CpmjDNOd8>

O QUE É

O programa visa promover a inclusão das pessoas com deficiência auditiva na sociedade, por meio da formação em Libras (Língua Brasileira de Sinais). O Curso de Libras é gratuito e voltado para funcionários das Secretarias do Estado de São Paulo, repartições públicas e público em geral. É executado na capital e no interior do estado.

A iniciativa é fruto da parceria entre as Secretarias de Estado dos Direitos da Pessoa com Deficiência e Educação, por meio da Escola de Formação e Aperfeiçoamento dos Profissionais da Educação (EFAPE). São oferecidos cursos presenciais e ensino a distância (EaD), com 40 horas de duração, nas modalidades básico, intermediário e avançado, com emissão de certificado de conclusão.

O programa conta com parcerias locais com prefeituras e organizações da sociedade civil para realização dos cursos (cessão de espaço) no interior e litoral do estado.

De acordo com a Base de Dados da Pessoa com Deficiência, no Estado de São Paulo existem mais de 3 milhões de pessoas com deficiência. Desses, 14,49% são pessoas com deficiência auditiva.

RESULTADOS

O programa realizou 47 cursos, com a formação de 535 alunos. Foram contemplados 6 municípios, a saber:

- Piracicaba;
- Santos;
- Registro;

- Rio Claro;
- São José dos Campos; e
- Campinas.

Durante a pandemia de COVID-19, os cursos presenciais foram interrompidos e migraram para a modalidade EaD. Existe ainda a previsão de abertura de um curso EaD voltado para a rede de professores do estado.



PROGRAMA VIDATIVA

SECRETARIA DE ESPORTES



Meta 10.2: Até 2030, empoderar e promover a inclusão social, econômica e política de todos, independentemente da idade, gênero, deficiência, raça, etnia, origem, religião, condição econômica ou outra.

Localização no PPA:

Programa **4109**

Produto **406**

Ação **5116**

Metas impactadas indiretamente:

3.4 | 5.1

Link:

<https://www.esportes.sp.gov.br/vidativa-selj/>

O QUE É

O Programa VidAtiva é uma ação do Governo do Estado de São Paulo, por meio da Secretaria Estadual de Esportes e do Fundo Social de Solidariedade do estado. Visa auxiliar o idoso de baixa renda e vulnerabilidade social, ou que tenha prescrição médica, oferecendo condições para a prática de atividade física, desportiva e de lazer como medida preventiva ou curativa. Essa iniciativa representa mais uma ferramenta para o cidadão com idade superior a 60 anos melhorar sua qualidade de vida.

O objetivo do programa é incentivar os idosos para a realização de atividades físicas e, assim, melhorar a expectativa de vida, o relacionamento, o nível de saúde e diminuir o uso de remédio por parte desse público.

Trata-se de um cartão magnético vinculado ao pagamento de academias e clubes com atividades específicas. Ele é disponibilizado para idosos com um valor pré-pago de R\$ 57 por mês para pagamento nesses estabelecimentos.

RESULTADOS

O Programa VidAtiva terminou o ano de 2019 com 3.100 idosos. Atualmente, estima-se em 2.565 participantes, considerando os desistentes desde janeiro de 2020 e que não estão tendo reposições.

O plano de aplicação de recursos para manutenção do Programa VidAtiva está baseado no total de cartões ativos atualmente, de 2.650 idosos, que são recarregados mensalmente. Desses, são 1.100 idosos em clubes e academias com piscina, com custo mensal per capita de R\$ 57,57 (carga + taxa bancária), totalizando R\$ 63.327,00. Por sua vez,

são 1.550 idosos em academias sem piscina, com custo mensal per capita de R\$ 40,29 (carga + taxa bancária), em um total de R\$ 62.449,50. O orçamento total é de R\$ 1.509.318,00.

Como o Estado de São Paulo ainda está em quarentena, não há informações efetivas sobre a realidade dos clubes e academias após a pandemia de COVID-19, e sobre o interesse dos idosos em continuar.



PROJETO ATENDIMENTO SURDOCEGUEIRA

SECRETARIA DOS DIREITOS DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA



Meta 10.2: Até 2030, empoderar e promover a inclusão social, econômica e política de todos, independentemente da idade, gênero, deficiência, raça, etnia, origem, religião, condição econômica ou outra.

Localização no PPA:

Programa **4700**

Produto **1310**

Ação **2702**

Metas impactadas indiretamente:

Não identificadas

Link:

Vídeo do Projeto Surdocegos em Ação

<https://www.youtube.com/watch?v=fSOUtrbt4W>

O QUE É

O Projeto Atendimento Surdocegueira, da Secretaria de Estado dos Direitos da Pessoa com Deficiência, foi iniciado em 2018. Visa auxiliar pessoas com surdocegueira e seus familiares a se inserir na sociedade.

O programa tem os seguintes objetivos:

- Atender usuários com surdocegueira e com deficiência múltipla sensorial, que apresentam sérios problemas físicos, emocionais e psiquiátricos em seu domicílio;
- Apoiar as famílias para uma melhor qualidade de vida, resgatando os vínculos afetivos;
- Realizar atividades que permitam a participação e inclusão no próprio lar;
- Fazer contatos e encaminhamentos para locais próximos ao lar, visando a inserção social;
- Promover maior interação entre os membros familiares;
- Realizar a organização dos ambientes; e
- Levantar os recursos do entorno para encaminhamentos presentes e futuros.

RESULTADOS

Entre os indicadores do Projeto Atendimento Surdocegueira estão:

- 100 pessoas com surdocegueira atendidas durante o ano de 2020; e
- 9.820 atendimentos realizados em 2020 (até agosto de 2020),



PROSPERA JOVEM

SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL



O QUE É

O programa Prospera Jovem, da Secretaria Estadual de Desenvolvimento Social, visa promover a mobilidade social de jovens em situação de vulnerabilidade social por meio do acompanhamento contínuo e do fomento às condições necessárias para a geração de renda e integração ao mundo do trabalho. E, dessa forma, romper com o ciclo intergeracional de perpetuação da pobreza.

O programa atende, como público-alvo, jovens matriculados na rede estadual de ensino do Estado de São Paulo do 9º ano do Ensino Fundamental ao 3º ano do Ensino Médio, pertencentes a famílias cuja renda mensal per capita seja de até meio salário-mínimo e cadastradas no Cadastro Único (CadÚnico).

Meta 10.2: Até 2030, empoderar e promover a inclusão social, econômica e política de todos, independentemente da idade, gênero, deficiência, raça, etnia, origem, religião, condição econômica ou outra.

Localização no PPA:

Programa 3500

Produto 1771

Ação Não identificada

Metas impactadas indiretamente:

1.1 | 4.4 | 10.1

Link:

<https://www.desenvolvimentosocial.sp.gov.br/acoes-de-protacao-social/prospera-jovem/>

O programa está baseado na metodologia Prospera. Os beneficiários participam de uma jornada de até quatro anos, pautada em 4 pilares de atuação: Projeto de Vida; Tutoria; Capacitação; e Incentivo Financeiro. Os eixos estratégicos compreendem: a elaboração de um plano de futuro (O Projeto de Vida – PV); o apoio para o desenvolvimento pessoal e profissional; a capacitação técnica vinculada ao PV voltada para inserção no mercado de trabalho; e a transferência de renda para execução de seu PV e como estímulo à cultura de poupança.

O primeiro ciclo do programa foi desenvolvido, em 2020, em 22 municípios do Vale do Ribeira. O ciclo que se inicia em 2021 também estará focado nos municípios da região. O programa será executado de forma articulada com municípios, órgãos estaduais e organizações da sociedade civil.

RESULTADOS

O programa ainda não teve sua implantação concluída nos municípios, nem o início direto das ações com os beneficiários por conta das restrições sanitárias impostas pela COVID-19. Mas já foram concluídas as atividades relacionadas ao projeto piloto, implementado em formato on-line de outubro a dezembro de 2020, com os seguintes indicadores:

- 400 alunos selecionados para participação no Prospera Jovem 2020; e
- 316 alunos concluíram a trajetória acadêmica do programa Prospera Jovem 2020 (80% de aprovação).

O montante de R\$ 379.200,00 foi destinado à transferência de renda, diretamente para os jovens beneficiários.



SÃO PAULO ESCOLA DE TEATRO

SECRETARIA DE CULTURA E ECONOMIA CRIATIVA



Meta 10.2: Até 2030, empoderar e promover a inclusão social, econômica e política de todos, independentemente da idade, gênero, deficiência, raça, etnia, origem, religião, condição econômica ou outra.

Localização no PPA:

Programa **1201**

Produto **693**

Ação **5976**

Metas impactadas indiretamente:

4.4 | 4.5 | 4.7

Link:

<https://www.spescoladeteatro.org.br/>

O QUE É

A SP Escola de Teatro é um equipamento voltado à profissionalização técnica nas diversas áreas das artes cênicas, com cursos de atuação, cenografia e figurino, direção, dramaturgia, humor, iluminação, sonoplastia e técnicas de palco. A SP Escola de Teatro – Centro de Formação das Artes do Palco foi inaugurada, em 2010, na cidade de São Paulo. Com um modelo pedagógico ousado, o espaço toma como prismas da formação as sensibilidades e as potencialidades artísticas, humanas, críticas e cidadãs. A Escola é administrada pela Associação dos Artistas Amigos da Praça (ADAAP), parceira da Secretaria de Cultura e Economia Criativa.

Os principais pressupostos do projeto pedagógico da Escola são:

- Ensino não hierárquico: baseia-se em um modelo de ensino que rompe com o regime de subordinação das pedagogias tradicionais. O conhecimento avança de acordo com trabalhos práticos e reflexivos, levando em consideração o ritmo de estudantes e docentes;
- Ensino não cumulativo: a Escola dilui completamente o parâmetro de que o estudante no quarto semestre é mais avançado do que aquele no estágio inicial. Compartimentar o conhecimento artístico é uma contradição improdutiva, pois ele deve ser trabalhado com um mecanismo de expansão, desdobramento natural do fazer artístico, e não de acumulação; e
- Ensino modular: um módulo corresponde à unidade de conteúdos e práticas daquele semestre. O estudante da Escola frequenta quatro módulos independentes em uma das linhas de estudo do curso técnico, cada um com a duração de um semestre e identificado por uma cor: verde, amarelo, azul e vermelho.

RESULTADOS

O programa tem grande relevância nacional. É pioneiro em ações que visam a capacitação técnica das artes relacionadas ao palco de teatro. De 2019 até o presente momento, a SP Escola de Teatro atendeu a 5487 alunos nos cursos regulares e de extensão cultural.

A Escola distribuiu 413 bolsas auxílio aos alunos de baixa renda. Suas atividades tiveram a participação de 276.671 espectadores mobilizadores, com a oferta de 51.405 horas aulas.

Mesmo em meio a pandemia de COVID-19, a Escola recebeu 961.000 visualizações no canal do Youtube e seu sítio da internet recebeu 2.154.000 acessos. Em recente pesquisa, constatou-se que 74,5% dos alunos dos cursos regulares já saem da Escola empregados.



TIME SÃO PAULO PARALÍMPICO

SECRETARIA DOS DIREITOS DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA



O QUE É

Criado em 2011 e renovado anualmente, o TIME São Paulo Paralímpico visa fomentar o esporte Paralímpico e incentivar atletas com deficiência. É um incentivo financeiro para atletas paralímpicos de alto nível vinculados ao Estado de São Paulo. O projeto ainda visa avaliar, controlar e executar ações de suporte ao desenvolvimento esportivo desses atletas. O público-alvo são atletas paraolímpicos.

Na atual Temporada (2020), o projeto é composto por 61 atletas e 2 atletas-guia. Os atletas estão divididos em 11 modalidades: atletismo, bocha, ciclismo, halterofilismo, judô, natação, canoagem, parataekwondo, tênis de mesa, tiro esportivo e triatlo.

O programa tem com parceiro o Comitê Paralímpico Brasileiro, para avaliar, controlar e executar ações de suporte ao desenvolvimento esportivo dos atletas contemplados.

RESULTADOS

Tomando como base os Jogos ParaPan de Lima (2019), dos 337 componentes da delegação brasileira que disputaram os Jogos em Lima, no Peru, 44 eram atletas do TIME São Paulo Paralímpico.

A delegação brasileira terminou os jogos em 1º lugar no mundo, com 308 medalhas. O TIME São Paulo, por sua vez, contribuiu com expressivas 85 medalhas: mais de 1/4 das medalhas conquistadas pela delegação brasileira, sendo 52 de ouro, 21 de prata e 12 de bronze.

Meta 10.2: Até 2030, empoderar e promover a inclusão social, econômica e política de todos, independentemente da idade, gênero, deficiência, raça, etnia, origem, religião, condição econômica ou outra.

Localização no PPA:

Programa 4700

Produto 1310

Ação 2706

Metas impactadas indiretamente:

Não identificadas

Link:

<https://www.saopaulo.sp.gov.br/?s=TIME+SÃO+PAULO+PARALÍMPICO>



CÂMARA PLANETA



Tomie Ohtake. Cinza e vermelho, 1977. Óleo sobre tela. Acervo Artístico - Cultural dos Palácios do Governo.

A Câmara Planeta é composta pelos ODS 6, 7, 12, 13, 14 e 15. Este eixo aborda a necessidade de “Proteger os recursos naturais e o clima do nosso planeta para as gerações futuras”.



Metas prioritárias da Câmara Temática de Planeta

Meta 6.3	Até 2030, melhorar a qualidade da água, reduzindo a poluição, eliminando despejo e minimizando a liberação de produtos químicos e materiais perigosos, reduzindo à metade a proporção de águas residuais não tratadas e aumentando substancialmente a reciclagem e reutilização segura globalmente.
Meta 12.3	Até 2030, reduzir pela metade o desperdício de alimentos per capita mundial, nos níveis de varejo e do consumidor, e reduzir as perdas de alimentos ao longo das cadeias de produção e abastecimento, incluindo as perdas pós-colheita.
Meta 12.5	Até 2030, reduzir substancialmente a geração de resíduos por meio da prevenção, redução, reciclagem e reuso.
Meta 13.1	Reforçar a resiliência e a capacidade de adaptação a riscos relacionados ao clima e às catástrofes naturais em todos os países.
Meta 15.1	Até 2030, assegurar a conservação, recuperação e uso sustentável de ecossistemas terrestres e de água doce interiores e seus serviços, em especial florestas, zonas úmidas, montanhas e terras áridas, em conformidade com as obrigações decorrentes dos acordos internacionais.

Este capítulo contém **17 programas**, executados por **6 órgãos** de modo a atingir **4** metas ODS de maneira direta e **24** metas ODS de maneira indireta.

INFRAESTRUTURA VERDE, RECURSOS HÍDRICOS E SANEAMENTO

INSTITUTO DE PESQUISAS TECNOLÓGICAS – IPT

6 ÁGUA POTÁVEL E SANEAMENTO



Meta 6.3: Até 2030, melhorar a qualidade da água, reduzindo a poluição, eliminando despejo e minimizando a liberação de produtos químicos e materiais perigosos, reduzindo à metade a proporção de águas residuais não tratadas e aumentando substancialmente a reciclagem e reutilização segura globalmente.

Localização no PPA:

Não identificada

Metas impactadas indiretamente:

6.1 | 11.6

Link:

www.ipt.br

O QUE É

O objetivo do programa é promover o uso sustentável e a conservação dos recursos hídricos, bem como dos serviços ecossistêmicos associados, nos níveis municipal, regional e estadual.

O programa trata de soluções desenvolvidas e apoio aos municípios e ao Estado de São Paulo nas áreas de infraestrutura verde, recursos hídricos e saneamento. Inclui ações para o gerenciamento e a conservação de recursos hídricos, implementação de redes de saneamento, avaliação de impactos ambientais, planejamento e zoneamento ambiental e utilização sustentável dos recursos hídricos.

O programa é estruturado a partir dos seguintes componentes: orientações para otimização de serviços ecossistêmicos hídricos; diagnóstico e suporte para implementação de rede de saneamento; apoio aos comitês de bacias no gerenciamento de recursos hídricos; avaliação de impactos ambientais e zoneamento ecológico e econômico (ZEE); e planejamento urbano, municipal e regional. Tais elementos podem ser aplicados em níveis municipal, regional ou estadual. As ações realizadas no âmbito do programa envolvem a parceria com a Secretaria de Meio Ambiente do Estado de São Paulo, Comitês de Bacia do Estado de São Paulo e prefeituras municipais.

RESULTADOS

Espera-se com este guia que os gestores públicos sejam capazes de identificar e priorizar as áreas com os maiores déficits de funções ambientais em seu município e de escolher as diferentes tipologias de infraestrutura verde para implantação.

Entre as publicações e os resultados do programa estão:

1. Guia Metodológico de Infraestrutura Verde;
2. Manual de reuso de água da chuva;
3. Cartas geotécnicas estaduais, regionais e municipais;
4. Planos de Bacia Hidrográfica de 9 Unidades de Gerenciamento de Recursos Hídricos;
5. Diagnóstico do Plano de Desenvolvimento e Proteção Ambiental do Sistema Aquífero Guarani; e
6. Cartas de suscetibilidade estaduais, regionais e municipais.



MONITORAMENTO DA QUALIDADE DAS ÁGUAS INTERIORES

COMPANHIA AMBIENTAL DO ESTADO DE SÃO PAULO – CETESB



Meta 6.3: Até 2030, melhorar a qualidade da água, reduzindo a poluição, eliminando despejo e minimizando a liberação de produtos químicos e materiais perigosos, reduzindo à metade a proporção de águas residuais não tratadas e aumentando substancialmente a reciclagem e reutilização segura globalmente.

Localização no PPA:

Programa 2604

Produto 0442

Ação 5065

Metas impactadas indiretamente:

11.b | 17.14

Link:

<https://cetesb.sp.gov.br/aguas-interiores/programa-de-monitoramento/>

O QUE É

O Monitoramento da Qualidade das Águas Interiores é executado pela CETESB, que faz parte do Sistema Integrado de Gerenciamento de Recursos Hídricos (SIGRH). O programa é de fundamental importância para os órgãos gestores dos recursos hídricos, para a população e demais integrantes da sociedade civil organizada.

Os principais objetivos do programa são: 1) fazer um diagnóstico da qualidade das águas superficiais do Estado de São Paulo, avaliando sua conformidade com a legislação ambiental, inclusive do Rio Pinheiros; 2) avaliar a evolução temporal da qualidade das águas superficiais do estado, com vistas à gestão dos recursos hídricos; 3) identificar áreas prioritárias para o controle da poluição das águas, como trechos de rios e estuários, onde a sua qualidade possa estar mais comprometida; 4) subsidiar o diagnóstico e controle da qualidade das águas doces utilizadas para o abastecimento público, verificando se suas características são compatíveis com o tratamento existente, bem como para os seus usos múltiplos; e 6) subsidiar a execução dos Planos de Bacia e Relatórios de Situação dos Recursos Hídricos, bem como a cobrança do uso da água e estudos de enquadramento dos corpos hídricos.

Em 05 de setembro de 2016, a CETESB assinou termo de convênio com a Agência Nacional de Águas (ANA), o qual definiu o Plano de Metas para implementação da rede federal no Estado de São Paulo, a qual deverá atingir 249 pontos, devendo ser inseridos progressivamente ao longo dos cinco anos de vigência do contrato.

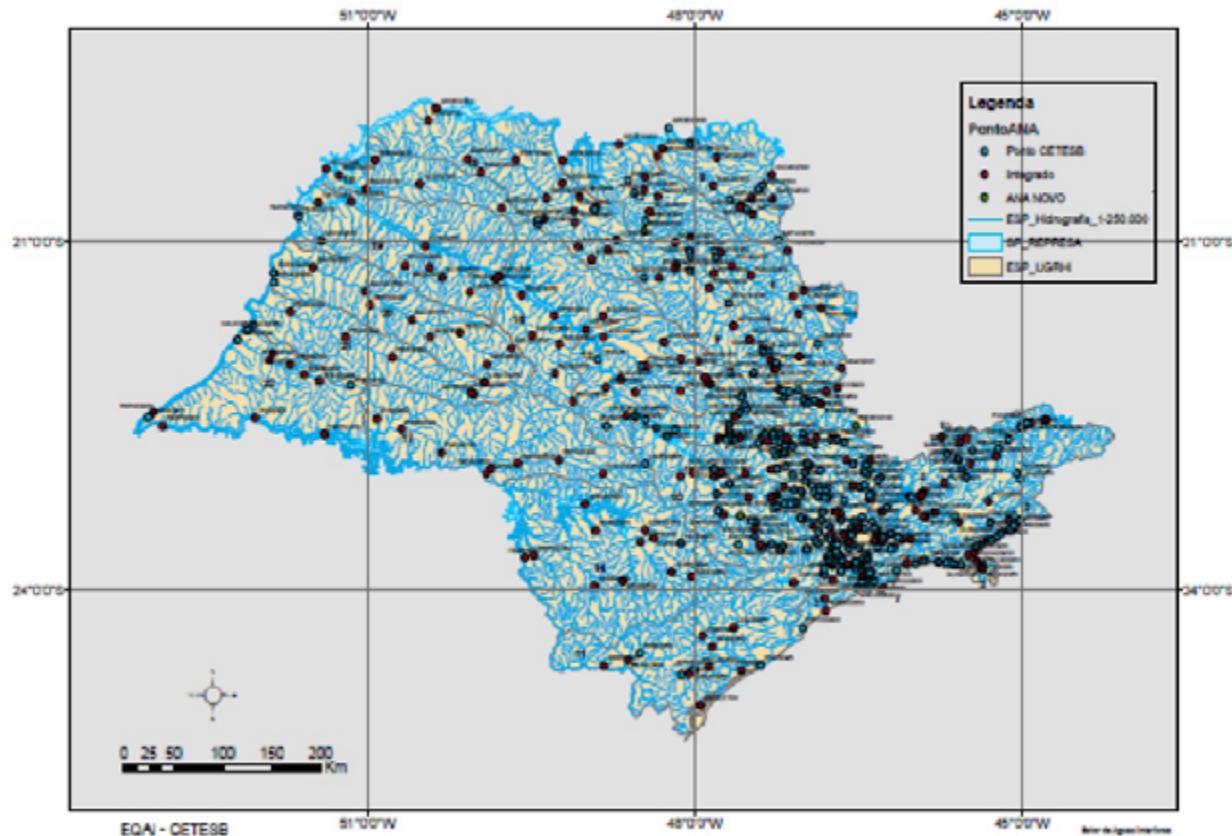
RESULTADOS

A rede de monitoramento das águas superficiais pode ser dividida em quatro redes: básica, de sedimentos, balneabilidade e automática.

Os resultados alcançados podem ser mensurados a partir da evolução do número de pontos da rede básica (Mapa), que cresceu de 338 pontos em 2009 para 477 pontos em 2019, para avaliação de cerca de 60 variáveis físicas, químicas e hidro biológicas.

Por sua vez, em 2019, na rede de sedimentos foram monitorados 24 pontos, complementando assim as análises da coluna d'água. As 17 estações da rede automática monitoraram a qualidade de 10 rios importantes do estado e de 7 reservatórios de abastecimento público da Região Metropolitana de São Paulo (RMSP). Neste mesmo ano, a rede de balneabilidade monitorou 34 pontos localizados em praias de rios e reservatórios para avaliação das condições de balneabilidade.

Mapa - Pontos da Rede Básica e da Rede Nacional de monitoramento de qualidade das águas – 2019



PROGRAMA NOVO RIO PINHEIROS

SABESP



Meta 6.3: Até 2030, melhorar a qualidade da água, reduzindo a poluição, eliminando despejo e minimizando a liberação de produtos químicos e materiais perigosos, reduzindo à metade a proporção de águas residuais não tratadas e aumentando substancialmente a reciclagem e reutilização segura globalmente.

Localização no PPA:

Programa 2624

Produto 193

Ação 1603

Metas impactadas indiretamente:

1.4 | 3.3 | 6.2 | 10.2 | 15.1

Link:

<https://novoriopinheiros.sp.gov.br>

O QUE É

O Programa Novo Rio Pinheiros é uma iniciativa do Governo do Estado de São Paulo que visa reintegrar o rio Pinheiros à rotina da cidade até 2022, e tornar o seu entorno uma área de turismo e lazer, com suas águas sem odor e possível abrigo de vida aquática. O projeto inclui serviços de saneamento, dragagem de leitos fluviais, revitalização das margens, programas para coleta e redução do descarte inadequado de resíduos sólidos urbanos, além de ações de educação ambiental.

A Sabesp participa do eixo saneamento, ampliando a rede de coleta de esgoto e executando novas ligações domiciliares de esgoto em áreas ainda não atendidas, com o objetivo inicial de conectar cerca de 533 mil residências ao sistema de tratamento de esgoto. Em locais onde a conexão com a rede coletora existente não é possível, por motivos de ordem técnica ou legal, geralmente em áreas com assentamentos irregulares, como parte do projeto, estão sendo construídas unidades de recuperação da qualidade da água de córregos em alguns dos principais afluentes do rio Pinheiros, para remover o esgoto por eles transportado, proveniente dessas áreas. Para tanto, a Sabesp realizou um profundo diagnóstico em toda a bacia do Rio Pinheiros e definiu a atuação em 16 dos seus principais córregos afluentes. As obras para coleta e tratamento dos esgotos na bacia foram divididas em 16 pacotes, já em execução ou em fase de conclusão. Também estão contratadas e em execução a construção das 5 estações chamadas Unidades Recuperadoras (URs).

Outro ponto inovador são os contratos das obras de saneamento, realizados na modalidade de performance. Com esse modelo, a empresa que vence a licitação fica responsável por todas as obras de ampliação e adequação do sistema de esgoto e sua remuneração depende do resultado obtido.

RESULTADOS

O programa já conectou (abril/2022) 593 mil imóveis ao sistema de tratamento de esgoto, o que representa 111% da meta prevista, beneficiando cerca de 1,6 milhão de pessoas, que passaram a ter seus esgotos encaminhados para tratamento na estação de Barueri.

Ao término das obras, 3,3 milhões de pessoas que vivem na bacia do Rio Pinheiros serão beneficiadas, em uma área de 271 km² nos municípios de São Paulo, Embu das Artes e Taboão da Serra. Além disso, estima-se a geração de 4,1 mil empregos, em um investimento de R\$ 1,7 bilhão. Ao término das obras, 3,3 milhões de pessoas que moram na abrangência da bacia do Rio Pinheiros serão beneficiadas, em uma área de 271 km² nos municípios de São Paulo, Embu das Artes e Taboão da Serra. Serão mais de 530 mil imóveis que passarão a ter o seu esgoto coletado encaminhado para tratamento. Além disso, serão gerados 4,1 mil empregos, em um investimento de R\$ 1,7 bilhão.



PROGRAMA ONDA LIMPA

SABESP



Meta 6.3: Até 2030, melhorar a qualidade da água, reduzindo a poluição, eliminando despejo e minimizando a liberação de produtos químicos e materiais perigosos, reduzindo à metade a proporção de águas residuais não tratadas e aumentando substancialmente a reciclagem e reutilização segura globalmente.

Localização no PPA:

Programa 2624

Produto 193

Ação 1603

Metas impactadas indiretamente:

3.3 | 6.2 | 14.1

Link:

<https://www.infraestruturaeambiente.sp.gov.br/tag/onda-limpa/>

O QUE É

O Programa Onda Limpa, iniciado em 2007, é o maior programa de saneamento ambiental da costa brasileira. Consiste na ampliação do sistema de coleta e tratamento de esgotos dos municípios da Baixada Santista e Litoral Norte. Com isso, leva mais condições de saúde e qualidade de vida, além de atuar como fator de fomento econômico a partir da valorização imobiliária e maior atração turística. Os esforços de 15 anos de programa resultam em importantes avanços nas condições ambientais, incluindo a melhoria da balneabilidade das praias. Também refletem em mais saúde e qualidade de vida dos moradores e turistas que visitam essas regiões. A execução do programa conta com os seguintes parceiros:

- Prefeituras: além de ser o poder concedente dos serviços, têm participação fundamental dentro do programa a partir de ações de regularização fundiária e urbanização, além de contribuírem para o controle de resíduos sólidos;
- Órgãos de governo (ambiental, trânsito etc.): a participação de entidades governamentais é essencial para o bom andamento do programa. Por exemplo, a Cetesb, quando da necessidade do licenciamento ambiental, e as companhias de trânsito, para interrupção de vias públicas; e
- Comunidades e população em geral: ao iniciar a implantação de redes de coleta de esgoto em uma nova área, sobretudo em bairros de baixa renda, os agentes comunitários realizam um diagnóstico para aferir as condições sociais das famílias.

RESULTADOS

Na Baixada Santista, há atualmente 6 contratos em andamento para expansão do sistema de coleta e tratamento em bairros de Itanhaém, São Vicente, Mongaguá e Praia Grande, totalizando R\$ 603 milhões. Até 2025, serão mais R\$ 1,4 bilhão. No total, já foram aplicados R\$ 2,7 bilhões, ampliando a coleta de 53% (2007) para 84% (2021), com 100% de tratamento do esgoto coletado. Esse avanço foi possibilitado pela construção de 1,27 quilômetro de redes coletoras e coletores tronco, 7 estações de tratamento de esgotos (ETE), 4 estações de preconditionamento de esgotos, 137 estações elevatórias e 114 mil ligações domiciliares.

No Litoral Norte, o Programa Onda Limpa está executando os sistemas de esgotamento do Bairro Maresias e Barra do Una em São Sebastião, a ampliação do Sistema Principal de Ubatuba e reabilitando cerca de 695 km de tubulações em Caraguatatuba, totalizando cerca de R\$ 120 milhões de investimento em esgotamento sanitário. Assim como na Baixada Santista, o Programa está dividido em duas etapas e visa atingir a universalização em 2033.



PROJETO RIO PINHEIROS – DESENVOLVE SP

DESENVOLVE SÃO PAULO – O BANCO DO EMPREENDEDOR DO ESTADO DE SÃO PAULO



Meta 6.3: Até 2030, melhorar a qualidade da água, reduzindo a poluição, eliminando despejo e minimizando a liberação de produtos químicos e materiais perigosos, reduzindo à metade a proporção de águas residuais não tratadas e aumentando substancialmente a reciclagem e reutilização segura globalmente.

Localização no PPA:

Não identificada

Meta impactada indiretamente:

9.1

Link:

<https://www.desenvolvesp.com.br>

O QUE É

O Desenvolve São Paulo é uma instituição financeira do Governo do Estado de São Paulo, que oferece a linha de crédito Economia Verde, para apoiar exclusivamente projetos sustentáveis que promovem o desenvolvimento socioambiental no Estado de São Paulo. O Desenvolve SP vai oferecer taxas especiais para os financiamentos às empresas que atuam junto à Sabesp na prestação de serviços de saneamento básico e no Projeto Novo Rio Pinheiros, visando despoluir até 2022.

A meta do programa Novo Rio Pinheiros é reduzir o esgoto lançado em seus afluentes, melhorar a qualidade de suas águas e integrá-lo à cidade com suas margens revitalizadas. Nesse sentido, o financiamento pelo Desenvolve SP é parte importante para viabilizar o trabalho das empresas vencedoras dos editais públicos realizados pela Sabesp.

O programa Novo Rio Pinheiros é coordenado pela Secretaria de Infraestrutura e Meio Ambiente, com a participação das empresas Cetesb, Sabesp, Departamento de Águas e Energia Elétrica (DAEE) e Empresa Metropolitana de Águas e Energia (EMAE), além da Prefeitura de São Paulo.

RESULTADOS

De janeiro de 2020 a dezembro de 2021, foram desembolsados R\$ 198.551.568,15 para o Projeto Novo Rio Pinheiros.

O Desenvolve SP publicou sua primeira edição do Balanço Social em 2019 e a primeira edição do Relatório de Sustentabilidade em 2020. Dessa forma, passou a aliar suas operações, atividades internas e externas e um conjunto pré-definido de indicadores econômico-financeiros aos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) e respectivas metas.



PROJETO TIETÊ

SABESP



Meta 6.3: Até 2030, melhorar a qualidade da água, reduzindo a poluição, eliminando despejo e minimizando a liberação de produtos químicos e materiais perigosos, reduzindo à metade a proporção de águas residuais não tratadas e aumentando substancialmente a reciclagem e reutilização segura globalmente.

Localização no PPA:

Programa 2624

Produto 193

Ação 1603

Metas impactadas indiretamente:

1.4 | 3.3 | 6.2 | 10.2 | 15.1 | 17.17

Link:

<https://www.infraestruturaeambiente.sp.gov.br/tag/projeto-tiete/>

O QUE É

O Projeto Tietê consiste fundamentalmente de ações de saneamento básico, em especial as relacionadas ao esgotamento sanitário – coleta, transporte e tratamento. A correta destinação e tratamento dos efluentes domésticos e industriais permite a redução significativa da poluição hídrica dos corpos d’água da Bacia do Alto Tietê. Assim, contribui para a melhoria das condições ambientais, de saúde e de qualidade de vida da população.

O grande desafio de um programa desta envergadura é se implantar sistemas de esgotamento sanitário em regiões metropolitanas como a de São Paulo, onde o crescimento e a ocupação populacional desordenados nos últimos 60 anos levaram a uma conurbação de cerca de 22 milhões de habitantes. Esse aumento populacional sem um planejamento urbano adequado encarece e dificulta sobremaneira a instalação de infra-estrutura.

Pela própria complexidade da tarefa, percebe-se que a melhoria ambiental é uma solução de longo prazo, requer ações integradas, altos investimentos e continuidade, sendo necessária, portanto a estruturação em etapas. Assim, torna-se vital a parceria e participação de vários atores:

- Comunidades e população em geral: previamente ao início de uma intervenção é realizado um trabalho de comunicação social junto às áreas que serão afetadas e beneficiadas com a implantação das obras, buscando apresentar o escopo e o planejamento do que será executado e seus benefícios e levantar os anseios da população;
- Prefeituras / órgãos de governo: a participação do poder executivo municipal e de outros órgãos de governo é crucial sob vários aspectos: liberação de vias públicas e autorizações ambientais e dominiais para execução das obras, limpeza e desassoreamento

dos rios e córregos e de galerias de águas pluviais, urbanização dos fundos de vale ocupados, além do controle dos resíduos sólidos (lixo) na RMSP; e

- Envolvimento da sociedade no descarte correto dos resíduos e conscientização socioambiental.

RESULTADOS

Iniciado em 1992, o Projeto Tietê já beneficiou o equivalente a mais de 12 milhões de pessoas da Região Metropolitana de São Paulo (RMSp), que passaram a ter o esgoto coletado e tratado. Ao longo desses 29 anos, foram executadas 1,8 milhão de ligações domiciliares e implantados 4,8 mil km de coletores tronco, interceptores e redes coletoras para transportar o esgoto até as estações de tratamento e a capacidade instalada de tratamento foi quase triplicada.

Nesse período já foram investidos US\$ 3,3 bilhões, com recursos próprios e oriundos de financiamentos do BID, BNDES e Caixa Econômica Federal, expandindo a cobertura com rede de coleta de esgoto de 70% para mais de 90% e o tratamento dos esgotos de 24% para 85% do volume coletado na RMSp.

De acordo com a SOS Mata Atlântica, a mancha crítica de poluição observada no rio Tietê tem tido considerável redução ao longo do tempo. De acordo com a ONG, a mancha foi reduzida de 530 km, no início do projeto, para aproximadamente 85 km em 2021, uma melhoria de 80% da qualidade do rio no interior do Estado.



COMPRAS PÚBLICAS SUSTENTÁVEIS – CPS

SECRETARIA DE ORÇAMENTO E GESTÃO



Meta 12.5: Até 2030, reduzir substancialmente a geração de resíduos por meio da prevenção, redução, reciclagem e reuso.

Localização no PPA:

Programa 2028

Produto 485

Ação 5601

Meta impactada indiretamente:

12.7

Link:

<https://www.infraestrutura-meioambiente.sp.gov.br/cpla/consumo-sustentavel/programa-estadual-de-contratacoes-publicas-sustentaveis-pecps/>

O QUE É

O Programa Estadual de Contratações Públicas Sustentáveis (PE-CPS) é uma iniciativa de classificação dos itens de material e serviços que são utilizados nas Ofertas de Compra negociadas na Bolsa Eletrônica de Compras do Estado de São Paulo (BEC/SP), de acordo com características de sustentabilidade ambiental, em parceria com a Secretaria de Infraestrutura e Meio Ambiente (SIMA).

A principal ferramenta do Programa de CPS é o Selo Socioambiental, instituído em 2005 pelo Decreto nº 50.170. Em 2008, o Programa de CPS foi instituído pelo Decreto nº 53.336. Consiste em atribuir uma identificação visual (Selo Socioambiental) aos itens disponibilizados no Catálogo de Materiais (CatMat), Catálogo de Serviços (CatSer) e nos Cadernos de Estudos Técnicos de Serviços Terceirizados (CadTerc), disponíveis no portal da BEC/SP. O objetivo do Selo Socioambiental é facilitar a busca e a identificação de itens sustentáveis para que as Unidades Compradoras (UCs) possam, autonomamente, optar por realizar compras de itens ambientalmente sustentáveis, caso assim desejem.

A execução do programa é viabilizada por um modelo de governança compartilhada entre a SIMA, que detém a responsabilidade de identificar os itens do Catálogo que atendem aos critérios do Selo Socioambiental e, a BEC/SP, que faz a atribuição do Selo, de acordo com as recomendações da SIMA, além de monitorar o volume de compras realizadas com base no Selo.

RESULTADOS

Em setembro de 2020, os Catálogos de Materiais e Serviços (CatMat) apresentavam 1.860 itens com Selo Verde, de um total de 157.361, correspondendo a 1,2% dos itens à disposição das Unidades

Compradoras. Nesse período, foram negociados 50.849 itens certificados com o Selo Verde pelo valor de R\$ 954.580.821,78.

O montante dos itens efetivamente negociados com Selo Verde foi 38,31% menor do que o valor de referência, demonstrando que a compra de materiais e serviços ambientalmente sustentáveis e a economicidade não são mutuamente excludentes. Portanto, é possível que os governos comprem de maneira econômica e ambientalmente sustentável.



Denize Cavalcanti - Coordenadora Técnica do Programa Estadual de Compras Públicas Sustentáveis (CPS).

CONSUMO E PRODUÇÃO RESPONSÁVEIS

COMPANHIA AMBIENTAL DO ESTADO DE SÃO PAULO – CETESB



Meta 12.5: Até 2030, reduzir substancialmente a geração de resíduos por meio da prevenção, redução, reciclagem e reuso.

Localização no PPA:

Não identificada

Metas impactadas indiretamente:

12.7 | 17.4 | 17.17

Links:

<https://cetesb.sp.gov.br/consumo-sustentavel/consumo-sustentavel/>

<https://www.infraestrutura-meioambiente.sp.gov.br/cpla/consumo-sustentavel/programa-estadual-de-contratacoes-publicas-sustentaveis-pecps/>

O QUE É

O programa visa institucionalizar uma política de sustentabilidade, uma vez que há uma série de normas estaduais relativas à inserção de critérios socioambientais no âmbito das compras e contratações realizadas pelos órgãos da Administração Pública Estadual. Para tanto, a Cetesb adotará, preferencialmente, itens do Catálogo Socioambiental da Bolsa Eletrônica de Compras do Estado de São Paulo (BEC/SP), ao estabelecer ou selecionar especificações técnicas para realização de compras e contratações, na conformidade do Programa Estadual de Contratações Públicas Sustentáveis (PECPS).

Cabe à Secretaria de Infraestrutura e Meio Ambiente (SIMA) elaborar estudos e prestar assessoria técnica na área ambiental, visando à introdução dos critérios socioambientais nas contratações. O trabalho está baseado na orientação dos servidores envolvidos para que estes passem a dar preferência aos bens e serviços que tenham obtido o Selo Socioambiental. A outorga do Selo é feita apenas pela SIMA, cabendo à Secretaria da Fazenda a disponibilização da indicação do Selo nos itens que compõem o Catálogo de Materiais (CatMat).

O processo relativo à alteração e qualificação dos itens do CatMat vem acompanhado de um diálogo da Cetesb/SIMA com o setor produtivo, a fim de garantir que o aumento da demanda por produtos sustentáveis seja atendido pelo mercado fornecedor. Também possibilitar melhorias na proposição de especificações técnicas de novos produtos junto aos gestores dos Grupos de Materiais do CatMat.

RESULTADOS

A Cetesb adotou como princípio a não utilização de copos descartáveis e água mineral em garrafas pet pelos seus empregados, adotando

em substituição, as canecas de metal e água de fornecimento público por meio de filtros. Essa medida resultou em substancial diminuição dos resíduos sólidos diários produzidos pela empresa.

Além disso, a Cetesb está finalizando a implantação do processo eletrônico que também está resultando em significativa diminuição da utilização de papel de impressão.

A empresa já introduziu 219 itens com características socioambientais em seu cadastro de produtos e serviços.



GESTÃO SUSTENTÁVEL DE RESÍDUOS SÓLIDOS

INSTITUTO DE PESQUISAS TECNOLÓGICAS – IPT



Meta 12.5: Até 2030, reduzir substancialmente a geração de resíduos por meio da prevenção, redução, reciclagem e reuso.

Localização no PPA:

Não identificada

Meta impactada indiretamente:

11.6

Link:

https://www.ipt.br/solucoes/93-gerenciamento_de_residuos_integrado-aos_sistemas_de_gestao_ambiental.htm/

O QUE É

O programa trata de soluções desenvolvidas para apoiar os órgãos públicos e municípios para melhorar seus processos de gestão de resíduos sólidos. Com isso, busca atender à ordem de priorização na gestão coloca da pela Política Nacional de Resíduos Sólidos (PNRS): não geração, redução, reuso, reciclagem e tratamento de resíduos sólidos.

O programa está estruturado a partir das seguintes ações:

- Implementação de programas de minimização de geração de resíduos na fonte, por meio de práticas de educação ambiental;
- Estratégias de tratamento de resíduo orgânico na fonte;
- Apoio na estruturação e na melhoria de processos para cooperativas;
- Apoio na implementação de práticas de economia circular; e
- Otimização de embalagens e sistemas de acondicionamento para redução de perdas de produtos.

Tais ações podem ser aplicadas em nível local (órgãos da administração pública), municipal ou regional. São realizadas em parceria com a Secretaria de Desenvolvimento Econômico, Secretaria de Meio Ambiente e prefeituras municipais. Os benefícios para o público-alvo incluem: redução de impactos ambientais causados pela geração e destinação de resíduos; diminuição de custos relacionados à gestão de resíduos para as instituições e municípios; e ganhos sociais a partir da estruturação e fortalecimento de cooperativas.

RESULTADOS

1. Programa IPT Sustentável: estratégias para minimização de resíduos, reciclagem, compostagem e educação ambiental nos órgãos públicos;

2. Participação e apoio ao Programa R-GOV;
3. Projeto interno de estudo das opções de reaproveitamento de resíduos de arborização urbana; e
4. Cursos de capacitação e treinamento de cooperativas, por meio da Plataforma dos Municípios.



IMPLANTAÇÃO DA LOGÍSTICA REVERSA NO ESTADO DE SÃO PAULO

COMPANHIA AMBIENTAL DO ESTADO DE SÃO PAULO – CETESB



Meta 12.5: Até 2030, reduzir substancialmente a geração de resíduos por meio da prevenção, redução, reciclagem e reuso.

Localização no PPA:

Programa **2620**

Produto **0629**

Ação **8263**

Metas impactadas indiretamente:

12.6 | 17.14

Link:

<https://cetesb.sp.gov.br/logisticareversa/>

O QUE É

O programa visa reduzir a quantidade de resíduos destinados a aterros e permitir o retorno desses resíduos para o setor produtivo, por meio da sua reciclagem ou outra forma de destinação adequada. Dessa maneira, há melhor aproveitamento dos resíduos, reduzindo os impactos ambientais que seriam gerados na extração de recursos virgens e na disposição final. A logística reversa é uma obrigação imposta pela Política Nacional de Resíduos Sólidos (PNRS) a fabricantes, importadores, comerciantes e distribuidores de produtos e embalagens, os quais foram definidos na legislação a agirem para viabilizar a coleta dos resíduos gerados após o consumo e o retorno deles ao setor empresarial.

A implantação de sistemas de logística reversa, que vem ocorrendo no Estado de São Paulo desde 2011, é promovida por meio da exigibilidade de comprovação no processo de licenciamento ambiental, da assinatura e do acompanhamento de Termos de Compromisso. A sua execução depende da participação dos agentes do setor privado citados acima, que são os responsáveis por implantar e operacionalizar o sistema de logística reversa.

RESULTADOS

Internamente, a Cetesb realizou o treinamento dos técnicos das 46 agências ambientais do estado sobre os procedimentos para verificação do atendimento à logística reversa no licenciamento ambiental.

Em decorrência dessa e de outras ações adotadas pela companhia, o número de empresas instaladas no Estado de São Paulo inseridas em Planos de Logística Reversa saltou de 1.276 em dezembro de 2018, para 1.848 em dezembro de 2019, o que representou aumento de 44,8%.

O programa está contemplado no Plano de Metas até 2030, com os seguintes indicadores:

- 2.138 empresas inseridas em Planos de Logística Reversa; e
- 3.676 Planos de Logística Reversa dos Setores abrangidos pela Resolução nº 45, da Secretaria do Meio Ambiente (SMA), de 23/06/2015, verificados com sucesso.



PROGRAMA DE GERENCIAMENTO DE RESÍDUOS SÓLIDOS GERADOS PELO GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO - R-GOV

SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA E MEIO AMBIENTE – SIMA



Meta 12.5: Até 2030, reduzir substancialmente a geração de resíduos por meio da prevenção, redução, reciclagem e reuso.

Localização no PPA:

Programa 2620

Produto 1595

Ação Não há ação associada na LOA 2020

Metas impactadas indiretamente:

3.9 | 6.3 | 8.4 | 11.6 | 14.1

Link:

<https://www.infraestruturaeambiente.sp.gov.br/educacaoambiental?s=gerenciamento+de+resíduos>

O QUE É

O Programa R-GOV tem como objetivo geral obter maior eficiência da atividade da Administração Pública a partir da redução da geração de resíduos sólidos, bem como incentivar as práticas ambientalmente adequadas de reutilização, reciclagem, redução e recuperação dos resíduos gerados nos prédios públicos.

O Programa R-GOV consiste no desenvolvimento do Plano de Gerenciamento dos Resíduos Sólidos. Por meio de um diagnóstico, estabelece diretrizes, metas e ações para a destinação final adequada. A instituição do R-GOV em diferentes órgãos públicos do estado é uma das metas estabelecidas na Revisão do Plano de Resíduos Sólidos do Estado de São Paulo (2020). O projeto-piloto está sendo realizado pela Secretaria de Infraestrutura e Meio Ambiente.

Entre outros objetivos do programa estão: identificar oportunidades e estruturar uma rede de cooperação para dar suporte à implantação do R-GOV em outras secretarias e órgãos do estado; promover a articulação entre o R-GOV e o Programa Estadual de Contratações Públicas Sustentáveis; trabalhar a comunicação, a difusão e o compartilhamento de informações no âmbito do R-GOV; e promover o engajamento dos funcionários nas atividades do programa, envolvendo os setores de comunicação e de recursos humanos de cada órgão.

RESULTADOS

Até o momento, foram trabalhados o conjunto de prédios da SIMA (em fase de elaboração). Essa etapa é essencial para subsidiar a fase subsequente do R - GOV, que consiste na elaboração do prognóstico,

ou seja, a definição de diretrizes, metas e ações para a destinação final adequada, priorizando a não geração, redução, reutilização e reciclagem dos resíduos sólidos gerados.

Além da SIMA, outros órgãos do Estado de São Paulo já estão se organizando para a realização do diagnóstico da geração e destinação de resíduos. Para tanto, buscaram apoio da SIMA para a implementação do Programa R-GOV a Secretaria de Desenvolvimento Social (SEDS), a Secretaria da Administração Penitenciária (SAP) e a Agência Reguladora de Serviços Públicos do Estado de São Paulo (ARSESP) e Tribunal de Justiça de São Paulo.



ACORDO AMBIENTAL SÃO PAULO

COMPANHIA AMBIENTAL DO ESTADO DE SÃO PAULO – CETESB



O QUE É

O Acordo Ambiental São Paulo é uma iniciativa para incentivar empresas, associações e municípios paulistas a assumirem compromissos voluntários de redução de emissão de gases de efeito estufa (GEEs), a fim de conter o aquecimento global abaixo de 1,5°C, em consonância com o compromisso do Governo do Estado de São Paulo com o Acordo de Paris. Foi lançado em novembro de 2019.

A adesão voluntária será renovada automaticamente até 2030 e pretende induzir a redução de GEEs nos próximos 10 anos. O Acordo também prevê o reconhecimento dos signatários como membros da comunidade de líderes em mudanças climáticas, além do apoio técnico governamental. Essa ação incentivará a implementação de novas tecnologias e soluções inovadoras, realçando o protagonismo do Estado de São Paulo na agenda climática.

Sob a Coordenação da CETESB/Secretaria de Infraestrutura e Meio Ambiente(SIMA)/Secretaria de Relações Internacionais (SERI), a iniciativa envolve associações e empresas e conta com o apoio de inúmeras instituições do governo paulista, entre elas a SERI, a SIMA e a InvestSP. Em 31 de março de 2020, a Cetesb instalou a Câmara Ambiental de Mudanças Climáticas (CAMC) em reunião virtual, devido à da pandemia. A reunião teve a participação de 38 profissionais, representando 21 empresas e instituições de vários setores da economia do Estado de São Paulo e membros das áreas técnicas da Cetesb. Cada participante anunciou (ou anunciará) voluntariamente suas metas de redução de GEEs e outras melhorias ambientais até 2030. Essa iniciativa visa ainda a formação de um robusto fórum de intercâmbio técnico para viabilizar a continuidade do Acordo.

Meta 13.1: Reforçar a resiliência e a capacidade de adaptação a riscos relacionados ao clima e às catástrofes naturais em todos os países.

Localização no PPA:

Não identificada

Metas impactadas indiretamente:

12.6 | 13.2 | 17.14

Link:

<https://cetesb.sp.gov.br/acordo-ambiental-sao-paulo/>

RESULTADOS

O Acordo Ambiental São Paulo conta com 1.640 adesões até o momento. Foram realizadas 18 reuniões da Câmara Ambiental de Mudanças Climáticas (CAMC), composta por 22 entidades e empresas e cerca de 25 entidades observadoras.

Foram realizadas 68 reuniões de Grupos de Trabalho (GTs) e minigrupos (MiniGTs), parte da ação da CAMC. Essas instâncias foram criadas para apoiar a CAMC na produção do formulário para mapeamento de informações sobre os entes do Acordo Ambiental e a Nota Técnica 1.1, elaborar o draft da Nota Técnica 2, a primeira edição da publicação “56 Casos de Sucesso na Agenda Climática” (“56 Successful Cases in the Climate Agenda”), lançado em Glasgow, durante a COP-26, em 2021.

Os GTs e MiniGTs são compostos por 56 entidades e empresas. Essas reuniões possibilitaram denso intercâmbio técnico. O mapeamento dos entes do Acordo Ambiental e o desenvolvimento das Notas Técnicas são o principal objetivo da CAMC, e estão sendo desenvolvidos em conjunto com as entidades e associações que compõem o Acordo.



CAPACITAÇÃO EM ADAPTAÇÃO ÀS MUDANÇAS CLIMÁTICAS DE AGENTES PÚBLICOS, SOCIEDADE CIVIL E COMITÊ DE BACIAS HIDROGRÁFICAS

COMPANHIA AMBIENTAL DO ESTADO DE SÃO PAULO – CETESB



Meta 13.1: Reforçar a resiliência e a capacidade de adaptação a riscos relacionados ao clima e às catástrofes naturais em todos os países.

Localização no PPA:

Programa **2619**

Produto **0540**

Ação **6187**

Metas impactadas indiretamente:

13.3 | 16.7 | 17.14

Link:

<https://cetesb.sp.gov.br/>

O QUE É

O programa visa a capacitação dos agentes públicos municipais e estaduais, sociedade civil, membros do Comitê de Bacias Hidrográficas da Baixada Santista e Alto Tietê, com o objetivo de identificar vulnerabilidades e propor medidas de adaptação para prevenção dos efeitos das mudanças climáticas e ampliar a capacidade de elaborar projetos para trazer recursos para a gestão desses impactos. Iniciado no segundo semestre de 2019, o programa foi concebido como um piloto e a metodologia desenvolvida para a capacitação poderá ser replicada para outros Comitês de Bacias Hidrográficas.

Entre outros objetivos do programa estão:

- Promover a troca de experiências para ampliar o alcance da capacitação, por meio da realização de seminário de encerramento com apresentação das principais conclusões das capacitações;
- Incentivar a disseminação de conhecimentos adquiridos por meio da elaboração de publicação final sobre cidades e ações de adaptação para os recursos hídricos frente às mudanças climáticas; e
- Capacitar o público-alvo com materiais didáticos elaborados para a realização do projeto, com linguagem acessível e conteúdo específico para os desafios a serem enfrentados por esse projeto, exposição dinâmica e interativa do conteúdo.

O programa está sendo realizado com apoio de especialistas, com supervisão técnica e administrativa da Cetesb, para as sub-bacias que agregam os municípios que compõem as Bacias Hidrográficas da Baixada Santista e Alto Tietê numa primeira fase. E, posteriormente, será implementado para outras bacias.

RESULTADOS

A fase inicial do programa foi o detalhamento da metodologia de abordagem, definida pela Cetesb, e preparação de todos os materiais didáticos elaborados para a realização das capacitações. A fase 1 foi de capacitação do público-alvo do programa, da Bacia Hidrográfica da Baixada Santista.

Por sua vez, a fase 2 da capacitação foi reformulada, em função da pandemia e do atraso de etapas do processo. O projeto da Bacia Hidrográfica do Alto Tietê está concebido e em fase de preparação da execução.



MITIGAÇÃO DE RISCOS E DESASTRES NATURAIS

INSTITUTO DE PESQUISAS TECNOLÓGICA – IPT



Meta 13.1: Reforçar a resiliência e a capacidade de adaptação a riscos relacionados ao clima e às catástrofes naturais em todos os países.

Localização no PPA:

Não identificada

Metas impactadas indiretamente:

Não identificadas

Links:

<https://www.ipt.br/>

Vídeo Olímpiada de Conhecimento em Redução de Riscos e Desastres Naturais

<https://www.youtube.com/watch?v=IZ95nRl6rE&t=0s>

O QUE É

O programa visa aumentar a capacidade dos municípios, das regiões e do Estado de São Paulo para enfrentar situações de risco relacionadas ao clima, por meio de avaliações de suscetibilidade, desenvolvimento de planos de gerenciamento e comunicação de riscos e acompanhamento das ações da Defesa Civil em casos de ocorrências de desastres. Trata-se, portanto, de oferecer soluções e apoio aos agentes públicos do estado na avaliação e mitigação de riscos climáticos.

Entre outras principais ações do programa estão:

- Planejamento e implementação de estratégias de gestão (exemplo: mapeamento e elaboração de cartas de suscetibilidade) e comunicação de risco;
- Estudo de estratégias de mitigação das mudanças climáticas por meio de atividades florestais produtivas e de conservação; e
- Apoio no desenvolvimento de Plano Preventivo da Defesa Civil (PPDC) para prevenção ao risco de queda de árvores da floresta urbana.

O desenvolvimento de tais ações pelo programa envolve a parceria com a Defesa Civil e com as prefeituras municipais.

RESULTADOS

Entre os principais resultados das ações do programa estão:

1. Olímpiada de Conhecimento em Redução de Riscos e Desastres Naturais;

2. Mapeamento e elaboração de cartas de suscetibilidade estaduais, regionais e municipais;
3. Acompanhamento e orientação aos técnicos da Defesa Civil em casos de ocorrência de desastres naturais; e
4. Apoio ao desenvolvimento de PPDC regionais.



LICENCIAMENTO AMBIENTAL E FISCALIZAÇÃO DE FONTES DE POLUIÇÃO E ATIVIDADES DEGRADADORAS

COMPANHIA AMBIENTAL DO ESTADO DE SÃO PAULO – CETESB



Meta 15.1: Até 2030, assegurar a conservação, recuperação e uso sustentável de ecossistemas terrestres e de água doce interiores e seus serviços, em especial florestas, zonas úmidas, montanhas e terras áridas, em conformidade com as obrigações decorrentes dos acordos internacionais.

Localização no PPA:

Programa **2604**

Produto **0512**

Ação **5071**

Metas impactadas indiretamente:

6.3 | 15.9 | 17.14

Link:

<https://cetesb.sp.gov.br/licenciamentoambiental/>

O QUE É

O programa consiste na análise e concessão de licenças ambientais, autorizações para intervenção em recursos naturais e alvarás para intervenção em área de proteção aos mananciais. O programa existe desde 1976, voltado inicialmente ao licenciamento de fontes de poluição ambiental. Em 2009, a Cetesb tornou-se o único órgão ambiental licenciador no âmbito estadual, ao incorporar as atividades anteriormente exercidas por outras áreas da Secretaria do Meio Ambiente.

Desde 2009, estão sujeitas ao licenciamento ambiental da Cetesb: as fontes potenciais de poluição e de degradação do meio ambiente, incluindo as que envolvem a avaliação de impacto ambiental; as solicitações de autorização de supressão de vegetação nativa ou intervenção em áreas de preservação permanente; e as solicitações de alvarás para intervenções nas áreas de proteção aos mananciais da Região Metropolitana de São Paulo (RMSP).

O programa abrange todo o território do Estado de São Paulo e é desenvolvido pelas Diretorias de Controle e Licenciamento Ambiental e de Avaliação de Impacto Ambiental, por meio de suas 46 Agências Ambientais. O público-alvo são os interessados que buscam o licenciamento ambiental. A população também se beneficia do programa, em razão de seus impactos positivos, como maior controle da poluição, aumento da cobertura vegetal e melhoria da qualidade ambiental, entre outros.

RESULTADOS

Os indicadores que mostram os benefícios esperados do programa associados aos ODS são:

- Melhoria no tratamento de esgotos domésticos no estado;

- Aumento da cobertura vegetal; e
- Realização das atividades econômicas com menor impacto ambiental possível.

Em 2019, o Relatório de Qualidade de Águas Interiores no Estado de São Paulo revelou que o percentual de esgotos domésticos tratados no estado alcançou a marca de 63%.

Quanto ao avanço da cobertura vegetal, em 2019 o montante de áreas compromissadas em Termos de Compromisso de Recuperação Ambiental (TCRAs) totalizou 52.579 hectares. O TCRA é um termo firmado pela Cetesb com o empreendedor que busca o licenciamento ambiental, visando à compensação ambiental, sempre que, nos processos de licenciamento, são emitidas autorizações para supressão de vegetação nativa ou intervenção em área de preservação permanente.



PROGRAMA REFLORESTA-SP

SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA E MEIO AMBIENTE – SIMA



Meta 15.1: Até 2030, assegurar a conservação, recuperação e uso sustentável de ecossistemas terrestres e de água doce interiores e seus serviços, em especial florestas, zonas úmidas, montanhas e terras áridas, em conformidade com as obrigações decorrentes dos acordos internacionais.

Localização no PPA:

Programa: não encontrado

Produto: não encontrado

Ação: não encontrado

Metas impactadas indiretamente:

6.6 | 13.1 | 17.17

Link:

<https://www.infraestruturaeambiente.sp.gov.br/reflorestasp/>

O QUE É

O Programa Refloresta-SP, organizado pelo Decreto Estadual n. 66.650/2022, é parte da implementação do Plano de Ação Climática (PAC), motivado pela adesão do Estado de São Paulo às campanhas da ONU *Race to Zero* e *Race to Resilience*, que buscam a neutralidade entre as emissões e a captura de gases de efeito estufa até 2050. O Refloresta-SP está inserido no PAC no eixo Resiliência e Soluções Baseadas na Natureza, abrangendo as ações que ampliam a capacidade de adaptação dos sistemas humanos e naturais aos impactos das mudanças climáticas, e no eixo Finanças Verdes e Inovação, com a proposição de criação de um Fundo Verde sólido, transparente e inovador para recepcionar e aplicar de forma efetiva uma expressiva quantidade de recursos em ações coordenadas de restauração de paisagens e ecossistemas.

O Refloresta-SP tem como meta a restauração voluntária de 700 mil hectares até 2050, ou seja, fora das áreas de recomposição obrigatória para regularização ambiental, nos termos exigidos pela Lei federal n. 12.651/2012, de que cuida o Programa AgroLegal da Secretaria de Agricultura e Abastecimento. Ambos os Programas foram planejados para serem desenvolvidos de forma sinérgica, visando uma meta geral de 1,5 milhão de hectares até 2050. Com isso, haverá ganhos expressivos na prestação de fundamentais serviços ecossistêmicos para a mitigação e adaptação às mudanças climáticas, com foco na recuperação da paisagem e ecossistemas nos municípios com menor cobertura de vegetação nativa do Estado. Os ecossistemas equilibrados são os responsáveis pelos serviços de produção de água, a proteção e fertilidade do solo, a polinização das culturas agrícolas, a captura e estoque de carbono, a manutenção da biodiversidade, a contenção de encostas e a proteção contra enchentes, o conforto climático, o bem-estar humano, dentre inúmeros outros.

A estratégia do Programa para estimular a mudança de uso do solo fora de áreas de restauração obrigatória é o fomento ao desenvolvimento e à implantação de cadeias e polos produtivos associados à vegetação nativa plantada em áreas atualmente degradadas e de baixa aptidão agrícola, no formato de Florestas Multifuncionais, Sistemas Agroflorestais e Sistemas Silvipastoris. Uma estratégia que associa ganhos ecológicos para a população e o meio ambiente a ganhos econômicos para o produtor rural e o desenvolvimento de negócios inovadores, de potencial alto valor agregado, dentro do promissor setor da bioeconomia.

RESULTADOS

O Programa está em fase de implementação com a integração de ações e instrumentos já existentes, como o exitoso Programa Nascentes e projetos regionais de Pagamentos por Serviços Ambientais; e outros novos, como a estruturação de um Fundo Verde moderno e eficiente, o desenvolvimento de um Programa de Créditos de Carbono, o fomento ao desenvolvimento de polos e cadeias produtivas derivadas do uso sustentável das paisagens florestais biodiversas, e, o apoio e fomento ao desenvolvimento de programas municipais de conservação e restauração que possam recepcionar os recursos do ICMS Ambiental e de outros fundos públicos e privados, além da pesquisa aplicada, com o apoio do Projeto Biota Síntese e da vasta experiência dos pesquisadores do Instituto de Pesquisa Ambientais (IPA). O Programa Nascentes tem promovido, desde 2015, a restauração ecológica em áreas prioritárias, visando a proteção e conservação de recursos hídricos e da biodiversidade. A iniciativa vem unindo diferentes atores, como empresas públicas e privadas, o poder público e a sociedade civil, otimizando e direcionando investimentos públicos e privados para a recuperação e proteção de matas ciliares, nascentes e olhos-d'água. Essas parcerias formadas nos últimos sete anos proporcionaram o ganho de fundamental experiência na área e o início do processo de restauração de mais de 25 mil hectares em monitoramento no estado de São Paulo. O desenvolvimento do Refloresta-SP é imprescindível para o alcance das metas da Agenda 2030 na ação contra a mudança global do clima e vida terrestre, bem como no eixo água potável e saneamento. Além de contribuir para o desenvolvimento do novo setor da bioeconomia, importante para o objetivo trabalho e crescimento econômico.



CONSERVAÇÃO, RECUPERAÇÃO E USO SUSTENTÁVEL DOS ECOSISTEMAS TERRESTRES E DE ÁGUA DOCE

INSTITUTO DE PESQUISAS TECNOLÓGICAS - IPT



O QUE É

Coordenado pelo Instituto de Pesquisas Tecnológicas (IPT), o programa visa colaborar com o planejamento ambiental de modo a promover a conservação e a recuperação e uso sustentável dos recursos naturais dos diversos ecossistemas brasileiros.

Entre os produtos, serviços e possibilidades do programa estão:

- Estudo de criação de unidades de conservação;
- Estudo para definição de estratégias para Florestas Urbanas;
- Diagnósticos de situação de recursos hídricos;
- Elaboração de planos de bacias hidrográficas;
- Diagnóstico para o plano de desenvolvimento e proteção ambiental de aquíferos;
- Atividades de medição e monitoramento de qualidade de recursos hídricos;
- Elaboração de plano de desenvolvimento econômico sustentável; e Orientação para escolha de áreas para recuperação e conservação.

O programa está relacionado ao desenvolvimento do turismo sustentável, especialmente em Unidades de Conservação (UCs), que dependem da elaboração de plano de manejo para autorizar a implementação de atividades turísticas. Instrumentos de planejamento ambiental, como os planos de manejo de UCs e Planos Municipais de Mata Atlântica, podem orientar o turismo nos municípios, muito ligados à beleza cênica e outras atrações associadas à conservação ambiental (ex.: observação de aves).

No âmbito deste programa, já houve parcerias com clientes como: Governo do Estado de São Paulo; prefeituras municipais do estado; se-

Meta 15.1: Até 2030, assegurar a conservação, recuperação e uso sustentável de ecossistemas terrestres e de água doce interiores e seus serviços, em especial florestas, zonas úmidas, montanhas e terras áridas, em conformidade com as obrigações decorrentes dos acordos internacionais.

Localização no PPA:

Não identificada

Metas impactadas indiretamente:

8.9 | 11.4 | 12.b | 14.7

Link:

<https://www.ipt.br/>

cretarias estaduais, como a Secretaria de Desenvolvimento Econômico; e secretarias municipais de meio ambiente; além do público-alvo por meio das oficinas participativas.

RESULTADOS

Entre os resultados do programa estão:

- Publicação de Plano Municipal de Mata Atlântica;
- Plano de Manejo de Unidades de Conservação Municipais;
- Plano de Desenvolvimento Econômico Sustentável do Vale do Ribeira (em elaboração);
- Guia Metodológico de Infraestrutura Verde; e
- Artigos científicos publicados com os resultados do trabalho do IPT em atendimento ao Departamento Hidroviário de São Paulo e à Prefeitura Municipal de Limeira, ambos com orientações para escolha de áreas para recuperação e conservação.

O programa envolve a participação média de 18 a 40 pessoas nas oficinas para o planejamento participativo (oficinas presenciais e on-line).

Em relação à crise sanitária da COVID 19, o programa colabora para o desenvolvimento do turismo local e regional (curtas distâncias), que deve crescer em comparação ao turismo ao exterior e a longas distâncias. Dessa forma, valoriza a cultura local e regional, atraindo público para esses destinos do Estado de São Paulo.



CÂMARA PROSPERIDADE



Antonio Henrique Amaral. Criação, expansão e desenvolvimento, 1989. Óleo sobre tela.
Acervo Artístico-Cultural dos Palácios do Governo

A Câmara Prosperidade é composta pelos ODS 8, 9 e 11. Este eixo aborda a necessidade de “Garantir vidas prósperas e plenas em harmonia com a natureza”.



Metas prioritárias da Câmara Temática de Planeta

Meta 8.3	Promover políticas orientadas para o desenvolvimento que apoiem as atividades produtivas, geração de emprego decente, empreendedorismo, criatividade e inovação, e incentivar a formalização e o crescimento das micro, pequenas e médias empresas, inclusive por meio do acesso a serviços financeiros.
Meta 9.1	Desenvolver infraestrutura de qualidade, confiável, sustentável e resiliente, incluindo infraestrutura regional e transfronteiriça, para apoiar o desenvolvimento econômico e o bem-estar humano, com foco no acesso equitativo e a preços acessíveis para todos.
Meta 11.2	Até 2030, proporcionar o acesso a sistemas de transporte seguros, acessíveis, sustentáveis e a preço acessível para todos, melhorando a segurança rodoviária por meio da expansão dos transportes públicos, com especial atenção para as necessidades das pessoas em situação de vulnerabilidade, mulheres, crianças, pessoas com deficiência e idosos.
Meta 11.3	Até 2030, aumentar a urbanização inclusiva e sustentável, e as capacidades para o planejamento e gestão de assentamentos humanos participativos, integrados e sustentáveis, em todos os países.
Meta 11.6	Até 2030, reduzir o impacto ambiental negativo per capita das cidades, inclusive prestando especial atenção à qualidade do ar, gestão de resíduos municipais e outros.

Este capítulo contém **28 programas**, executados por **9 órgãos** de modo a atingir **5** metas ODS de maneira direta e **20** metas ODS de maneira indireta.

BANCO DO POVO PAULISTA

SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO



Meta 8.3: Promover políticas orientadas para o desenvolvimento que apoiam as atividades produtivas, geração de emprego decente, empreendedorismo, criatividade e inovação, e incentivar a formalização e o crescimento das micro, pequenas e médias empresas, inclusive por meio do acesso a serviços financeiros.

Localização no PPA:

Programa **1015**

Produto **1655**

Ação **4225**

Meta impactada indiretamente:

17.17

Link:

<https://www.bancodopovo.sp.gov.br/>

O QUE É

O Banco do Povo é o programa de microcrédito desenvolvido pelo Governo do Estado de São Paulo e operado por meio da Secretaria de Desenvolvimento Econômico. O objetivo do programa é promover o desenvolvimento socioeconômico e a criação de oportunidades, disponibilizando linhas de microcrédito com baixa taxas de juro para o desenvolvimento de pequenos empreendimentos.

O programa é executado por meio de parcerias entre o Governo do Estado de São Paulo e as prefeituras. Nos municípios conveniados, são abertas unidades do Banco do Povo, em locais cedidos pela prefeitura, para recepção e abertura de solicitação de microcrédito aos empreendedores locais.

As linhas são voltadas para micro e pequeno empreendedor com ou sem CNPJ. Com taxa de juros de 0,35% a 1% ao mês, o limite de crédito é de até R\$ 21 mil, que podem ser utilizados tanto para compras de mercadoria e equipamento quanto para pagamentos das obrigações da empresa.

O prazo para pagamento é de até 24 meses com carência de até 60 dias para capital de giro. Já para o investimento fixo, o prazo para pagamento é de até 36 meses com até 90 dias de carência. Para solicitar os financiamentos, o empreendedor não pode ter restrições cadastrais no CNPJ e CPF. Além disso, deve comprovar que exerce uma atividade produtiva no município conveniado e apresentar certificado do curso capacitação oferecido pelo Sebrae SP, por meio do Programa Empreenda Rápido.

RESULTADOS

O Banco do Povo emprestou no período 01/01/2021 a 31/12/2021, o valor de R\$302,7 milhões e firmou 16.529 contratos, com ticket médio R\$ 15.929,82.

Durante o período de quarentena, em abril de 2020, foi inaugurado a nova plataforma do programa Banco do Povo, que viabiliza uma nova modalidade de solicitação de crédito, a solicitação on-line. Essa alternativa possibilitou ao empreendedor requerer empréstimo sem a necessidade de ir até a unidade de crédito. Antes, o atendimento do Banco de Povo era realizado em sua totalidade de forma presencial.

O plano de metas do programa prever que sejam concedidas 195 mil operações de crédito pelo banco até 2022.



EMPREENDA RÁPIDO

SUBSECRETARIA DE EMPREENDEDORISMO DA MICRO E PEQUENA EMPRESA DO ESTADO DE SÃO PAULO E COORDENADORIA DE POLÍTICAS PÚBLICAS DE EMPREENDEDORISMO / DESENVOLVE SP



Meta 8.3: Promover políticas orientadas para o desenvolvimento que apoiam as atividades produtivas, geração de emprego decente, empreendedorismo, criatividade e inovação, e incentivar a formalização e o crescimento das micro, pequenas e médias empresas, inclusive por meio do acesso a serviços financeiros.

Localização no PPA:

Programa **1015**

Produto Não identificado

Ação **5285**

Meta impactada indiretamente:

17.17

Link:

<https://empreendarapido.sp.gov.br/>

O QUE É

O programa Empreenda Rápido é uma parceria entre o Governo do Estado de São Paulo e o Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (Sebrae SP). O objetivo é oferecer em um só lugar tudo o que o empreendedor precisa para abrir ou ampliar o seu negócio. O programa busca oferecer várias possibilidades como melhores opções de crédito do mercado, cursos de gestão e educação financeira e inscrição em cursos de qualificação profissional.

O programa está baseado em seis pilares:

1. O empreendedor poderá realizar a abertura de sua empresa com agilidade;
2. Acessar crédito com as melhores taxas de juros do mercado;
3. Aprender a gerir a seu negócio;
4. Se inscrever em cursos de qualificação profissional;
5. Criar e gerir soluções inovadoras; e
6. Acessar o mercado por meio de parcerias com plataformas digitais.

Além de contar com a parceria do Sebrae, o programa também inclui outras participações como: Banco do Povo; Desenvolve SP; Junta Comercial do Estado de São Paulo (Jucesp); e Centro Paula Souza.

RESULTADOS

No período de janeiro a outubro de 2020, o programa apresentou os seguintes números:

- Acessos ao site: 470.385;
- Acessos de usuários distintos no site: 407.847;
- Cadastros no portal Via Rápida: 232.546;
- Inscrições nas turmas abertas (Sebrae SP): 99.911;
- Inscrições no ensino a distância (EaD): 16.872;
- Clientes distintos EaD: 13.770; e
- Municípios atendidos: 494.

Em função da pandemia da COVID-19, toda a programação do Empreenda Rápido presencial foi cancelada em 2020. Foi realizada uma readequação do programa para o sistema digital.

O plano de metas do programa pretende promover a qualificação e o acesso a crédito para 190,4 mil empresas até 2022.



INOVAÇÃO

DESENVOLVE SP – O BANCO DO EMPREENDEDOR



O QUE É

O programa busca apoiar empresas de base tecnológica e de perfil inovador no Estado de São Paulo. O Desenvolve SP fomenta o desenvolvimento de micro, pequenas e médias empresas paulistas. Oferece linhas de crédito voltadas ao financiamento de projetos de modernização e ampliação da capacidade produtiva, bem como de implementação de novas tecnologias ou processos inovadores em seus produtos ou serviços.

Para o financiamento de projetos de inovação, além de recursos próprios, o Desenvolve SP conta com parcerias para o repassa de recursos do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) e da Financiadora de Estudos e Projeto (Finep), de acordo com as características dos projetos.

RESULTADOS

De janeiro de 2015 a maio de 2022, o Desenvolve SP desembolsou R\$ 256.301.987,96.

Meta 8.3: Promover políticas orientadas para o desenvolvimento que apoiam as atividades produtivas, geração de emprego decente, empreendedorismo, criatividade e inovação, e incentivar a formalização e o crescimento das micro, pequenas e médias empresas, inclusive por meio do acesso a serviços financeiros.

Localização no PPA:

Programa 2005

Produto 1682

Ação 6330

Metas impactadas indiretamente:

8.2 | 9.3 | 9.c

Link:

<https://www.desenvolvesp.com.br/>

/



MEU EMPREGO

COORDENADORIA DE EMPREGO, RENDA E TRABALHO /
SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO



Meta 8.3: Promover políticas orientadas para o desenvolvimento que apoiam as atividades produtivas, geração de emprego decente, empreendedorismo, criatividade e inovação, e incentivar a formalização e o crescimento das micro, pequenas e médias empresas, inclusive por meio do acesso a serviços financeiros.

Localização no PPA:

Programa **1046**

Produto **2620 | 2454 | 3550**

Ação **6109 | 6345 | 4227**

Meta impactada indiretamente:

10.2

Link:

<https://www.meuemprego.sp.gov.br/>

O QUE É

O Meu Emprego é executado pelo Governo do Estado de São Paulo, por meio de parcerias com várias secretarias e órgãos. Com foco em qualificação profissional, inclusão no mercado de trabalho e acesso à renda para vários públicos, o programa é composto por quatro modalidades:

- Trabalho Inclusivo: possibilita a colocação profissional adequada às pessoas com deficiência e o suporte para que se mantenham no mercado de trabalho. Parceria da Secretaria dos Direitos da Pessoa com Deficiência na elaboração do programa e na execução dos Polos e Empregabilidade Inclusiva (PEIs);
- Emprego e Renda: permite, de forma emergencial, o acesso à renda e viabiliza o ingresso em um curso de qualificação, visando capacitar o cidadão na busca por emprego formal. Parceria com as prefeituras municipais para o desenvolvimento das atividades por elas indicadas;
- Pró-Egresso: possibilita o encaminhamento adequado do egresso ao mercado de trabalho, com acolhimento e integração à sociedade. Parceria com a Secretaria de Administração Penitenciária para elaboração do programa e apoio na execução, com envio de egressos para os Postos de Atendimento ao Trabalhado (PATs) e cursos de qualificação; e
- Trabalho em Equipe: permite a ampliação de conhecimentos e habilidades para as pessoas na busca por emprego. Parceria com as prefeituras, que cedem funcionários para tornarem-se facilitadores e também locais para a realização dos cursos.

RESULTADOS

Com base em dados de 2020, o programa apresentou os seguintes resultados:

Trabalho Inclusivo:

- De janeiro a outubro de 2020, foram encaminhadas 1.752 pessoas com deficiência para contratação nas empresas;
- 129 empresas aderiram ao programa;
- 370 pessoas com deficiência capacitadas nos Cursos de Qualificação (CPS);
- Implantação de 3 PEIs na cidade de São Paulo (PEI-Boa Vista, PEI-Imigrantes e PEI-Humaitá);
- 4.924 pessoas com deficiência cadastrados no site do programa; e
- 3.169 pessoas com deficiência realizaram curso de qualificação na plataforma Via Rápida.

Emprego e Renda:

- 421 municípios contemplados em Diário Oficial;
- 23.574 pessoas inscritas;
- 11.352 candidatos convocados; e
- 7.352 bolsistas ativos em 23/11/2020 (há algumas turmas a serem ativadas).

Pró-Egresso:

- 13.835 egressos na base de dados encaminhados para vagas em aberto.

Trabalho em Equipe:

- 18 municípios contemplados com cerca de 330 pessoas atendidas.

Por conta da COVID-19, o ano de 2020 foi muito desafiador para todos os programas que dependem do contato humano para se manter. Por exemplo, houve atrasos em materiais e dificuldade em formar novos colaboradores. Nesse sentido, é para se comemorar o fato de todos os programas conseguirem continuar ativos.

NOVOTEC

COORDENADORIA DE ENSINO TÉCNICO, TECNOLÓGICO E PROFISSIONALIZANTE /
SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO



O QUE É

O programa busca oferecer cursos de ensino técnico e qualificação profissional aos estudantes matriculados no ensino médio da rede estadual paulista. E, assim, conectar os últimos anos da educação básica às demandas profissionais e melhorar as perspectivas de inserção dos jovens no mercado de trabalho. O programa foi criado em 2019, com pilotos no segundo semestre daquele ano e no primeiro de 2020.

O programa tem quatro modalidades de cursos: Integrado, Expresso, Virtual e Móvel.

- **Integrado:** oferece cursos técnicos integrados ao ensino médio, com duração de três anos, nos eixos de tecnologia da informação e gestão e negócios. O Novotec Integrado é a implementação do itinerário formativo previsto no Novo Ensino Médio (Lei 13.415/2017) e na Base Nacional Comum Curricular de 2018;
- **Expresso:** é um curso de 150 horas com aulas no contraturno do currículo regular oferecidas ao longo de um semestre;
- **Virtual:** oferece cursos autoinstrucionais on-line; e
- **Móvel:** será realizado em unidades móveis com laboratórios específicos (a ser desenvolvido).

A implementação das modalidades do Novotec foi feita integralmente pelo Centro Paula Souza, autarquia da Secretaria de Desenvolvimento Econômico contratada para esse fim. A partir de 2021, o intuito é contratar, complementarmente, outros fornecedores. O programa conta ainda, sem custos, com o apoio de parceiros do terceiro setor, como a ONG Parceiros da Educação e a Fundação Itaú para a Educação e Trabalho. Também da Fundação Getulio Vargas, que faz a avaliação de impacto do Novotec Integrado.

Meta 8.3: Promover políticas orientadas para o desenvolvimento que apoiem as atividades produtivas, geração de emprego decente, empreendedorismo, criatividade e inovação, e incentivar a formalização e o crescimento das micro, pequenas e médias empresas, inclusive por meio do acesso a serviços financeiros.

Localização no PPA:

Programa **1046 | 1039**

Produto **1690 | 1515**

Ação **6346 | 6289**

Meta impactada indiretamente:

4.7

Link:

<http://www.novotec.sp.gov.br/>

RESULTADOS

O programa pretende oferecer opções profissionalizantes a 30% dos estudantes de ensino médio da rede pública estadual até o fim de 2022. Contando as matrículas do Centro Paula Souza, esse percentual era 13% em 2018. O Novotec Integrado vai ajudar a triplicar as matrículas de técnico integrado ao médio – de 60 mil para 180 mil alunos – sem construção de prédios novos.

Em 2019, 12 mil alunos fizeram Novotec Integrado. Em 2020, mais 16 mil alunos se matricularam nessa modalidade e 5 mil estudantes fizeram Novotec Expresso. Para 2021, 23 mil vagas do Novotec Integrado foram ofertadas e os alunos já estão sendo matriculados.

A modalidade Novotec Expresso foi intensamente impactada pela COVID-19. A expectativa era oferecer mais de 50 mil vagas em cursos presenciais, mas eles precisaram ser adaptados para o ensino remoto, o que reduziu a demanda dos estudantes. O piloto do Novotec Móvel, que estava planejado para 2020, teve que ser adiado. O Novotec Integrado, no entanto, teve perda de apenas 13% dos matriculados.



PROGRAMA CRÉDITO TURÍSTICO PRIVADO

SECRETARIA DE TURISMO E VIAGENS DO ESTADO DE SÃO PAULO – SETUR / DESENVOLVE SP



Meta 8.3: Promover políticas orientadas para o desenvolvimento que apoiam as atividades produtivas, geração de emprego decente, empreendedorismo, criatividade e inovação, e incentivar a formalização e o crescimento das micro, pequenas e médias empresas, inclusive por meio do acesso a serviços financeiros.

Localização no PPA:

Programa 5002

Produto 1648

Ação 6316

Meta impactada indiretamente:

8.9

Link:

<http://www.creditoturistico.com.br/onepage/>

O QUE É

O programa é uma iniciativa da Secretaria de Turismo e do Desenvolve SP – instituição financeira do Governo do Estado de São Paulo –, para a promoção de crescimento sustentável dos negócios voltados aos serviços de atendimento, acomodação e infraestrutura para turistas, assim como para a melhoria da infraestrutura dos municípios. Criado em setembro de 2019, tem como público-alvo micro, pequenas e médias empresas paulistas do setor turístico e municípios do Estado de São Paulo.

O programa consiste na oferta das linhas de crédito já existentes para o setor pelos órgãos participantes, de forma coordenada. O Desenvolve SP ofertou as linhas do Fundo Geral do Turismo (Fungetur) e as linhas de giro do crédito digital, ambas com as taxas e demais condições vigentes à época. Ao setor público, foram disponibilizadas as linhas já existentes, possibilitando o financiamento de arena multiuso, iluminação pública, pavimentação, infraestrutura de praças e parques, entre outros.

Além do Desenvolve SP e Secretaria de Turismo, participam do programa: Caixa Econômica; Banco do Brasil; BNDES; Sebrae SP; e Banco do Povo, a agência paulista de desenvolvimento InvestSP. Há opções de bancos privados, cooperativas de crédito e empresas que desenvolvem produtos financeiros totalmente digitais, como as fintechs.

RESULTADOS

O Programa de Crédito Turístico completou o primeiro ano somando a injeção de R\$ 1,16 bilhão no setor. Foram investidos R\$ 457 milhões em 172 projetos públicos (117) e da iniciativa privada (55). O

valor beneficiou secretarias municipais de turismo, empresas da área de alimentação, hotelaria, agências de viagem e ligadas a aviação e eventos.

Em setembro de 2020, o Ministério do Turismo e o Desenvolve SP fecharam parceria para destinação de mais R\$ 400 milhões a empresas do setor turístico pelas linhas de crédito do Fungetur.

A partir de março de 2021, com a evolução da pandemia da COVID-19, o programa foi adaptado como forma de ajudar o setor turístico, facilitando o acesso ao capital de giro para cobrir despesas fixas e operacionais de empresa, como salários de funcionários, dívidas com fornecedores, pagamento de aluguéis, entre outras. Para tanto, foram concedidos até o momento R\$ 707 milhões a mais de 2 mil empresas.



PROGRAMA DE IMPLEMENTAÇÃO DE SOLUÇÕES INOVADORAS PARA A ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA – IDEIAGOV

COORDENADORIA DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA E INOVAÇÃO / SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO



Meta 8.3: Promover políticas orientadas para o desenvolvimento que apoiam as atividades produtivas, geração de emprego decente, empreendedorismo, criatividade e inovação, e incentivar a formalização e o crescimento das micro, pequenas e médias empresas, inclusive por meio do acesso a serviços financeiros.

Localização no PPA:

Programa **1015**

Produto Não identificado

Ação **6339**

Meta impactada indiretamente:

17.17

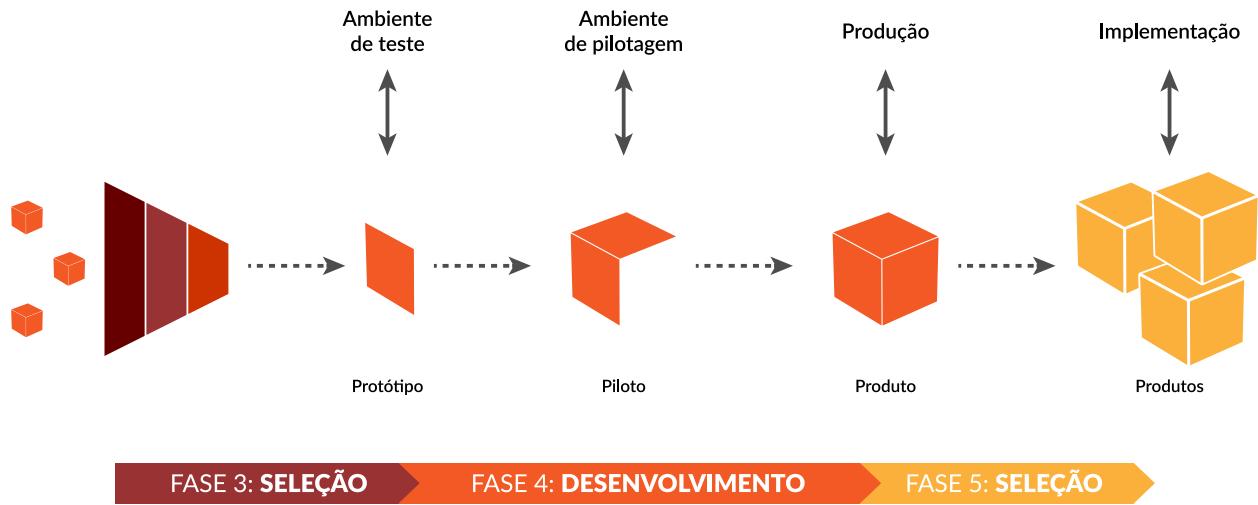
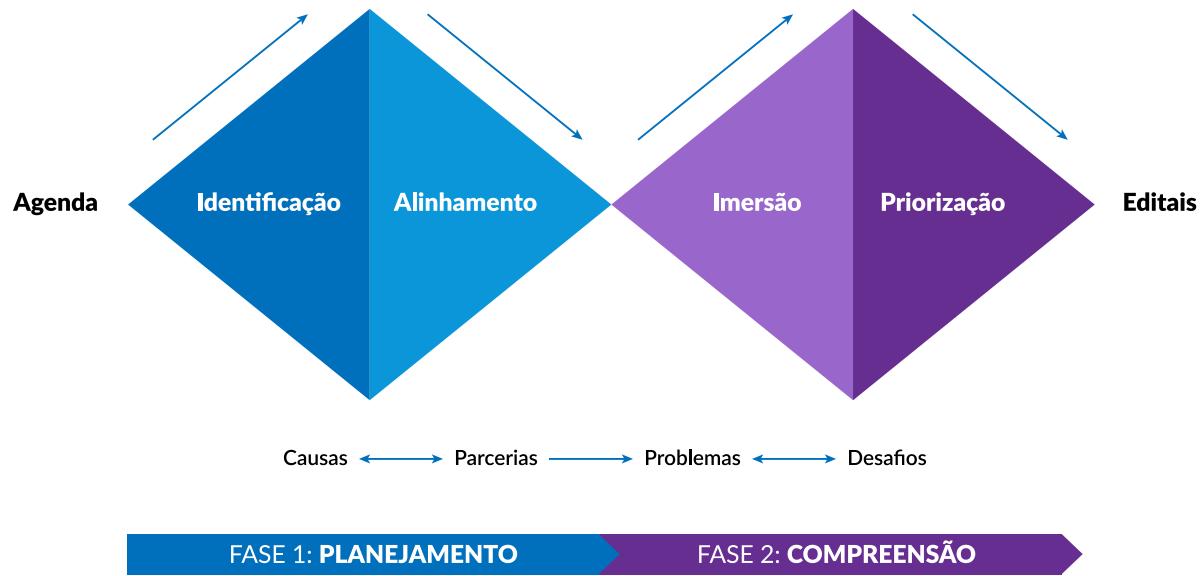
Link:

<https://ideiagov.sp.gov.br/>

O QUE É

O Programa de Implementação de Soluções Inovadoras para a Administração Pública (IdeiaGov) foi desenvolvido pelo Governo do Estado de São Paulo. Busca promover, no Estado de São Paulo, compras públicas de soluções pelo governo para incentivar e direcionar a capacidade inovadora do setor privado, especialmente de startups. Portanto, o programa pretende implantar novas e melhores formas de prestar serviços públicos à população, além gerar maior eficiência nos gastos e maior efetividade e eficácia na administração pública.

O programa funciona por meio da identificação de desafios enfrentados pelo governo estadual, da preparação deles para o lançamento de editais e do apoio à testagem e implementação das soluções inovadoras propostas por empresas e startups. A jornada da inovação pública se inicia com o entendimento das estratégias de governo e das principais dores e demandas atreladas e se encerra no momento da escolha das soluções e do acompanhamento dos resultados. Foram mapeadas 5 fases que os gestores públicos percorrem ao traçar o caminho da inovação: 1) Planejamento; 2) Compreensão; 3) Seleção; 4) Desenvolvimento; e 5) Escala (mais detalhes nas Figuras).



Além do parceiro operacional, o Impact Hub, o programa conta com a Procuradoria Geral do Estado de São Paulo (PGE), InvestSP, Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (FAPESP), Desenvolve SP, Prodas, Instituto Tellus, Fundação Novartis e Wylinka. No âmbito do enfrentamento à COVID-19, a Secretaria de Desenvolvimento Econômico (SDE) está firmando parcerias com o Instituto de Pesquisas Tecnológicas (IPT), Secretaria de Estado da Saúde, Hospital das Clínicas da Faculdade de Medicina da Universidade de São Paulo (HCFMUSP), Fundação Faculdade de Medicina e Prodesp.

RESULTADOS

Na primeira edição, foram lançados 4 desafios relacionados à COVID-19. O programa recebeu, 180 inscrições, das quais foram selecionadas 11 delas, que já estão em fase de teste e pilotagem no governo. Na segunda edição, que busca selecionar soluções para melhorar a Jornada Digital do Paciente do Instituto de Radiologia do HCFMUSP, foram lançados 4 desafios, que receberam 32 inscrições.

O programa foi lançado em junho de 2020, e as metas do programa são até 2022, que é implementar 100 soluções inovadoras para governo por meio do IdeiaGov. As metas para 2020 já foram batidas ou estão a caminho, e o programa de aceleração será lançado em breve. Dessas 11 soluções selecionadas, algumas já estão sendo encaminhadas para contratação ou para parcerias de pesquisa e desenvolvimento, em que serão aportados recursos nas empresas para continuar desenvolvendo o produto.

No Hospital das Clínicas (HC), por exemplo, o programa está apoiando o uso de soluções de Inteligência Artificial (IA) para ampliar a velocidade e a precisão do diagnóstico de COVID-19 por meio de radiografias e tomografias de tórax. Agora o HC possui uma plataforma para desafios de IA aplicados à saúde, em que qualquer parceiro pode subir bases de dados e testar novos algoritmos. Em outro caso, foi selecionada uma empresa que desenvolve kits de diagnóstico para COVID-19 com componentes 100% nacionais. O programa tem recebido significativa aprovação, despertando interesse de outras áreas, dentro e fora da saúde.

Cabe destacar que a pandemia de COVID-19 causou consequências no planejamento do programa, com impactos em todos os eixos.



PROGRAMA DE INVESTIMENTO NO SETOR AUDIOVISUAL DE SÃO PAULO – PROAV

DESENVOLVE SP – O BANCO DO EMPREENDEDOR



Meta 8.3: Promover políticas orientadas para o desenvolvimento que apoiam as atividades produtivas, geração de emprego decente, empreendedorismo, criatividade e inovação, e incentivar a formalização e o crescimento das micro, pequenas e médias empresas, inclusive por meio do acesso a serviços financeiros.

Localização no PPA:

Não identificada

Metas impactadas indiretamente:

8.2 | 9.c

Link:

<https://www.desenvolvesp.com.br/programas-de-governo/programa-de-investimento-no-setor-de-audiovisual/>

O QUE É

O Programa de Investimento no Setor de Audiovisual (ProAV SP) é uma ação conjunta entre o Desenvolve SP e a Secretaria de Cultura e Economia Criativa do Estado de São Paulo. Trata-se da criação de um fundo de investimento inédito no país. O ProAV SP oferece linhas de crédito com condições e prazos diferenciados para empresas da indústria do audiovisual paulista investirem em compra de equipamentos, modernização dos estúdios e ampliação das atividades.

Com isso, o programa visa suprir a lacuna encontrada na busca de financiamento de planos de expansão e fluxo de caixa dos projetos. E, dessa forma, desenvolver o grande potencial do setor audiovisual na geração de empregos, renda e negócios em todo o estado. Como resultado, a iniciativa busca promover o crescimento dos diversos negócios que atuam com audiovisual, que vão desde produtoras de áudio e vídeo, distribuidoras, produtores de conteúdo, até desenvolvedores de games.

Quanto à divisão de papéis, o Desenvolve SP faz a coordenação e a Secretaria da Cultura e Economia Criativa classifica as empresas e seleciona os CNAEs (Classificação Nacional de Atividades Econômicas) participantes.

RESULTADOS

De outubro de 2019 a maio de 2022, foram desembolsados R\$ 127.863.553,64 em projetos do setor audiovisual do Estado de São Paulo.



PROGRAMA VALE DO FUTURO

SECRETARIA DE CULTURA E ECONOMIA CRIATIVA – SEC-SP



Meta 8.3: Promover políticas orientadas para o desenvolvimento que apoiam as atividades produtivas, geração de emprego decente, empreendedorismo, criatividade e inovação, e incentivar a formalização e o crescimento das micro, pequenas e médias empresas, inclusive por meio do acesso a serviços financeiros.

Localização no PPA:

Não identificada

Metas impactadas indiretamente:

1.4 | 9.c

Link:

[https://www.saopaulo.sp.gov.br/valedofuturo/-](https://www.saopaulo.sp.gov.br/valedofuturo/)

O QUE É

O Programa Vale do Futuro busca implementar ações para gerar desenvolvimento econômico, cultural e social nos municípios do Vale do Ribeira. No âmbito da Secretaria de Cultura e Economia Criativa (SEC-SP), o programa considera uma série de iniciativas realizadas em 2019 e 2020. Entre as atividades e ações em destaque estão:

- Programa Juntos Pela Cultura;
- SP Gastronomia, o maior festival de gastronomia do Brasil;
- Ações promovidas pelo Sistema Estadual de Bibliotecas Públicas (SISEB);
- Ações promovidas pelo Sistema Estadual de Museus de São Paulo (SISEM);
- Ações orientadas pelas decisões do Conselho de Defesa do Patrimônio Histórico, Arqueológico, Artístico e Turístico do Estado (CONDEPHAAT);
- Ações de fomento e incentivo às atividades artísticas e culturais, de acordo com o Programa de Ação Cultural (PROAC) e outras ações de incentivos; e
- Ações de formação e promoção cultural por meio dos projetos da SEC-SP.

Nas ações desenvolvidas pela SEC-SP, o programa é fortalecido pelas parcerias, principalmente, com as prefeituras dos municípios que recebem algum tipo de ação – eventos, cursos ou capacitações – na área cultural. Por exemplo, o Programa Juntos Pela Cultura, por ter uma visão municipalista de gestão, é realizado por meio de parcerias com prefeituras em cinco iniciativas: Virada Cultural SP, Circuito Cultural SP, Apoio à Tradição SP, Revelando SP e +Gestão SP. Nas demais iniciativas da SEC-SP, destacam-se as parcerias realizadas via unidades gestoras da secretaria.

RESULTADOS

Todas as ações artísticas, culturais e de economia criativa desenvolvidas no biênio 2019/2020 promoveram a difusão e o incentivo à cultural de forma descentralizada, com vivências de culturas populares e tradicionais do Estado de São Paulo. Também ofereceram diversas atrações de música, dança, artesanato, gastronomia, programação literária e de filmes, exposições, encontros e capacitações, entre outros. Por conta da pandemia de COVID-19, muitas das atividades previstas sofreram adaptações para a execução on-line.

A seguir são apresentados resultados gerais das principais ações realizadas no biênio 2019/2020:

Programa Juntos pela Cultura

- Municípios beneficiados: 14.
- Número de ações: 7 edições.
- Público alcançado: 29.950 pessoas.
- Atrações culturais: 62 atrações.
- Investimento realizado: R\$ 825.000,00.

Programa de Bibliotecas e Leitura

- Municípios beneficiados: 14.
- Ações de capacitações: 7.
- Ações de incentivo à leitura: 6.
- Doações de acervo: 13.

Programa Estadual de Preservação dos Museus

- Municípios beneficiados: 22.
- Número de ações: 62.
- Público atingido: 2.206.
- Valor investido: R\$ 85.000.

Programa de Preservação do Patrimônio

- Número de municípios: 6.

- Número de ações: 1.
- PÚBLICO atingido: 300 pessoas.

Ações de fomento e incentivo

- Municípios beneficiados: 5.
- Projetos fomentados: 52.
- Valor investido: R\$ 1.741.504,00.

Ações de Formação e promoção cultural

- Municípios beneficiados: 13.
- Ações de formação: 120.
- PÚBLICO atingido: 18.142.



ROTAS TURÍSTICAS

SECRETARIA DE TURISMO E VIAGENS DO ESTADO DE SÃO PAULO – SETUR



Meta 8.3: Promover políticas orientadas para o desenvolvimento que apoiam as atividades produtivas, geração de emprego decente, empreendedorismo, criatividade e inovação, e incentivar a formalização e o crescimento das micro, pequenas e médias empresas, inclusive por meio do acesso a serviços financeiros.

Localização no PPA:

Programa **5002**

Produto **1648**

Ação **6316**

Meta impactada indiretamente:

8.9

Link:

<https://www.turismo.sp.gov.br/publico/noticia.php?codigo=2079>

O QUE É

O programa visa estimular e difundir o turismo por meio da implementação de Rotas Turísticas, que são caminhos que se interligam graças a elementos comuns de uma região, podendo ser eles naturais, geográficos e crenças, entre outros. Dessa forma, busca fomentar o desenvolvimento da economia local. A proposta de trabalhar as Rotas Turísticas SP surgiu muito antes da pandemia de COVID-19. O objetivo já estava traçado: mapear os produtos, produtores e atrativos e formá-los em rotas com o objetivo de estruturar e promovê-las. E a partir daí divulgá-los para todo o Estado de São Paulo, para o Brasil e também para o mundo.

Desde o início de 2020, a Secretaria de Turismo vem propondo projetos para as Rotas Turísticas existentes nas diversas regiões do estado. As rotas estão classificadas como: Rotas Peregrinas; Rotas Cicloturísticas; Rotas Náuticas; e Rotas Gastronômicas. O programa prevê uma série de intervenções em rodovias paulistas para valorizar mais a experiência do viajante, com a implantação de passarelas elevadas, paradouros, mirantes e postos de informações. Conta ainda com parcerias com a Secretaria de Logística e Transporte e Secretaria de Agricultura e Abastecimento.

Com a pandemia de COVID-19, o turismo foi diretamente impactado, junto a vários outros setores. E sua retomada vai demandar a continuidade das ações de estruturação e promoção das Rotas Turísticas. A crise econômica deverá fazer o turista voltar o seu olhar para regiões mais próximas aos seus locais de residência, buscando destinos junto à natureza, com menos aglomeração e que promovam maior segurança.

RESULTADOS

Em 2020, foram entregues as propostas de planejamento (masterplan) das rotas cênicas do Vale do Ribeira e da Serra da Mantiqueira. Cabe destacar que, no caso das rotas cênicas do Vale do Ribeira, elas integram uma ação ainda maior do Governo do Estado de São Paulo, o Vale do Futuro, que prevê investimentos de R\$ 2 bilhões para 22 municípios na região. O Vale do Ribeira é reconhecido por sua diversidade cultural e riqueza ambiental. Abriga a maior porção de Mata Atlântica do Brasil, apresentando grande potencial turístico para atrair os visitantes, com suas cavernas, trilhas, rios e cachoeiras, entre outros.

Por sua vez, na rota cênica da Serra da Mantiqueira, com seu trajeto sinuoso, o viajante vislumbra aclives e declives, curvas abertas e acentuadas, em cenários panorâmicos com mirantes naturais. São lindas paisagens, formadas pelo maior maciço montanhoso do Brasil, que inclui o Pico Itapeva e o Pico Agudo, referências na prática de esportes aéreos como voo livre, paraglider e asa-delta.



SÃO PAULO INTERNACIONAL

SECRETARIA DE RELAÇÕES INTERNACIONAIS – SERI



Meta 8.3: Promover políticas orientadas para o desenvolvimento que apoiam as atividades produtivas, geração de emprego decente, empreendedorismo, criatividade e inovação, e incentivar a formalização e o crescimento das micro, pequenas e médias empresas, inclusive por meio do acesso a serviços financeiros.

Localização no PPA:

Programa 5200

Produto Parcerias internacionais articuladas (sem número)

Ação 6313

Metas impactadas indiretamente:

1.3 | 9.1 | 11.2 | 11.6 | 17.1 | 17.7 | 17.9 | 17.17 | 17.18

Link:<http://www.relacoesinternacionais.sp.gov.br>

O QUE É

O programa busca internacionalizar o Estado de São Paulo e fomentar a captação de recursos internacionais por meio da articulação de cooperações, parcerias e organização de missões internacionais. E, assim, contribuir também para gerar empregos, melhorar a infraestrutura e compartilhar boas práticas de governos estrangeiros em termos de políticas públicas nas mais diversas áreas. Para tanto, a Secretaria de Relações Internacionais (SERI) realiza reuniões com empresas, representantes de governos estrangeiros e organizações internacionais e missões ao exterior.

A Secretaria de Relações Internacionais é uma secretaria-meio, restando um diálogo intersecretarial e com outras instituições do governo estadual na articulação com agentes internacionais. O contato com governos estrangeiros é feito majoritariamente por meio dos representantes consulares em São Paulo. Além disso, há uma interlocução com agências da Organização das Nações Unidas (ONU) e outras organizações internacionais.

A SERI promoveu vários eventos em parceria com outros órgãos do governo estadual e parceiros externos. Também apoiou a realização de missões ao exterior, com o objetivo de promover intercâmbio técnico, comercial e captação de investimentos internacionais para o Estado de São Paulo. Colaborou ainda no roadshow (evento corporativo) no Reino Unido, Itália e Espanha, para divulgar a concorrência internacional para concessão do lote da rodovia Piracicaba-Panorama.

RESULTADOS

No eixo de ações de cooperação internacional, foram realizadas as seguintes ações em 2019:

1. Troca de Cartas de Intenção entre o Estado de São Paulo e o Canadá na presença do Vice-Ministro de Assuntos Internacionais do Canadá;
2. Assinatura do Protocolo de Intenções entre o Estado de São Paulo e o Reino Unido durante missão no país;
3. Assinatura de Protocolo de Intenções entre o Estado de São Paulo e o Banco de Desenvolvimento da China durante missão ao país;
4. Assinatura do Protocolo de Intenções entre o Estado de São Paulo e a cidade de Miami na presença do Prefeito de Miami;
5. Assinatura de Termo Aditivo ao Protocolo de Intenções entre o Estado de São Paulo e o Chile na presença do Ministro de Relações Exteriores do Chile;
6. Formação de grupo de trabalho com os Estados Unidos da América em decorrência da reunião do Governador do Estado de São Paulo e o Secretário de Comércio dos Estados Unidos da América;
7. Formação de grupo de trabalho com a França em decorrência da reunião do Governador do Estado de São Paulo e o Ministro de Relações Exteriores da França; e
8. Abertura do escritório do Estado de São Paulo na China; tratativas para abertura de escritórios do Estado de São Paulo nos Emirados Árabes Unidos (audiência com CEO da DP World).

Durante as missões para o exterior de 2019, mais de R\$ 13 bilhões em investimentos de empresas estrangeiras foram anunciados em diversas regiões do estado, com expectativa de geração de mais de 10 mil empregos no curto e médio prazos.



Desenho de Maria Eduarda da Silva, aluna da Escola Estadual Prof. Darcy Lopes e ganhadora da categoria Paz (anos finais do Ensino Fundamental) no Concurso de desenho "Agenda 2030 e os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável".

VAGA CERTA

COORDENADORIA DE EMPREGO, RENDA E TRABALHO /
SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO



Meta 8.3: Promover políticas orientadas para o desenvolvimento que apoiam as atividades produtivas, geração de emprego decente, empreendedorismo, criatividade e inovação, e incentivar a formalização e o crescimento das micro, pequenas e médias empresas, inclusive por meio do acesso a serviços financeiros.

Localização no PPA:

Programa **1046**

Produto **3678**

Ação **5044**

Metas impactadas indiretamente:

Não identificadas

Link:<https://vagacerta.sp.gov.br/mutirao/>

O QUE É

O programa Vaga Certa visa fornecer ao empregador acesso rápido e fácil ao trabalhador mais indicado à vaga, aumentando a chance de contratação. Para a população, é uma forma de vagas que estejam mais próximas ao ideal apareçam com mais frequência. A plataforma de vagas foi criada no dia 20/07/2020, com foco em trabalhadores fora do mercado de trabalho e pessoas à procura do primeiro emprego. Pode ser acessada por meio do site ou de aplicativo (app).

A plataforma está integrada aos Postos de Atendimento ao Trabalhador (PATs), com diferentes perfis de acesso e as seguintes funcionalidades: Cadastro de Candidato e sua gestão; Cadastro de Empregador e sua gestão; Cadastro de Vagas e sua gestão; Gestão de Currículo (incluir, excluir, consultar); e Gestão de Encaminhamentos. No dia 28/09/2020, foi realizado o 5º Mutirão do Emprego de forma on-line.

Os currículos dos interessados são cadastrados na base da plataforma e os empregadores também criam perfis com o que buscam. A plataforma faz o “match” (perfil mais indicado à vaga) entre empregadores e interessados, colocando-os em contato para marcar uma entrevista. Após o processo, o empregador pode deixar um feedback sobre a contratação ou não daquele interessado.

Para o desenvolvimento e suporte da plataforma, foi firmada parceria com a Crafty, que fez a doação da tecnologia. Para o Mutirão do Emprego, a Secretaria de Desenvolvimento Econômico conta com a parceria da União Geral dos Trabalhadores (UGT) e do Sindicato dos Comerciários de São Paulo, que estiveram em todo processo de planejamento do Mutirão, além de trazer empresas para seleções em massa.

RESULTADOS

- Mutirão do Emprego: 17.524 currículos acessados pelas empresas, sendo que 277 companhias diferentes encontraram trabalhadores mais indicados à vaga nos currículos até o dia 04/12/2020.
- Dados do aplicativo (app), desde seu início em julho de 2020 (excluindo Mutirão): 768 empresas encontraram trabalhadores mais indicados à vaga nos currículos que já estavam na base do Sistema Nacional de Emprego (SINE).
- 302.000 currículos foram cadastrados desde outubro de 2020 no site do programa.



APOIO AOS MUNICÍPIOS TURÍSTICOS – ESTÂNCIAS E MUNICÍPIOS DE INTERESSE TURÍSTICO (MIT)

SECRETARIA DE TURISMO E VIAGENS DO ESTADO DE SÃO PAULO – SETUR

9 INDÚSTRIA, INOVAÇÃO
E INFRAESTRUTURA



Meta 9.1: Desenvolver infraestrutura de qualidade, confiável, sustentável e resiliente, incluindo infraestrutura regional e transfronteiriça, para apoiar o desenvolvimento econômico e o bem-estar humano, com foco no acesso equitativo e a preços acessíveis para todos.

Localização no PPA:

Programa **5002**

Produto **1650**

Ação **4102**

Meta impactada indiretamente:

8.9

Link:

<https://www.turismo.sp.gov.br/mit>

O QUE É

Criado pela Lei nº 6.470, em junho de 1989, o Departamento de Apoio ao Desenvolvimento dos Municípios Turísticos (DADETUR) tem entre suas atribuições transferir recursos diretos para a execução de obras e programas ligados ao desenvolvimento do turismo nas cidades reconhecidas como municípios turísticos (estâncias e de Interesse turístico – MIT).

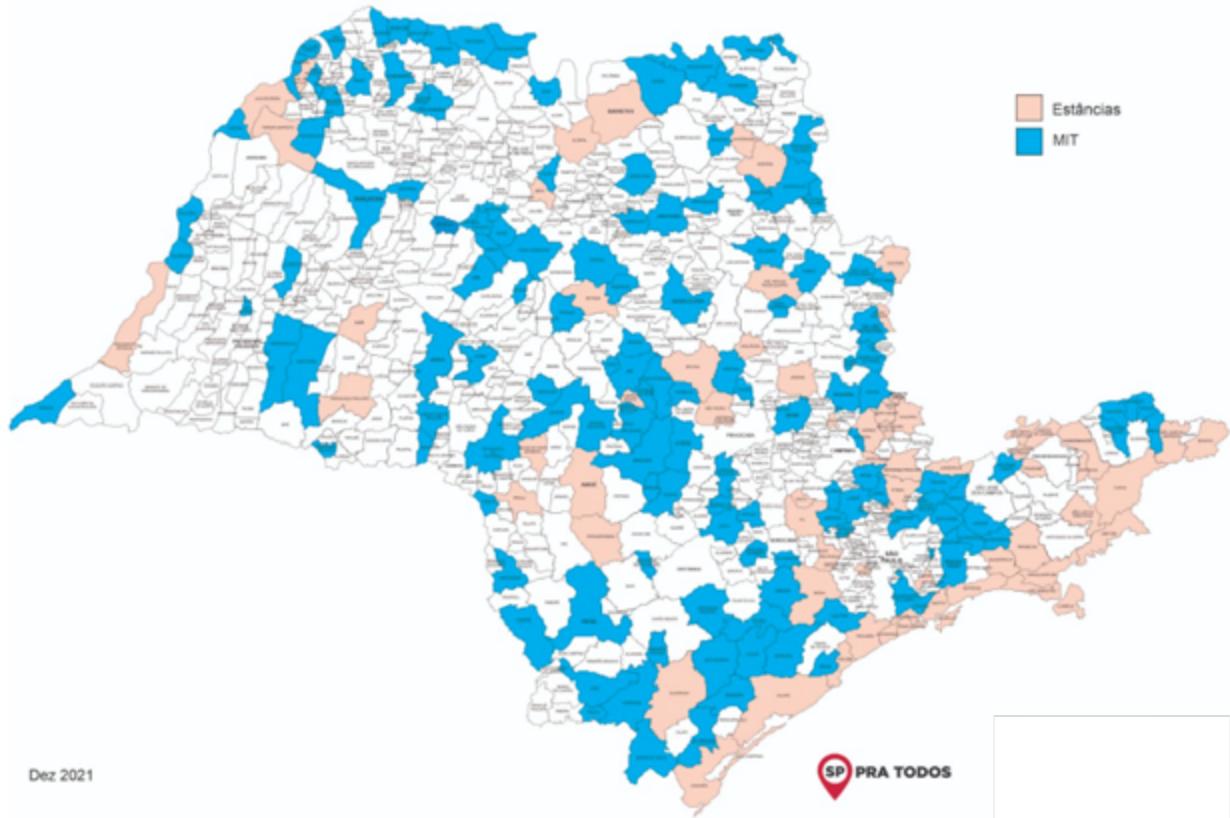
O repasse de recursos é realizado por convênios e visam o aprimoramento da infraestrutura turística dos 210 municípios – 70 estâncias e 140 MITs – do Estado de São Paulo, de acordo com o programa anual de trabalho aprovado pelo Conselho de Orientação e Controle do Fundo de Melhoria das Estâncias.

Os recursos que essas cidades celebram com o DADETUR provêm do Fundo de Melhoria das Estâncias, que é mencionado no artigo 146 da Constituição do Estado de São Paulo e funciona de acordo com a Lei 7.862/1992.

RESULTADOS

Em 2020 (até o dia 23 de outubro), foram repassados R\$ 184,2 milhões aos municípios turísticos, e a previsão era alcançar R\$ 230 milhões até o fim do ano.

MUNICÍPIOS TURÍSTICOS: ESTÂNCIAS E MIT's



FOMENTO À HABITAÇÃO DE INTERESSE SOCIAL – CASA PAULISTA

SECRETARIA DA HABITAÇÃO

9 INDÚSTRIA, INovação
E INFRAESTRUTURA



Meta 9.1: Desenvolver infraestrutura de qualidade, confiável, sustentável e resiliente, incluindo infraestrutura regional e transfronteiriça, para apoiar o desenvolvimento econômico e o bem-estar humano, com foco no acesso equitativo e a preços acessíveis para todos.

Localização no PPA:

Programa **2505**

Produto **428**

Ação **2486 | 2492 | 2277**

Metas impactadas indiretamente:

Não identificadas

Link:

[http://www.habitacao.sp.gov.br/icone/detalhe.aspx?Id=18 /](http://www.habitacao.sp.gov.br/icone/detalhe.aspx?Id=18/)

O QUE É

O programa Casa Paulista foi instituído, na Secretaria de Estado da Habitação, municípios do Estado de São Paulo. Foi aprovado pelo Conselho Gestor do Fundo Paulista de Habitação de Interesse Social (FPHIS), que foi instituído com a finalidade de implementar políticas habitacionais direcionadas à população de baixo poder aquisitivo, até 5 salários mínimos.

A Casa Paulista dá apoio a empreendimentos públicos das três esferas de governo, atuando como agente indutor e estimulador da atividade privada para o setor habitação de interesse social.

O programa tem seu desenvolvimento por meio das ações descritas a seguir:

- 2486 – Aporte de recursos financeiros do FPHIS para concessão de subsídios utilizados em operações de crédito imobiliário, na viabilização da produção de novas unidades habitacionais, no fomento à produção de lotes urbanizados e no estímulo à participação da iniciativa privada na provisão de habitação;
- 2492 – Parceria entre o setor público e privado com vista a ampliar a oferta de habitação de interesse social (HIS), inserida na malha urbana e com acesso à oferta de equipamentos e serviços públicos; e
- 2631: Promover a melhoria das condições de moradia em núcleos regularizados ou em regularização, por meio de ações de reparos, requalificações, adaptações e/ou substituição de moradias precárias, proporcionando melhores condições de habitabilidade, salubridade, segurança e acessibilidade à população envolvida.

Os parceiros do programa são: prefeituras municipais; agentes financeiros (ex. Caixa Econômica Federal); entidades organizadoras (associações por moradia etc.); e outros agentes promotores.

RESULTADOS

No ano de 2021, o programa Casa Paulista concedeu 5.977 operações de subsídios habitacionais.



LINHA ÁGUA LIMPA

DESENVOLVE SP – O BANCO DO EMPREENDEDOR

9 INDÚSTRIA, INOVAÇÃO
E INFRAESTRUTURA



Meta 9.1: Desenvolver infraestrutura de qualidade, confiável, sustentável e resiliente, incluindo infraestrutura regional e transfronteiriça, para apoiar o desenvolvimento econômico e o bem-estar humano, com foco no acesso equitativo e a preços acessíveis para todos.

Localização no PPA:

Programa 2005

Produto 1677

Ação 6332

Meta impactada indiretamente:

6.3

Link:

<https://www.desenvolvesp.com.br/municipios/opcoes-de-credito/linha-agua-limpa/>

O QUE É

A Linha Água Limpa faz parte do programa Transformando Cidades. O seu objetivo é financiar projetos do setor público ligados a construção e revitalização de estações de tratamento de esgoto e água, bem como toda infraestrutura de coleta, afastamento e deslocamento. Entre os beneficiários estão: administração municipal direta; as autarquias e fundações instituídas ou mantidas, direta ou indiretamente, pelos municípios; empresas públicas e sociedades de economia mista não financeiras; outras empresas controladas direta ou indiretamente pelo município; e, demais órgãos ou entidades do município.

Os principais itens e projetos financiáveis são:

- Projetos executivos;
- Topografia, sondagem e terraplanagem;
- Aquisição de máquinas e equipamentos necessários à implantação e revitalização da estação de tratamento e coleta, afastamento e disposição;
- Infraestrutura para a construção e revitalização da estação de tratamento; e
- Infraestrutura para a ampliação e revitalização da coleta, afastamento e disposição.

Em 2018, o Desenvolve SP recebeu recursos financeiros da Secretaria de Infraestrutura e Meio Ambiente para uso na equalização de juros para as operações de crédito contratadas por prefeituras no âmbito do programa Linha Água Limpa. Essas operações são analisadas pela Secretaria do Tesouro Nacional (STN) quanto à capacidade de endividamento do município e ao atendimento dos critérios legais para crédito do setor público.

A parceria entre o Desenvolve SP e a Secretaria de Infraestrutura e Meio Ambiente acontece por meio de convênio. O objetivo é estabelecer as condições para operacionalização de taxa de juros.

RESULTADOS

De maio de 2019 a maio de 2022, foi desembolsado o valor de R\$ 23.266.000,16 para diversos municípios paulistas pela Linha Água Limpa.



LINHA ECONOMIA VERDE – LEV

DESENVOLVE SP – O BANCO DO EMPREENDEDOR

9 INDÚSTRIA, INOVAÇÃO
E INFRAESTRUTURA



Meta 9.1: Desenvolver infraestrutura de qualidade, confiável, sustentável e resiliente, incluindo infraestrutura regional e transfronteiriça, para apoiar o desenvolvimento econômico e o bem-estar humano, com foco no acesso equitativo e a preços acessíveis para todos.

Localização no PPA:

Não identificada

Metas impactadas indiretamente:

7.3 | 6.3 | 9.4

Link:

<https://www.desenvolvesp.com.br/simulador/linha-economia-verde-empresas/>

O QUE É

Criada em 2010, a Linha Economia Verde (LEV) é voltada à eficiência no uso de recursos naturais. Visa financiar projetos sustentáveis que promovem a redução de emissões de gases de efeito estufa (GEE) e a minimização do impacto da atividade produtiva no meio ambiente. Está estruturada de forma a incentivar a adoção de ações práticas de responsabilidade socioambiental.

O programa apoia projetos de empresas que realizam adequações em seus processos produtivos, de modo a reduzir a emissão de GEE e se adaptar à Política Estadual de Mudanças Climáticas (PEMC). Seu público-alvo são pequenas e médias empresas instaladas e com sede no Estado de São Paulo, cujos projetos também promovam a geração de energias renováveis e a eficiência energética.

Entre as práticas sustentáveis para minimizar o impacto da atividade produtiva no meio ambiente estão: redução de consumo de energia; troca de combustíveis fósseis por renováveis; e investimentos em reflorestamento e preservação dos recursos naturais.

As principais áreas e setores com itens e projetos financeiráveis são: agroindústria; mudança de combustíveis; saneamento, tratamento e aproveitamento de resíduos; energias renováveis; eficiência energética; transporte; processos industriais; recuperação florestal em áreas urbanas e rurais; manejo de resíduos; e construção civil, entre outros.

RESULTADOS

De janeiro de 2015 a maio de 2022, foi desembolsado o total de R\$ 435.620.912,19 para empresas paulistas pela Linha Economia Verde.

A Linha Economia Verde para Municípios (LEVM), destinada a operações do setor público, teve seus desembolsos computados no programa Transformando Cidades.



LINHA ILUMINAÇÃO PÚBLICA - LIP

DESENVOLVE SP – O BANCO DO EMPREENDEDOR

9 INDÚSTRIA, INOVAÇÃO
E INFRAESTRUTURA



Meta 9.1: Desenvolver infraestrutura de qualidade, confiável, sustentável e resiliente, incluindo infraestrutura regional e transfronteiriça, para apoiar o desenvolvimento econômico e o bem-estar humano, com foco no acesso equitativo e a preços acessíveis para todos.

Localização no PPA:

Programa 2005

Produto 1677

Ação 6332

Meta impactada indiretamente:

7.3

Link:

<https://www.desenvolvesp.com.br/municipios/opcoes-de-credito/linha-iluminacao-publica/>

O QUE É

A Linha Iluminação Pública do Desenvolve SP fez parte do programa Transformando Cidades. Foi voltada à promoção da capacitação técnica e ao financiamento de implantação, ampliação ou modernização de sistemas de iluminação pública de municípios paulistas. O público-alvo do programa foi: administração municipal direta e autarquias e fundações paulistas instituídas ou mantidas, direta ou indiretamente, pelos municípios.

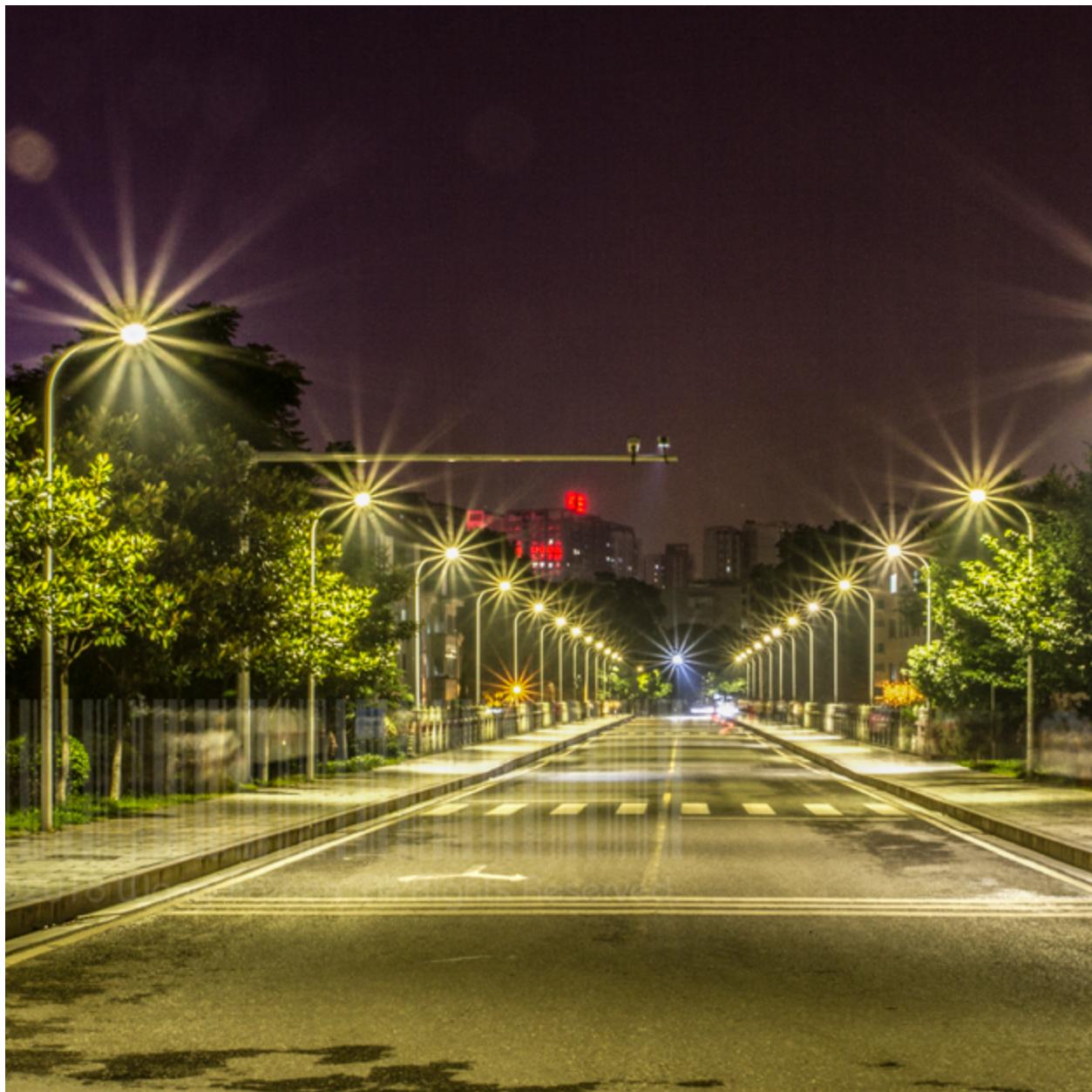
A Secretaria de Infraestrutura e Meio Ambiente auxiliou o Desenvolve SP no enquadramento das solicitações de crédito dentro dos itens financeiráveis pela Linha Iluminação Pública (LIP), por meio de uma avaliação técnica. A Secretaria do Tesouro Nacional (STN) analisou a capacidade de endividamento do município/órgão público, o Desenvolve SP fez o enquadramento da operação e seguiu o fluxo normal para aprovação e assinatura de contrato.

A parceria entre o Desenvolve SP e a Secretaria de Infraestrutura e Meio Ambiente se deu por meio de Acordo de Cooperação.

A Linha Iluminação Pública foi extinta em 2021.

RESULTADOS

De agosto de 2015 a dezembro de 2020, foram desembolsados R\$ 6.971.291,24 para os projetos e itens financeiráveis pela Linha Iluminação Pública.



PROGRAMA DE DESENVOLVIMENTO DO VALE DO RIBEIRA

DESENVOLVE SP – O BANCO DO EMPREENDEDOR

9 INDÚSTRIA, INovação
E INFRAESTRUTURA



Meta 9.1: Desenvolver infraestrutura de qualidade, confiável, sustentável e resiliente, incluindo infraestrutura regional e transfrontereira, para apoiar o desenvolvimento econômico e o bem-estar humano, com foco no acesso equitativo e a preços acessíveis para todos.

Localização no PPA:

Não identificada

Metas impactadas indiretamente:

7.3 | 8.2 | 8.3

Link:

[https://www.desenvolvesp.com.br/
programas-de-governo/vale-do-futuro/](https://www.desenvolvesp.com.br/programas-de-governo/vale-do-futuro/)

O QUE É

O programa é uma iniciativa inovadora do Governo do Estado de São Paulo, que visa impulsionar ações de curto, médio e longo prazo que gerem crescimento e desenvolvimento social e econômico do Vale do Ribeira, uma das regiões mais carentes do estado.

O programa abrange 22 municípios: Apiaí, Barra do Chapéu, Barra do Turvo, Cajati, Cananéia, Eldorado, Iguape, Ilha Comprida, Iporanga, Itaóca, Itariri, Itapirapuã Paulista, Jacupiranga, Jucuíá, Miracatu, Pariguera-Açu, Pedro de Toledo, Registro, Ribeira, Ribeirão Grande, Sete Barras e Tapiraí. A região possui um território de 16.681 km² e uma população de 340 mil habitantes.

Por meio do Desenvolve SP, são oferecidas linhas de crédito para empresas e municípios do Vale do Ribeira. Entre os setores beneficiados estão agronegócio, comércio, serviços e indústria. O programa compreende investimentos públicos e privados para gerar aumento de emprego, renda e estimular o empreendedorismo.

RESULTADOS

De dezembro de 2019 a maio de 2022, foram desembolsados o montante de R\$ 40.282.548,81 pelo Programa Vale do Futuro para micro, pequenas e médias empresas.



PROGRAMA DE OPERAÇÃO, CONSERVAÇÃO E SEGURANÇA DA MALHA RODOVIÁRIA ADMINISTRADA PELO DER

SECRETARIA DE LOGÍSTICA E TRANSPORTES

9 INDÚSTRIA, INOVAÇÃO
E INFRAESTRUTURA



Meta 9.1: Desenvolver infraestrutura de qualidade, confiável, sustentável e resiliente, incluindo infraestrutura regional e transfronteiriça, para apoiar o desenvolvimento econômico e o bem-estar humano, com foco no acesso equitativo e a preços acessíveis para todos.

Localização no PPA:

Programa **1605**

Produto **1424**

Ação **4907**

Meta impactada indiretamente:

17.17

Link:

<http://www.der.sp.gov.br/WebSite/Institucional/Institucional.aspx>

O QUE É

Os programas da Secretaria de Logística e Transportes visam desenvolver um sistema de transportes seguro, rápido, econômico, integrado, confortável e abrangente. E, dessa forma, assegurar a mobilidade de bens e de pessoas, e estimular o desenvolvimento econômico, social e ambiental sustentáveis para o Estado de São Paulo.

Para atender aos usuários no transporte de pessoas e cargas, o Estado de São Paulo possui uma densa malha rodoviária, que promove a integração com as rodovias municipais e federais e com os demais modos de transporte. Nesse contexto, cabe ao Departamento de Estradas de Rodagem (DER) administrar o Sistema Rodoviário Estadual e executar o Programa 1605, com a finalidade de melhorar as condições de uso das rodovias, por meio da conservação, preservação do pavimento, atendimento aos usuários e atuação na segurança e conforto nas rodovias estaduais e vicinais.

O público-alvo são: população dos municípios limítrofes das rodovias estaduais e estradas vicinais; produtores agroindustriais; e usuários que se deslocam entre localidades e/ou cidades. Como políticas públicas associadas estão: desenvolvimento econômico; logística da malha rodoviária; mobilidade urbana e transporte.

Entre os parceiros dos programas estão o Comando da Polícia Rodoviária Estadual (CPRv), segmento especializado da Polícia Militar do Estado de São Paulo, que apoia o DER exercendo o poder de polícia na fiscalização, autuação de trânsito e preservação da ordem pública nas rodovias estaduais.

RESULTADOS

Os principais resultados apresentados pelo programa são:

- Realização de 260.505 atendimentos pelo Serviço de Apoio ao Usuário, incluindo ocorrências de acidentes, problemas mecânicos ou qualquer outro evento nas rodovias;
- Registro de 15.914 ocorrências policiais;
- Execução de 99,3% dos serviços referentes aos contratos de Conservação Rodoviária do Estado de São Paulo; e
- Realização de campanhas educativas dentro das Operações Verão, Inverno, Carnaval, Maio Amarelo, Semana Nacional de Trânsito, demais campanhas educativas como: não jogue lixo na rodovia, prevenção de Acidentes e de queimadas, além do Programa DER NA ESCOLA.

(Base: dezembro de 2021)

Malha Rodoviária do Estado de São Paulo - Extensão (base novembro/2021)

TIPO DE ESTRADA	ÓRGÃO	DER (km)	CONCESSÕES (km)	TOTAL ESTADUAL (km)	FEDERAL (km)	MUNICIPAL (km)	TOTAL (km)
FIXO	TERRA	751,69	0,00	751,69	0,00	161.180,64	161.932,33
	PISTA SIMPLES	8.411,82	2.153,99	10.565,80	437,96	15.232,13	26.235,90
	PISTA DUPLA	850,84	4.458,03	5.308,87	633,85	59,01	6.001,73
SUBTOTAL		10.014,35	6.612,02	16.626,37	1.071,81	176.471,78	194.169,96
ACESSOS INTERLIGAÇÕES	TERRA	216,00	24,00	240,00	0,00	24,30	264,30
	PISTA SIMPLES	1.501,22	519,16	2.020,38	0,33	150,62	2.171,33
	PISTA DUPLA	174,07	141,67	315,74	0,00	20,07	344,61
SUBTOTAL		1.891,29	684,83	2.576,12	0,33	203,79	2.780,23
DISPOSITIVOS		1.278,12	1.738,91	3.017,03	3,05	4,97	3.025,05
SUBTOTAL		1.278,12	1.738,91	3.017,03	3,05	4,97	3.025,05
TOTAL		13.183,76	9.035,75	22.219,52	1.075,19	176.680,53	199.975,24

PROGRAMA DE RECUPERAÇÃO DE RODOVIAS ESTADUAIS

SECRETARIA DE LOGÍSTICA E TRANSPORTES

9 INDÚSTRIA, INOVAÇÃO
E INFRAESTRUTURA



Meta 9.1: Desenvolver infraestrutura de qualidade, confiável, sustentável e resiliente, incluindo infraestrutura regional e transfronteiriça, para apoiar o desenvolvimento econômico e o bem-estar humano, com foco no acesso equitativo e a preços acessíveis para todos.

Localização no PPA:

Programa **1606**

Produto **712**

Ação **1418**

Metas impactadas indiretamente:

Não identificadas

Link:

<http://www.transportes.sp.gov.br/>

O QUE É

O Programa de Recuperação de Rodovias Estaduais é um dos vários planos Secretaria de Logística e Transportes visando desenvolver um sistema de transportes seguro, rápido, econômico, confortável e integrado no Estado de São Paulo. E, dessa forma, contribuir para o desenvolvimento social e econômico do estado.

O Estado de São Paulo possui uma densa malha rodoviária, integrada com as rodovias municipais e federais e com os outros modos de transporte. Cabe ao Departamento de Estradas de Rodagem (DER) administrar o Sistema Rodoviário Estadual e executar o Programa de Melhorias da Malha Rodoviária (Programa 1606), com a finalidade de melhorar as condições de uso das rodovias e garantir a segurança e a logística no Estado de São Paulo.

O programa tem o objetivo de atender a demanda constante de intervenções, melhorias e ampliação da malha rodoviária do Estado de São Paulo, que é assim composta: pelas artérias, para o fluxo de cargas e passageiros; e pela malha capilar, constituída por vicinais para promover a mobilidade urbana, o escoamento da produção agropecuária e o acesso da população rural aos serviços públicos (saúde e educação).

O programa de Melhoria da Malha Rodoviária está estruturado em entregas de obras rodoviárias, sendo seus principais produtos:

- Rodovias Estaduais Ampliadas, Recuperadas e Pavimentadas: entrega de estradas em boas condições de trafegabilidade, segurança e fluidez aos usuários das rodovias estaduais; e
- Estradas Vicinais Pavimentadas e Recuperadas: entrega de estradas em boas condições de trafegabilidade, segurança e fluidez aos usuários das rodovias.

RESULTADOS

Serviços: Duplicação/ Melhorias/ Recuperação/ Recapeamento / Conservação Especial

- Total de obras concluídas: 156 Obras - 731,802 km (aprox.)
- Total de obras em andamento: 541 obras - 6.530 km (aprox.)

Estimativa de geração de empregos

- Diretos: 16.771 empregos (aprox.)
- Indiretos: 50.311 empregos (aprox.)

Investimentos

- Obras entregues: R\$ 877 milhões (aprox.)
- Obras em andamento: R\$ 5,993 bilhões (aprox.)

População beneficiada

- Municípios atendidos: 412 (aprox.)
- População beneficiada: 39.875.423 habitantes (aprox.)

Obs.: Os resultados são aproximados por amostragem, visto que em várias obras/lotes há repetição de cidades/município, fato que impacta nos demais indicadores como, população beneficiada, empregos gerados e investimentos.



TRANSFORMANDO CIDADES

DESENVOLVE SP – O BANCO DO EMPREENDEDOR

9 INDÚSTRIA, INovação
E INFRAESTRUTURA



Meta 9.1: Desenvolver infraestrutura de qualidade, confiável, sustentável e resiliente, incluindo infraestrutura regional e transfrontereira, para apoiar o desenvolvimento econômico e o bem-estar humano, com foco no acesso equitativo e a preços acessíveis para todos.

Localização no PPA:

Programa 2005

Produto 1677

Ação 6332

Meta impactada indiretamente:

9.2

Link:

[https://www.desenvolvesp.com.br/
transformando-cidades/](https://www.desenvolvesp.com.br/transformando-cidades/)

O QUE É

O programa Transformando Cidades visa melhorar a qualidade de vida dos cidadãos dos municípios do Estado de São Paulo. Engloba várias linhas de crédito para o setor público paulista realizar investimentos em áreas como: sustentabilidade ambiental; arenas multiuso; adequação e construção de distritos industriais; construção de centros de distribuição e abastecimento; infraestrutura viária e urbana (construção e reformas de prédios públicos, por exemplo). O público-alvo do programa são prefeituras dos municípios paulistas.

O programa é executado por meio de parceria entre o Desenvolve SP e a Secretaria de Desenvolvimento Regional, que atua na seleção dos pleitos de operações de crédito das prefeituras passíveis de atendimento pelo Desenvolve SP. Para tanto, a Secretaria se apoia na sua capilaridade regional e na sua missão de organizar o fluxo de demandas dos 645 municípios paulistas.

RESULTADOS

De janeiro de 2015 a maio de 2022, foram desembolsados R\$ R\$ 655.705.948,85 para operações de municípios enquadrados no programa Transformando Cidades.



EXPANSÃO, MODERNIZAÇÃO E OPERAÇÃO DO TRANSPORTE METROVIÁRIO – PITU* EM MARCHA

SECRETARIA DOS TRANSPORTES METROPOLITANOS



Meta 11.2: Até 2030, proporcionar o acesso a sistemas de transporte seguros, acessíveis, sustentáveis e a preço acessível para todos, melhorando a segurança rodoviária por meio da expansão dos transportes públicos, com especial atenção para as necessidades das pessoas em situação de vulnerabilidade, mulheres, crianças, pessoas com deficiência e idosos.

Localização no PPA:

Programa 3708

Metas impactadas indiretamente:

Não identificadas

Link:

<http://www.stm.sp.gov.br/>

O QUE É

O objetivo do programa é ampliar o sistema metroviário e sua participação no transporte coletivo da região metropolitana de São Paulo. Entre as ações estão oferecer: serviços de qualidade, maior acessibilidade e oportunidade de inclusão social à população, incluindo a recuperação e modernização do sistema, por meio de adequada operação e manutenção com altos níveis de segurança e regularidade. O público-alvo do programa é a população residente e em trânsito nas regiões metropolitanas.

Atualmente, o sistema metroviário enfrenta vários desafios. Por exemplo, possui uma pequena rede instalada, que é ainda mais impactada por fatores como infraestrutura saturada, demanda reprimida, meio ambiente degradado e aumento da expectativa de vida da população usuária. Diante desse contexto, é grande a necessidade de expansão da rede de transporte metroviário, com o aumento da participação dos sistemas sobre trilhos (Metrô e Monotrilho). E, também, da promoção da sua capacitação contínua para atender a população, com qualidade, eficiência e eficácia.

O programa envolve os seguintes empreendimentos metroviários:

- Linha 1 – Azul;
- Linha 2 – Verde;
- Linha 3 – Vermelha;
- Linha 4 – Amarela;
- Linha 5 – Lilás;
- Linha 15 – Prata;

*Plano Integrado de Transportes Urbanos

- Linha 17 – Ouro; e
- Linha 19 – Celeste.

Entre os parceiros do programa estão: a Companhia Ambiental do Estado de São Paulo (Cetesb), no apoio ao licenciamento ambiental; e a Companhia de Desenvolvimento Habitacional e Urbano do Estado de São Paulo (CDHU), no apoio à gestão territorial.

RESULTADOS

Os principais indicadores do programa, tendo como período de referência 2018, foram:

- Índice de avaliação geral dos serviços – IAS: valor mais recente = 60% (meta para o final do PPA = 65%);
- Índice de densidade da rede metroviária: valor mais recente = 14,5 unidade (meta para o final do PPA = 17,03 unidade);
- Variação da extensão da rede de metrô em relação a 2018: valor mais recente = 1 unidade (meta para o final do PPA = 1,15 unidade); e
- Variação do total de passageiros transportados no metrô em relação a 2018: valor mais recente = 1 unidade (meta para o final do PPA = 1,39 unidades).



EXPANSÃO, MODERNIZAÇÃO E OPERAÇÃO DO TRANSPORTE SOBRE TRILHOS – PITU* EM MARCHA

SECRETARIA DOS TRANSPORTES METROPOLITANOS



Meta 11.2: Até 2030, proporcionar o acesso a sistemas de transporte seguros, acessíveis, sustentáveis e a preço acessível para todos, melhorando a segurança rodoviária por meio da expansão dos transportes públicos, com especial atenção para as necessidades das pessoas em situação de vulnerabilidade, mulheres, crianças, pessoas com deficiência e idosos.

Localização no PPA:

Programa 3707

Metas impactadas indiretamente:

Não identificadas

Link:

<http://www.stm.sp.gov.br/>

O QUE É

O programa visa a melhoria da mobilidade urbana, com a ampliação da utilidade da malha de transportes de passageiros sobre trilhos nas regiões metropolitanas e aglomerados urbanos de São Paulo. Envolve a expansão e a modernização dos seus serviços – adequando-os a exigências de mobilidade e ao volume de demanda – e a integração da rede existente aos novos padrões de qualidade e de inserção urbana. O público-alvo é a população residente e em trânsito nas regiões metropolitanas e aglomerados urbanos.

O programa ganha ainda mais relevância em grandes aglomerados urbanos, como a Região Metropolitana de São Paulo (RMSP), que requerem soluções para o transporte de passageiros em larga escala, e o transporte sobre trilhos é a alternativa adequada. Diante disso, a forte presença da rede da Companhia Paulista de Trens Metropolitanos (CPTM) na maioria dos municípios da RMSP exerce papel preponderante nessa solução. Especialmente porque a CPTM vem aprimorando seus serviços por meio de investimentos em modernização e expansão da rede. Nesse processo, ainda é necessário concluir as condições de acessibilidade das suas estações, ampliar e aprimorar a oferta de transporte e implementar a conectividade com os demais modos de transporte. O programa envolve os seguintes empreendimentos da CPTM: linhas 7, 8, 9, 10, 11, 12 e 13.

Entre os parceiros do programa estão: a Companhia Ambiental do Estado de São Paulo (Cetesb), no apoio ao licenciamento ambiental; e a Companhia de Desenvolvimento Habitacional e Urbano do Estado de São Paulo (CDHU), no apoio à gestão territorial.

*Plano Integrado de Transportes Urbanos

RESULTADOS

O programa apresentou os seguintes indicadores, tendo como período de referência 2018:

- Avaliação da qualidade dos serviços dos trens metropolitanos pelos passageiros: valor mais recente = 76,8% (meta para o final do PPA = 76%);
- Número de lugares oferecidos pela CPTM: valor mais recente = 147,570 mil unidade (meta para o final do PPA = 168 mil unidade);
- Variação da extensão da rede de trem metropolitano em relação a 2018: valor mais recente = 1 unidade (meta para o final do PPA = 1,02 unidade); e
- Variação do total de passageiros transportados na CPTM em relação a 2018: valor mais recente = 1 unidade (meta para o final do PPA = 1,14 unidade).



PROVISÃO DE MORADIA

SECRETARIA DA HABITAÇÃO



Meta 11.3: Até 2030, aumentar a urbanização inclusiva e sustentável, e as capacidades para o planejamento e gestão de assentamentos humanos participativos, integrados e sustentáveis, em todos os países.

Localização no PPA:

Programa 2508

Produto 276

Ação 2006

Meta impactada indiretamente:

11.1

Link:

<http://www.cdhu.sp.gov.br/programas-habitacionais/provisao-de-moradias/sobre-provisao-de-moradias/>

O QUE É

O programa busca prover moradia para demanda habitacional de interesse social, via execução direta ou parcerias com agentes promotores e financeiros públicos e privados. Suas ações visam: a produção de empreendimentos habitacionais; o fomento à aquisição de unidades habitacionais prontas ou em construção; o fomento à produção de empreendimentos habitacionais ou lotes urbanizados associados à produção e financiamento da moradia. E, com isso, reduzir o déficit habitacional para demanda geral.

O público-alvo são famílias que demandam por moradia de interesse social, com rendimento mensal de até cinco salários mínimos, residentes no Estado de São Paulo. Também pode abranger famílias com renda entre cinco até dez salários mínimos, bem como demanda por substituição ou reposição em função de espaço interno insuficiente/congestionamento e outras situações de déficit habitacional.

O programa tem seu desenvolvimento por meio da ação descrita a seguir:

- 2006 – Provisão de Moradias para Demanda Geral: prover moradias isoladas ou em empreendimentos habitacionais com infraestrutura e equipamentos urbanos, realizados em parceria com os municípios e/ou outros agentes, podendo ser promovidos diretamente pela Secretaria da Habitação/Companhia de Desenvolvimento Habitacional e Urbano (CDHU), ou por ação de outros agentes parceiros. Abrange os seguintes produtos: produção de unidades habitacionais e produção de lotes urbanizados.

Entre os parceiros do programa estão: prefeituras municipais; agentes financeiros (como a Caixa Econômica Federal); e entidades organizadoras (associações por moradia etc.).

RESULTADOS

No ano de 2021, o programa registrou os seguintes resultados:

- 4.097 unidades habitacionais e lotes urbanizados produzidos e adquiridos;
- 5.614 unidades habitacionais em canteiro para provisão de moradias; e
- 12.852 famílias beneficiadas por atendimento social em provisão de moradias.



REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA DE INTERESSE HABITACIONAL

SECRETARIA DA HABITAÇÃO



Meta 11.3: Até 2030, aumentar a urbanização inclusiva e sustentável, e as capacidades para o planejamento e gestão de assentamentos humanos participativos, integrados e sustentáveis, em todos os países.

Localização no PPA:

Programa 2507

Produto 904

Ação 5702

Meta impactada indiretamente:

11.1

Link:

[http://www.habitacao.sp.gov.br/icone/detalhe.aspx?Id=29 /](http://www.habitacao.sp.gov.br/icone/detalhe.aspx?Id=29/)

O QUE É

A Regularização Fundiária cumpre relevante papel urbanístico e ambiental ante o desordenado e desigual crescimento das cidades. Além disso, seu papel social é de grande impacto para a qualidade de vida de milhares de famílias, atendendo a demandas que se situam na base da pirâmide das necessidades humanas. Atualmente, ela é regida pela Lei Federal 13.465, de 11 de julho de 2017, que dispõe sobre a regularização fundiária rural e urbana.

O Programa Estadual de Regularização de Núcleos Habitacionais – Cidade Legal enfoca a regularização fundiária de interesse habitacional. Com início em 2007, seu público-alvo é a população de baixa renda. No âmbito da Secretaria da Habitação, destina-se a auxiliar os municípios paulistas mediante a orientação e apoio técnicos nas ações municipais de regularização de parcelamentos do solo e de núcleos habitacionais, públicos ou privados, para fins residenciais, localizados em área urbana ou de expansão urbana.

Nesse sentido, o Cidade Legal busca assegurar a prestação de serviços públicos, melhorar as condições urbanísticas e ambientais, adequar as unidades ao ordenamento territorial urbano, reconhecer a propriedade e concretizar o princípio da eficiência na ocupação e no uso do solo. Além disso, o programa aumenta a receita pública e combate a renúncia, além de promover a integração social e a criação de emprego e renda. E, dessa forma, resgata as condições de habitabilidade das famílias dos núcleos atendidos.

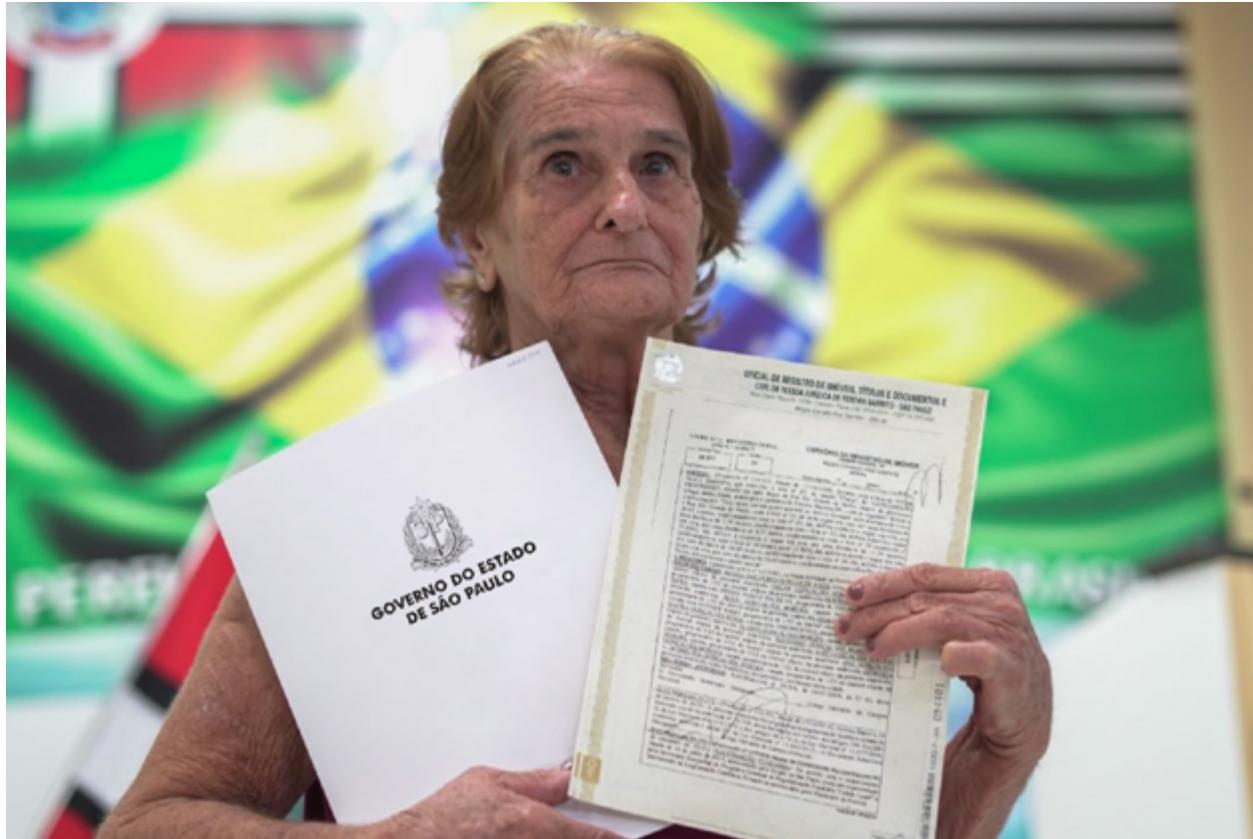
O programa mantém convênios com a grande maioria (545) das prefeituras municipais do estado, onde são determinados os núcleos habitacionais objeto dos serviços a serem prestados.

RESULTADOS

Dos 645 municípios existentes no Estado de São Paulo, 545 encontram-se conveniados no Programa Cidade Legal.

Em 2019, foram beneficiados 18.988 domicílios por regularização, sendo a previsão atingir 40.000 entre 2020 e 2022.

No ano de 2021, foram beneficiados 7.946 domicílios por regularização em conjuntos e núcleos habitacionais da CDHU.



REQUALIFICAÇÃO HABITACIONAL E URBANA

SECRETARIA DA HABITAÇÃO



Meta 11.3: Até 2030, aumentar a urbanização inclusiva e sustentável, e as capacidades para o planejamento e gestão de assentamentos humanos participativos, integrados e sustentáveis, em todos os países.

Localização no PPA:

Programa 2510

Produto 318 | 316 | 378 | 1231

Ação 2004 | 2005 | 5057 | 2432

Metas impactadas indiretamente:

9.1 | 11.1

Link:

<http://cdhu.sp.gov.br/programas-habitacionais/requalificacao-habitacional-e-urbana-e-inclusao-social/sobre-requalificacao-habitacional-e-urbana-e-inclusao-social>

O QUE É

O programa promove a qualidade urbana e a inclusão social por meio de: melhorias habitacionais e urbanas para requalificação de espaços urbanizados. Tem como principais objetivos:

- I. Atuar em assentamentos precários para melhoria das condições de moradia e qualificação urbana e socioambiental; e
- II. Integrar atendimentos por habitação, revitalização de áreas urbanas e obras de saneamento, desenvolvimento social e regularização urbanística, com ações de urbanização, adequação de infraestrutura, serviços e reassentamento de famílias.

O público-alvo do programa são famílias moradoras em assentamentos precários (comunidades, cortiços, áreas de risco, áreas de recuperação ambiental) a serem objeto de ações de melhorias urbanas e habitacionais ou remoção. Também reassentamento habitacional em função de risco, recuperação e proteção ambiental ou influência de obras públicas. E, por fim, ações de requalificação habitacional – que constituem parcela significativa da demanda de interesse social.

O programa está estruturado em quatro ações:

- Reassentamento Habitacional;
- Urbanização de Assentamentos Precários;
- Habitação para Litoral Sustentável; e
- Melhorias Habitacionais e Urbanas.

Entre os parceiros do programa estão: prefeituras municipais; órgãos e entidades da administração pública; agentes promotores e financeiros; agências multilaterais de financiamento; e organizações da sociedade civil.

RESULTADOS

No ano de 2021, o programa registrou os seguintes resultados:

- 872 unidades habitacionais produzidas e adquiridas para reassentamento habitacional;
- 1.392 unidades habitacionais em canteiro para reassentamento habitacional;
- 15.526 famílias beneficiadas por atendimento social em requalificação urbana;
- 3.879 domicílios beneficiados por melhorias habitacionais e urbanas; e
- 115 domicílios beneficiados por urbanização e reassentamento habitacional nas áreas de interesse do litoral paulista.



MONITORAMENTO DA QUALIDADE DO AR

COMPANHIA AMBIENTAL DO ESTADO DE SÃO PAULO – CETESB



O QUE É

O Estado de São Paulo possui áreas com diferentes características e vocações econômicas, que demandam formas diferenciadas de monitoramento e controle da poluição. Desde a década de 1970, a Cetesb mantém redes de monitoramento da qualidade do ar para avaliar os níveis de poluição atmosférica em diferentes escalas de abrangência.

O monitoramento da qualidade do ar realizado pela Cetesb permite um diagnóstico amplo e um acompanhamento contínuo da evolução da qualidade no estado. Dessa forma, identifica vulnerabilidades e áreas prioritárias de atuação, subsidiando o licenciamento ambiental, programas de controle das fontes de emissão e o planejamento e gestão do meio. Além disso, permite informar a população sobre a qualidade do ar que ela está respirando. Seus dados são continuamente atualizados em tempo real e divulgados de várias formas (boletins diários, relatórios consolidados...) e meios (portal, aplicativo...).

Para a ampliação e modernização de suas estações automáticas, a Cetesb conta com várias parcerias, como:

- Universidade de São Paulo, por meio da Escola Politécnica; convênio para o desenvolvimento do projeto de pesquisa intitulado “Estudo da qualidade do ar na Região Metropolitana de São Paulo”;
- Fundação Hewlett (HP): acordo de Cooperação Técnico-Operacional para o desenvolvimento e a implantação de estudos e projetos sobre melhoria da qualidade do ar (Sistema de Informações da Qualidade do Ar – QUALAR); e
- Programa de Transporte, Logística e Meio Ambiente, no projeto de Transporte Sustentável de São Paulo, financiado pelo Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento (BIRD).

Meta 11.6: Até 2030, reduzir o impacto ambiental negativo per capita das cidades, inclusive prestando especial atenção à qualidade do ar, gestão de resíduos municipais e outros.

Localização no PPA:

Programa 2604

Produto 0442

Ação 5065

Metas impactadas indiretamente:

11.b | 17.14

Link:

<https://cetesb.sp.gov.br/ar/>

Visando o aprimoramento do diagnóstico da qualidade do ar, a rede de monitoramento da Cetesb está sempre em evolução dinâmica, seja pelo aumento da abrangência de áreas monitoradas, seja pela introdução de novos parâmetros.

RESULTADOS

A Cetesb contou, em 2019, com 62 estações automáticas fixas, 2 estações automáticas móveis e 23 pontos de monitoramento manual. Estão localizadas em 36 municípios, compreendendo uma população de 26 milhões de habitantes.

São priorizadas avaliações dos seguintes poluentes regulamentados: partículas inaláveis, partículas inaláveis finas, ozônio, dióxido de nitrogênio, monóxido de carbono e dióxido de enxofre. Também são monitorados outros poluentes como compostos de enxofre reduzido total, benzeno, tolueno, fumaça e partículas totais em suspensão.

Como indicador pode-se citar o número de dados de concentração dos poluentes atmosféricos gerados pelas estações automáticas da rede de monitoramento da Cetesb. Em 2019, este número foi de 2.361.767 dados.



EXPANSÃO, MODERNIZAÇÃO E GESTÃO DO TRANSPORTE DE BAIXA/MÉDIA CAPACIDADE – PITU EM MARCHA

SECRETARIA DOS TRANSPORTES METROPOLITANOS



Meta 11.6: Até 2030, reduzir o impacto ambiental negativo per capita das cidades, inclusive prestando especial atenção à qualidade do ar, gestão de resíduos municipais e outros.

Localização no PPA:

Programa 3706

Metas impactadas indiretamente:

Não identificadas

Link:

<http://www.stm.sp.gov.br/>

O QUE É

O objetivo do programa é qualificar o transporte público metropolitano de baixa e média capacidade e sua participação na divisão modal das viagens motorizadas das regiões metropolitanas. E, também oferecer serviços de melhor qualidade, maior acessibilidade e oportunidade de inclusão social. O público-alvo do programa é a população residente e em trânsito nas regiões metropolitanas.

Entre as ações do programa estão: a melhoria das condições físicas e operacionais das linhas metropolitanas diversificadas; e a implantação de novos trechos de corredores, evitando o compartilhamento do sistema viário com o tráfego geral sem priorização do transporte coletivo. E, dessa forma, contribuir para a melhora das condições de mobilidade, redução do tempo de viagem, aumento do nível de conforto e informação e diminuição dos níveis de poluição atmosférica. O programa envolve a implantação de infraestrutura de transportes, corredores, BRT (em inglês, Bus Rapid Transit) e VLT (Veículo Leve sobre Trilhos).

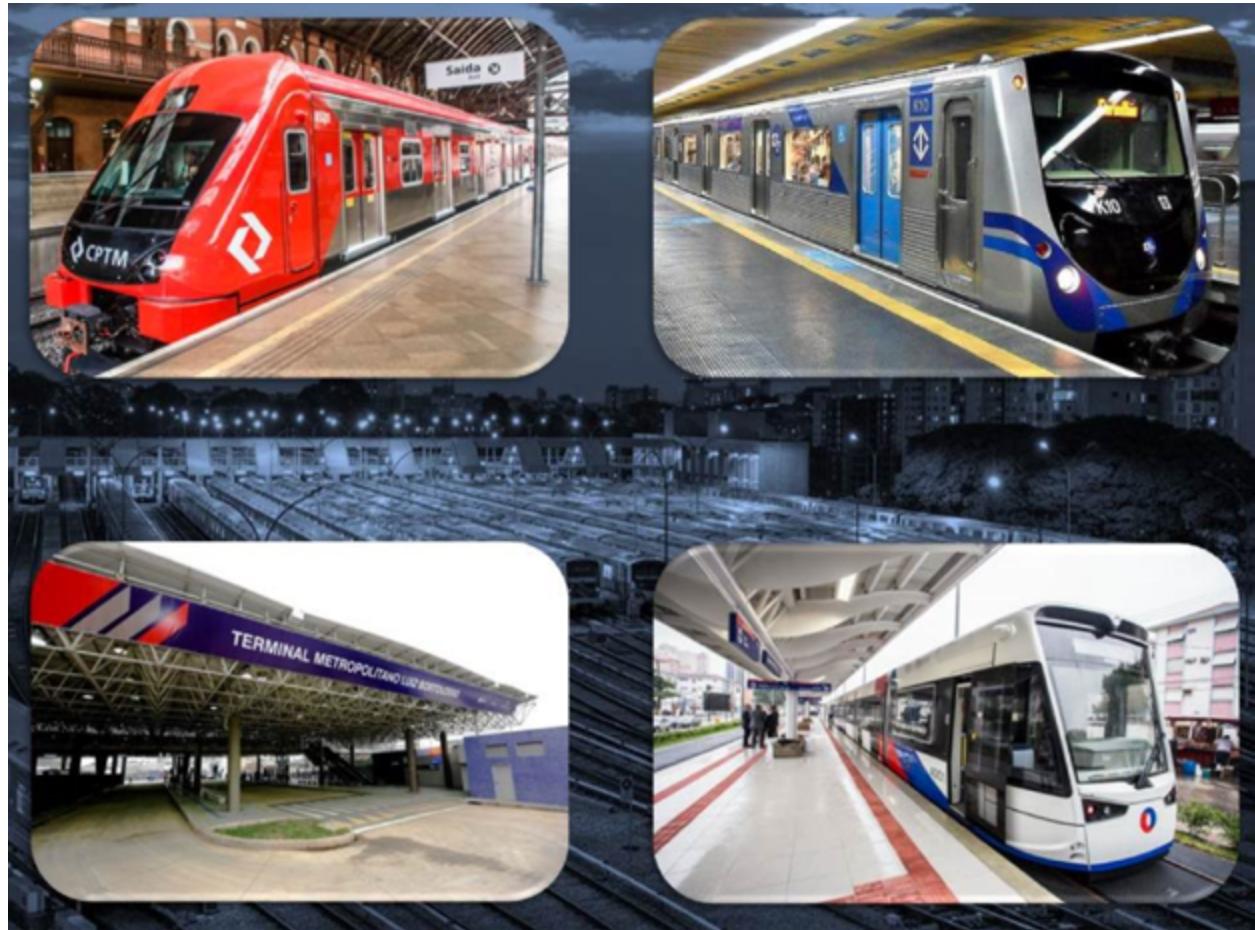
Entre os parceiros do programa estão: a Companhia Ambiental do Estado de São Paulo (Cetesb), no apoio ao licenciamento ambiental; e a Companhia de Desenvolvimento Habitacional e Urbano do Estado de São Paulo (CDHU), no apoio à gestão territorial.

RESULTADOS

Os principais indicadores do programa, tendo como período de referência 2018, foram:

- Fator de cumprimento de viagens (FCV): valor mais recente = 94,3% (meta para o final do PPA = 95%);

- Índice de qualidade do cliente (IQC): valor mais recente = 6,95 unidades (meta para o final do PPA = 7,15 unidades); e
- Percentual de ônibus com emissões de poluentes dentro dos limites legais: valor mais recente = 43,1% (meta para o final do PPA = 100%).



PARCERIAS



José Roberto Aguilar, Os construtores da cidade de São Paulo, 1989. Acrílica sobre tela.
Acervo Artístico-Cultural dos Palácios do Governo

O enunciado completo do ODS 17, “Fortalecer os meios de implementação e revitalizar a parceria global para o desenvolvimento sustentável”, refere-se às possibilidades de viabilização de todos os demais ODS, seja de maneira transversal ou por meio de um diálogo indireto entre eles.

A execução completa dos 17 ODS, mesmo nas regiões paulistas mais desenvolvidas, só é totalmente viável com o suporte de um amplo arco de parcerias. É disso que trata o ODS 17: parcerias, em âmbitos locais, supra regionais ou com outros estados, cujas mobilizações ajudarão na remoção dos obstáculos e na disponibilização de recursos.



Metas prioritárias do tema Parcerias

Meta 17.1	Fortalecer a mobilização de recursos internos, inclusive por meio do apoio internacional aos países em desenvolvimento, para melhorar a capacidade nacional para arrecadação de impostos e outras receitas.
Meta 17.7	Promover o desenvolvimento, a transferência, a disseminação e a difusão de tecnologias ambientalmente corretas para os países em desenvolvimento, em condições favoráveis, inclusive em condições concessionais e preferenciais, conforme mutuamente acordado.
Meta 17.9	Reforçar o apoio internacional para a implementação eficaz e orientada da capacitação em países em desenvolvimento, a fim de apoiar os planos nacionais para implementar todos os objetivos de desenvolvimento sustentável, inclusive por meio da cooperação Norte-Sul, Sul-Sul e triangular.
Meta 17.17	Incentivar e promover parcerias públicas, público-privadas e com a sociedade civil eficazes, a partir da experiência das estratégias de mobilização de recursos dessas parcerias.
Meta 17.18	Até 2020, reforçar o apoio à capacitação para os países em desenvolvimento, inclusive para os países menos desenvolvidos e pequenos Estados insulares em desenvolvimento, para aumentar significativamente a disponibilidade de dados de alta qualidade, atuais e confiáveis, desagregados por renda, gênero, idade, raça, etnia, status migratório, deficiência, localização geográfica e outras características relevantes em contextos nacionais.

Este capítulo contém **4 programas**, executados por **3 órgãos** de modo a atingir **4** metas ODS de maneira direta e outras **5** de maneira indireta.

PROJETO DE MODERNIZAÇÃO DA GESTÃO FISCAL NO ESTADO DE SÃO PAULO (PROFISCO II)

SECRETARIA DA FAZENDA E PLANEJAMENTO – SEFAZ

17 PARCERIAS E MEIOS DE IMPLEMENTAÇÃO



Meta 17.1: Fortalecer a mobilização de recursos internos, inclusive por meio do apoio internacional aos países em desenvolvimento, para melhorar a capacidade nacional para arrecadação de impostos e outras receitas.

Localização no PPA:

Programa 2028

Produto 1411

Ação 2290

Metas impactadas indiretamente:

8.3 | 16.6 | 17.17

Link:

[https://portal.fazenda.sp.gov.br/acessoinformacao/Paginas/Profisco.aspx /](https://portal.fazenda.sp.gov.br/acessoinformacao/Paginas/Profisco.aspx/)

O QUE É

O PROFISCO II é um programa de modernização da gestão fazendária do Estado de São Paulo, fruto de cooperação formalizada com o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) no 2º semestre de 2019, com duração prevista até 2025. O projeto prevê dezenas de iniciativas com o objetivo de ampliar o valor que a Secretaria da Fazenda (SEFAZ) entrega à sociedade, por meio de ganhos de eficiência e fortalecimento da capacidade de provimento de recursos financeiros necessários ao financiamento do serviço público paulista. O PROFISCO é executado em parceria com o BID, em um modelo que envolve a pactuação de metas e o financiamento compartilhado.

Destacam-se alguns projetos voltados para melhoria da capacidade de arrecadação de impostos, exclusivamente a partir da redução do chamado hiato (gap) tributário. Isto significa a ampliação de recursos arrecadados pelo Governo do Estado sem a necessidade de elevação da carga tributária, o que mostra o caráter inovador do programa, que busca eficiência, melhorias tecnológicas, legislativas e estímulo ao compliance.

O programa está estruturado em três frentes: 1) Gestão Fazendária e Transparéncia Fiscal; 2) Administração Tributária e Contencioso Fiscal; e 3) Administração Financeira e Gasto Público. Os projetos com o objetivo de reforçar a capacidade de arrecadação de impostos, colaborando para alcance da meta ODS 17.1, estão contidos na segunda frente de trabalho do PROFISCO. Dois projetos com grande potencial de contribuição são: 1) o novo sistema de arrecadação do Imposto sobre Transmissão Causa Mortis e Doação (ITCMD); e 2) o novo sistema de cobrança de impostos estaduais (Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços – ICMS, Imposto sobre Propriedades de Veículos Automotores – IPVA e ITCMD).

RESULTADOS

Um dos resultados do programa de modernização fazendária é o foco do novo sistema de cobrança, que não é o aumento de impostos, mas o combate à sonegação e à inadimplência fiscal. Portanto, está sendo estruturado um modelo de cobrança dos impostos estaduais que tem em seu cerne um sistema inteligente, digital e automatizado de orientação e relacionamento com o contribuinte. E, dessa forma, estimule o cumprimento das obrigações tributárias, ou seja, o pagamento de impostos da maneira correta e nos prazos esperados.

O novo sistema de arrecadação do ITCMD busca aumentar em 34% o volume de recursos arrecadados por meio da cobrança desse imposto. Já o novo sistema de cobrança pretende reduzir a inadimplência fiscal em 0,5% ao longo de 48 meses, recuperando R\$ 500 milhões ao ano em arrecadação para o erário paulista.

Com o PROFISCO, a previsão é de um incremento de receitas de impostos de R\$ 1,28 bilhão ao ano, após a implantação completa do projeto, com término estimado para 2025.

Investimentos previstos em contrato

Fontes	Valor	Valor de Referência	%
Fonte BID	US\$ 87.120.000	R\$ 479.160.000	90%
Fonte Tesouro	US\$ 9.680.000	R\$ 53.240.000	10%
TOTAL	US\$ 96.800.000	R\$ 532.400.000	100%



Projetos contemplados pelo Programa

Mandatório	III. ADMINISTRAÇÃO FINANCEIRA E GASTO PÚBLICO	USD 21.249,99
	3.1 Sistema de Administração Financeira implantado	USD 5.240,21
	3.2 Modelo de Projeções e Riscos Fiscais de médio/longo prazo implantado	USD 1.883,09
Gestão	3.3 Sistema Único de Gestão de Recursos Humanos implantado	USD 13.626,69
	3.4 Sistema de Custos Públicos ampliado	USD 500,00

Valores em milhares de USD

PROGRAMA DE FORMAÇÃO EM OBJETIVOS DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL PARA GESTORES PÚBLICOS ESTADUAIS

SECRETARIA DA FAZENDA E PLANEJAMENTO – SEFAZ



Meta 17.9: Reforçar o apoio internacional para a implementação eficaz e orientada da capacitação em países em desenvolvimento, a fim de apoiar os planos nacionais para implementar todos os objetivos de desenvolvimento sustentável, inclusive por meio da cooperação Norte-Sul, Sul-Sul e triangular.

Localização no PPA:

Programa 2028

Produto 1111

Ação 5357

Metas impactadas indiretamente:

16.6 | 17.17

Link:

<https://portal.fazenda.sp.gov.br/>

O QUE É

O programa de formação em Objetivos de Desenvolvimento sustentável (ODS) para gestores públicos estaduais é uma iniciativa da Escola de Governo, vinculada à Secretaria da Fazenda e Planejamento (SEFAZ), em parceria com a Comissão Estadual dos ODS. O programa foi instituído no fim de 2019 e visa o desenvolvimento de estratégias formativas e de qualificação aos servidores públicos estaduais, a fim de sensibilizá-los e prepará-los para o adequado alinhamento das metas dos ODS aos desafios e programas estaduais.

O programa está estruturado a partir de uma trilha de capacitação e aprendizagem, organizada em quatro módulos, que utiliza diferentes estratégias e abordagens formativas. O objetivo é propiciar aos gestores públicos estaduais e suas equipes de trabalho o aprimoramento de suas competências técnicas e organizacionais, a partir de uma visão sistêmica e integrada acerca dos conceitos, ferramentas e princípios que norteiam a Agenda 2030 e os ODS.

Os quatro módulos que compõem o programa são:

- Módulo 1: Introdução aos ODS e à Agenda 2030, no contexto Estado de São Paulo (ensino a distância – EaD e formato autoinstrucional);
- Módulo 2: Instrumentos de planejamento estadual e o alinhamento aos ODS (EaD);
- Módulo 3: Métodos e ferramentas para medir e acompanhar ODS e programas (EaD); e
- Módulo 4: “Alinhando os ODS às estratégias estaduais” (Workshops).

O desenvolvimento e a execução dessa trilha de aprendizagem contam com apoio e engajamento de parceiros governamentais, como a Fundação Seade, e representantes das secretarias estaduais que compõem a Comissão Estadual dos ODS. Também recebe apoio institucional do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD) e técnico-metodológico das instituições da sociedade civil que integram a Comissão Estadual.

RESULTADOS

Um dos resultados do programa será contribuir para a disseminação dos ODS/Agenda 2030 no Estado de São Paulo, com a sensibilização e o alinhamento dos conhecimentos dos servidores estaduais sobre essa temática.

Em 2022, serão lançadas as primeiras turmas do curso “Introdução aos ODS e à Agenda 2030, no contexto do Estado de São Paulo”. O primeiro módulo do programa será na modalidade à distância (EaD) e em formato autoinstrucional, com carga horária de 12 horas. A expectativa é que cerca de 600 servidores estaduais participem deste I módulo.

Em 2021, iniciou-se o desenvolvimento do conteúdo do módulo II da trilha de capacitação: “Instrumentos de planejamento estadual e o alinhamento aos ODS”, na modalidade EaD. Tal iniciativa vai permitir aos gestores estaduais se aprofundarem nas possibilidades de integração e fortalecimento de programas, projetos e ações governamentais com a Agenda 2030.

PARCERIAS MUNICIPAIS

SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL – SDR



Meta 17.17: Incentivar e promover parcerias públicas, público-privadas e com a sociedade civil eficazes, a partir da experiência das estratégias de mobilização de recursos dessas parcerias.

Localização no PPA:

Programa **2928**

Produto **244**

Ação **4477**

Metas impactadas indiretamente:

3.4 | 4.a | 16.1

Link:

www.parceriasmunicipais.sp.gov.br

O QUE É

O programa Parcerias Municipais foi lançado pela Secretaria de Desenvolvimento Regional do Estado de São Paulo (SDR), em junho de 2019, com o objetivo de unir esforços com os municípios para reduzir as desigualdades regionais em três áreas prioritárias: educação, saúde e segurança. A iniciativa está em consonância com os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) da Agenda 2030 e tem respaldo no Plano Plurianual do Governo do Estado de São Paulo para o quadriênio 2020-2023.

Os sete desafios estabelecidos pelo programa a serem enfrentados são:

1. Ampliar o acesso à creche;
2. Universalizar o acesso à pré-escola;
3. Alavancar a qualidade do ensino fundamental 1;
4. Reduzir as taxas de mortalidade infantil e materna;
5. Diminuir os óbitos prematuros por Doenças Crônicas não Transmissíveis;
6. Fortalecer as redes de combate à violência sexual; e
7. Promover ambientes menos suscetíveis a roubos.

O programa é coordenado pela SDR e conta com a cooperação das secretarias de Educação, Saúde e Segurança. Ele é executado por meio da adesão dos municípios que, desenvolvem planos de ação ligados aos temas propostos no programa. Compete à SDR promover o monitoramento das ações e identificar oportunidades de apoio para sua implementação.

Além da parceria com os municípios, o programa conta com as seguintes participações: da entidade ACT – Promoção da Saúde, para desenvolvimento de cursos de capacitação em Advocacy (ações para influenciar os poderes Legislativo, Executivo e Judiciário e a sociedade); e da Universidade de São Paulo (USP), por meio do programa USP – Municípios, para desenvolvimento de pesquisas e aplicações no âmbito dos desafios ligados ao programa.

RESULTADOS

Para alcançar os resultados do Parcerias Municipais, a SDR disponibiliza uma equipe técnica, que orienta e contribui para que as ações estabelecidas sejam efetivadas. Dessa forma, faz com que as políticas públicas e os recursos financeiros e não financeiros cheguem de acordo com a necessidade de cada município e não de maneira massificada e indiscriminada.

O programa estabelece uma nova abordagem em relação ao modelo tradicional. Por exemplo, em vez de cada um atuar dentro de suas atribuições normais, o trabalho será conjunto estado-município. Entre outras mudanças: passa de governança hierárquica para governança em função de metas e planos; de atuação isolada para atuação em rede.

O programa vem apresentando indicadores expressivos, conforme indicados abaixo:

- Adesão de 563 municípios;
- 432 municípios fizeram planos de ação; e
- 8.637 ações planejadas pelos municípios.



INFORMAÇÕES ESPACIAIS, DEMOGRÁFICAS, SOCIOECONÔMICAS E DA AÇÃO GOVERNAMENTAL

FUNDAÇÃO SEADE



Meta 17.18: Até 2020, reforçar o apoio à capacitação para os países em desenvolvimento, inclusive para os países menos desenvolvidos e pequenos Estados insulares em desenvolvimento, para aumentar significativamente a disponibilidade de dados de alta qualidade, atuais e confiáveis, desagregados por renda, gênero, idade, raça, etnia, status migratório, deficiência, localização geográfica e outras características relevantes em contextos nacionais.

Localização no PPA:

Programa **5120**

Produto **0548**

Ação **5940**

Metas impactadas indiretamente:

Não identificadas

Link:

<https://painel.seade.gov.br/>

O QUE É

O acesso a dados e informações de qualidade é essencial para a definição de políticas públicas e o aprimoramento da ação governamental. Convergente a isso, a Fundação Seade tem como norte de seu trabalho justamente a produção, a organização e a disseminação de informações referentes a aspectos demográficos, sociais, econômicos, geográficos e cartográficos do Estado de São Paulo. Também apoiar e subsidiar a ação governamental no desenvolvimento de metodologia de pesquisa, construção e análise de dados e indicadores.

O programa é composto por dois indicadores de resultado: percentual de atualização da base cartográfica do território do estado; e percentual de atualização dos sistemas gerados pelo Seade. Há ainda sete produtos, de abrangência estadual, com seus respectivos indicadores sobre outros aspectos como: número de sistemas gerados; estudos e análises sobre políticas públicas; mapeamento topográfico; número de mapas produzidos; e apoio à formulação, execução e avaliação de programas e serviços públicos.

Para a execução do programa, as principais parcerias, mediante convênios/acordos de cooperação técnica, são:

- Secretaria da Fazenda e Planejamento, Secretaria de Governo, Secretaria de Desenvolvimento Social, Secretaria de Desenvolvimento Econômico, Desenvolve SP, Secretaria de Infraestrutura e Meio Ambiente, Secretaria da Saúde e Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE); e
- Ministério da Economia / Secretaria de Trabalho, Instituto de Economia Agrícola, Núcleo de Informação e Coordenação do Ponto

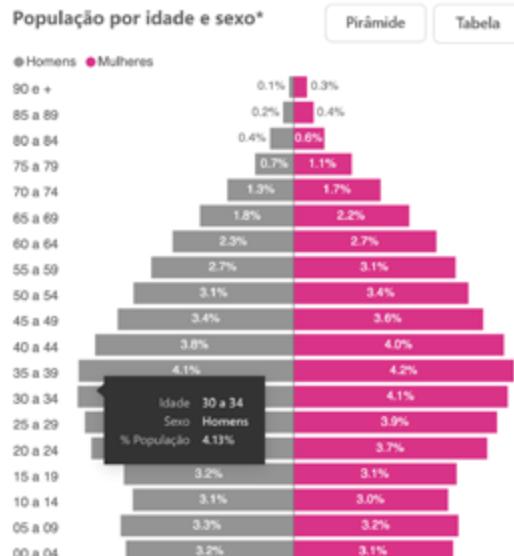
BR – NIC.br, Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (Fapesp) e Instituto Geográfico e Cartográfico de São Paulo (IGC-SP).

RESULTADOS

O programa é composto por sete produtos, sendo seis deles com desempenho satisfatório, atingindo 75% ou mais das metas estabelecidas.

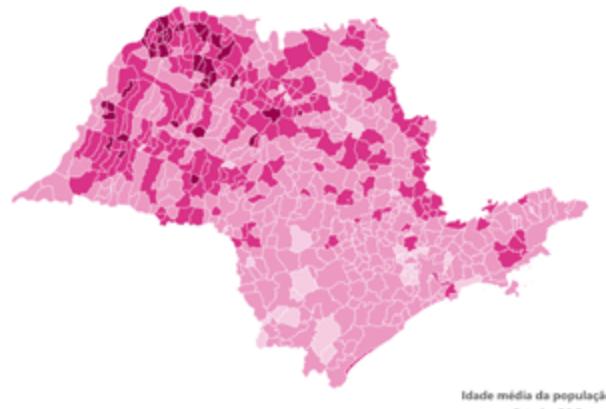
Seus produtos mais representativos, do ponto de vista orçamentário e êxito no desempenho, são:

- Sistemas de indicadores gerados pela Fundação Seade, que atingiram 100% da meta programada e realizou 99,9% do orçamento disponível; e
- Informações técnicas territoriais e de drenagem, com 84,1% da meta proposta cumprida e execução de 24,6% do orçamento disponível.



Idade média da população (em anos)

De 31,5 a 33,9 De 34,0 a 37,9 De 38,0 a 40,9 De 41,0 a 45,5



Idade média da população no Estado: 36,5

Razão de sexo por grupos de idade**

00 a 14 15 a 29 30 a 44 45 a 59 60 a 74 75 e +

Municípios por porte populacional

Até 10.000 De 10.001 a 50.000 De 50.001 a 100.000 De 100.001 a 500.000 Mais de 500.000

CONCLUSÃO

Os relatos dos programas, apresentados neste II Relatório de Acompanhamento dos Objetivos do Desenvolvimento Sustentável (ODS) do Estado de São Paulo, evidenciam a complexidade dos desafios e a necessidade de mobilização dos diversos órgãos que compõem o Governo do Estado para que a Agenda 2030 possa avançar de forma consistente.

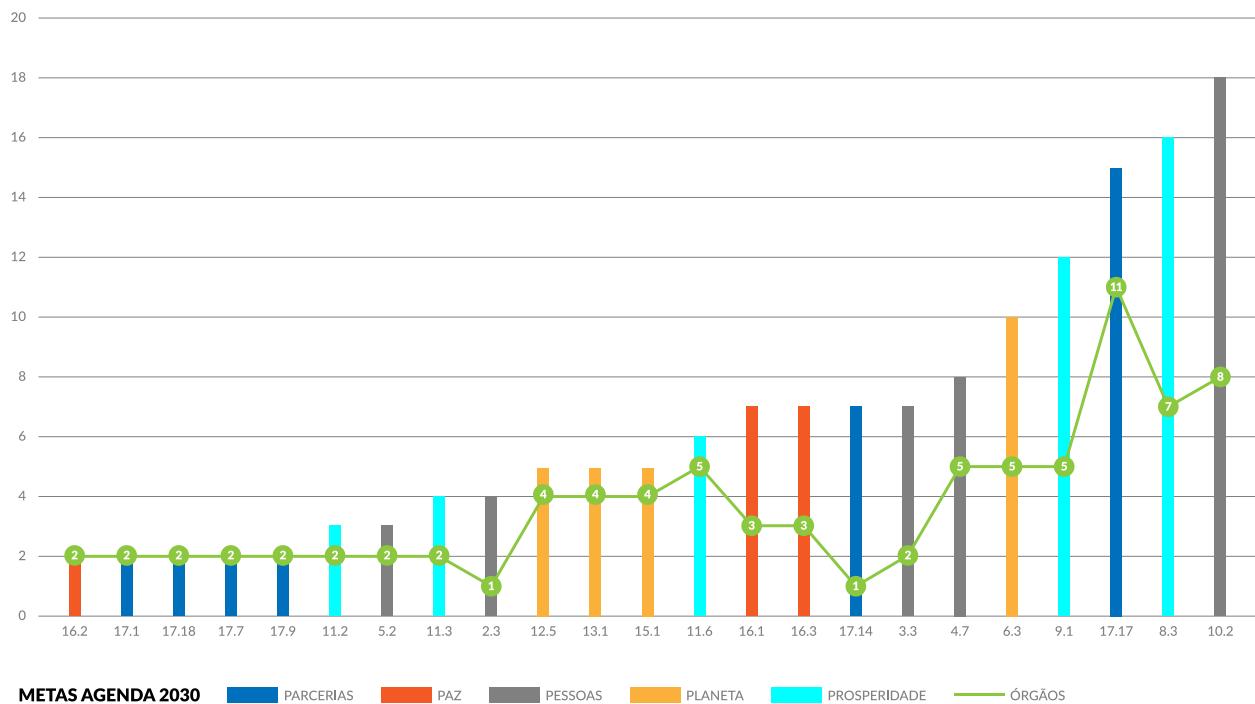
Em termos da cobertura das metas definidas como prioritárias pela Comissão ODS e pelas Câmaras Têmáticas, 22 das 25 metas foram abordadas pelos relatos produzidos para este relatório (Gráfico 2).

Gráfico 2 - Cobertura das metas ODS prioritárias



Considerando somente as metas priorizadas para este II Relatório, as quais receberam maior atenção dos participantes da Comissão Estadual dos ODS, foram apresentados pelo menos dois programas para cada meta, com a contribuição de mais de um órgão para a maioria das metas (Gráfico 3).

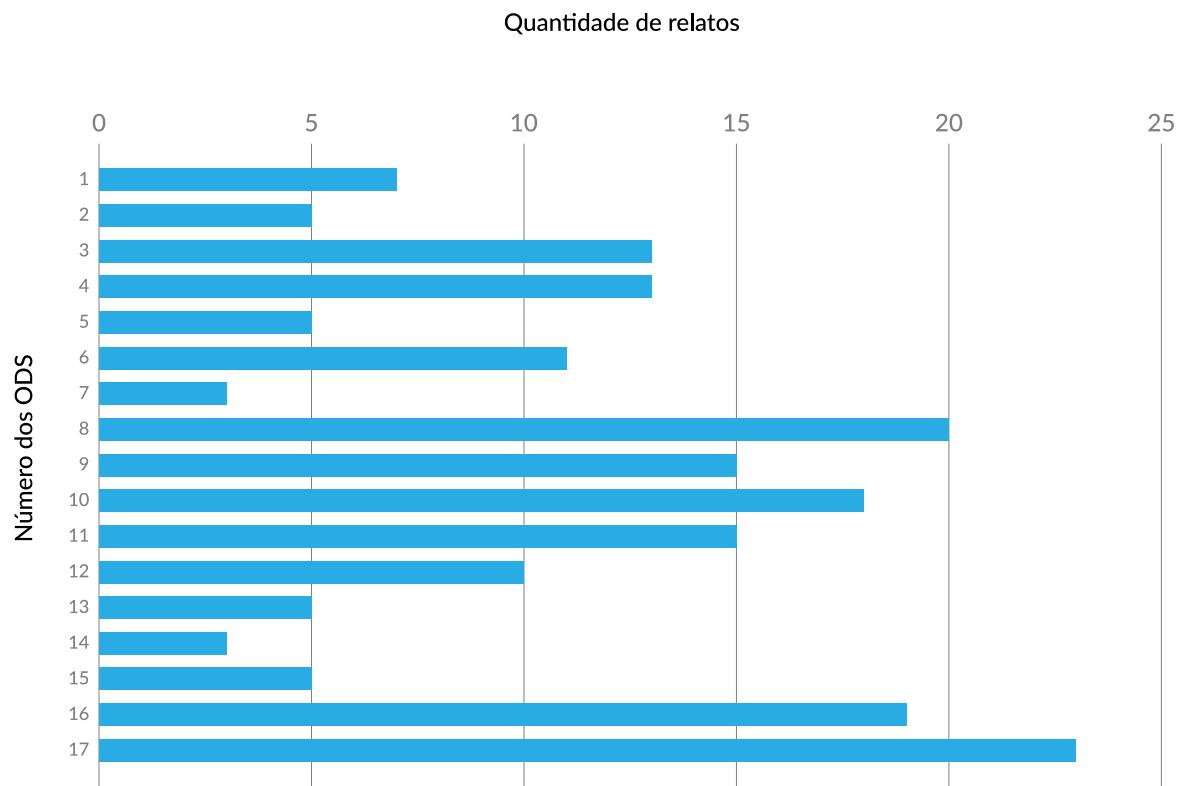
Gráfico 3 - Número de Programas por “P” relativo às Metas Prioritárias (linhas verticais). Número de Órgãos relativos às Metas Prioritárias (linhas horizontais)



O Gráfico 3 evidencia a complexidade dos desafios colocados pelas metas dos ODS, exigindo abordagens por meio de diferentes programas e diferentes órgãos de Estado, bem como a possibilidade de ampliar a coordenação entre os diversos órgãos dedicados a metas em comum.

Os programas contidos no relatório revelam ainda a intersetorialidade das ações, as quais contribuem simultaneamente para mais de uma meta, por vezes associados a diferentes ODS (na média, cada ODS é abordado por 11 ações). O Gráfico 4 mostra a quantidade de programas que contribuem, de maneira direta ou indireta, para cada um dos 17 ODS. Destacam-se: os ODS 17 (23 programas), ODS 8 (20 programas), ODS 16 (19 programas) e ODS 10 (18 programas).

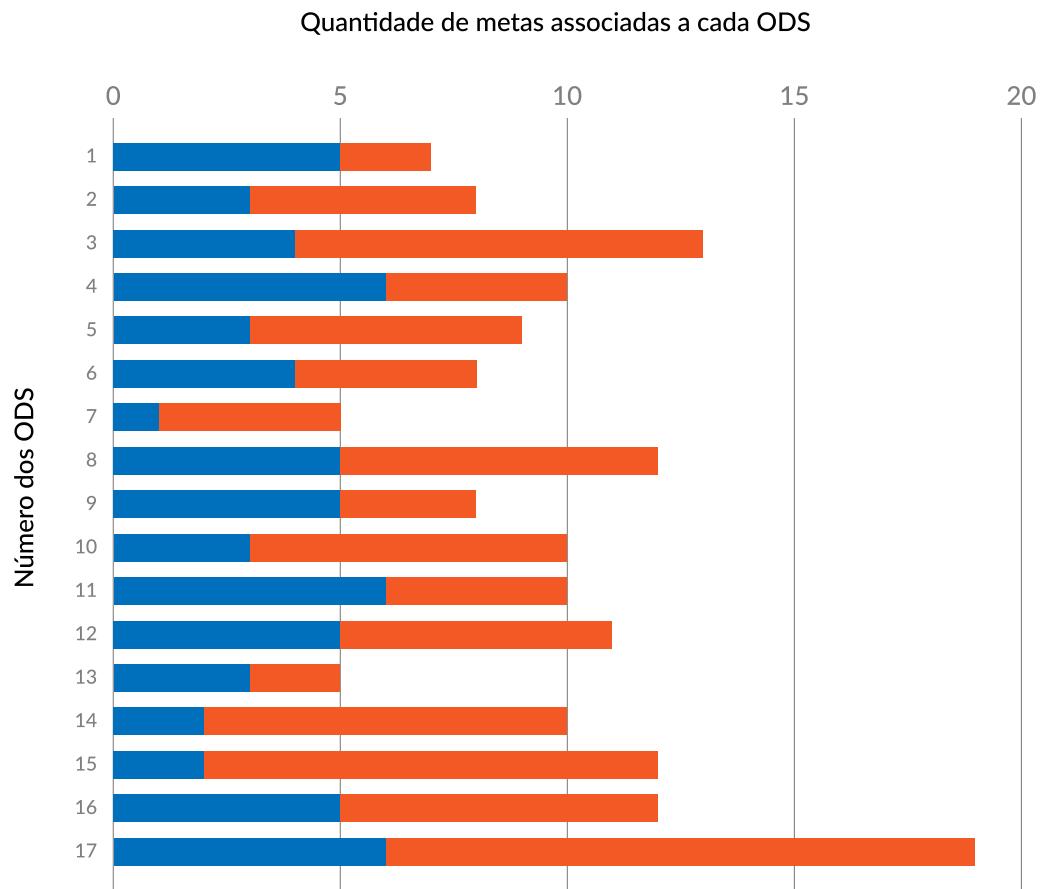
Gráfico 4 - Número de Programas associados a cada ODS



De uma perspectiva mais geral, os programas contidos neste relatório contribuem, de maneira direta ou indireta, para 68 das 169 metas definidas nos ODS (40% do total).

O Gráfico 5 apresenta a fração das 169 metas em cada um dos 17 ODS, que são atendidas pelos programas contidos neste relatório. Destaca-se que pelo menos uma das metas de cada um dos 17 ODS estão contempladas pelos programas e ações relatados, indicando o compromisso do Estado de São Paulo em atender a Agenda 2030 de forma mais abrangente possível.

Gráfico 5 - Quantidade de metas associadas a cada ODS



Considerando que os 94 programas presentes neste relatório são apenas uma fração do total de iniciativas do Estado de São Paulo em execução, é possível inferir que a cobertura das metas ODS seja superior ao conjunto de programas contido neste II Relatório.

O presente relatório evidencia também a evolução da Comissão ODS do Estado, tanto no sentido de difundir conceitos, quanto de facilitar articulações. De um lado, por meio das ações da Comissão ao longo dos anos de 2020 e 2021, foi possível disseminar conceitos-chave da Agenda 2030 junto aos diversos órgãos participantes, permitindo a cada um deles descobrir de que forma já estavam contribuindo para a mesma. De outro, ao colocar as metas dos ODS em evidência, a Comissão propiciou que os diversos órgãos identificassem potenciais sinergias e complementaridades entre si, que podem ser exploradas para acelerar o atingimento das metas dos ODS.

Com base nos resultados apresentados até o momento, e com o intuito fortalecer a Agenda 2030 no Estado, recomenda-se:

- Ampliar o número de órgãos de governo participantes da Comissão ODS, de forma a facilitar a difusão da Agenda 2030 na estrutura de governança do Estado;
- Ampliar a participação de representantes da sociedade, favorecendo a troca de experiências e a cooperação com vistas ao avanço das metas dos ODS; e
- Tornar mais evidente a relação entre os Programas e ações do PPA e as metas dos ODS, favorecendo a coordenação de ações.

ÍNDICE POR ODS

Rótulos de Linha

ODS 1

FÁBRICAS DE CULTURA	82
PROGRAMA NOVO RIO PINHEIROS	126
PROGRAMA VALE DO FUTURO	176
PROJETO GURI	86
PROJETO TIETÊ	132
PROSPERA JOVEM	114
SÃO PAULO INTERNACIONAL	182

ODS 2

AÇÃO DE IMPLEMENTAÇÃO DO CULTIVO DE HORTALIÇAS	42
CESTAS VERDES - PROGRAMA DE AQUISIÇÃO DE ALIMENTOS (PAA)	58
CIDADANIA NO CAMPO – MUNICÍPIO AGRO	60
FEAP – SUBVENÇÃO ECONÔMICA PARA O DESENVOLVIMENTO DO AGRONEGÓCIO PAULISTA.....	62
FROTA AGRO	64

ODS 3

CENTRO DE FORMAÇÃO ESPORTIVA	76
PROGRAMA DE GERENCIAMENTO DE RESÍDUOS SÓLIDOS GERADOS PELO GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO - R-GOV	142
PROGRAMA ONDA LIMPA.....	128
PARCERIAS MUNICIPAIS	224
PROGRAMA ARENA ESPORTIVA	92
PROGRAMA DE QUALIDADE DA ÁGUA DE CONSUMO HUMANO NO ESTADO DE SÃO PAULO – PROÁGUA.....	66
PROGRAMA DST/AIDS.....	68
PROGRAMA NOVO RIO PINHEIROS	126
PROGRAMA TUBERCULOSE	70
PROGRAMA VIDATIVA.....	110
PROJETO GURI	86
PROJETO TIETÊ	132
SISTEMA ESTADUAL DE VIGILÂNCIA EPIDEMIOLÓGICA DE DOENÇAS E GRAVOS NÃO TRANSMISSÍVEIS.....	72

ODS 4

CAPACITAÇÃO E TREINAMENTO DE EDUCADORES	74
E GESTORES PÚBLICOS EM TEMAS AMBIENTAIS	74
CENTRO DE FORMAÇÃO ESPORTIVA.....	76
ESCOLA DE MÚSICA DO ESTADO DE SÃO PAULO – EMESP TOM JOBIM.....	78
ESCOLAS DE QUALIFICAÇÃO PROFISSIONAL.....	98
FÁBRICAS DE CULTURA	82
INOVA EDUCAÇÃO.....	100
NOVOTEC	166
PARCERIAS MUNICIPAIS	224
PRAÇA DA CIDADANIA.....	106
PROGRAMA DE MELHORIA DA CONVIVÊNCIA E PROTEÇÃO ESCOLAR – CONVIVA SP – ESCOLA MAIS SEGURA.....	84
PROJETO GURI	86
PROSPERA JOVEM	114
SÃO PAULO ESCOLA DE TEATRO.....	116

ODS 5

APLICATIVO SOS MULHER.....	88
CENTRO DE FORMAÇÃO ESPORTIVA.....	76
PROGRAMA VIDATIVA.....	110
PROJETO INTEGRAR – ESPECIALIZAÇÃO DE POLICIAIS CIVIS NO ATENDIMENTO DAS VÍTIMAS DE VIOLÊNCIA DOMÉSTICA E CRIMES SEXUAIS.....	36
TODAS IN-REDE.....	90

ODS 6

PROGRAMA DE GERENCIAMENTO DE RESÍDUOS SÓLIDOS GERADOS PELO GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO - R-GOV.....	142
INFRAESTRUTURA VERDE, RECURSOS HÍDRICOS E SANEAMENTO	122
LICENCIAMENTO AMBIENTAL E FISCALIZAÇÃO DE FONTES DE POLUIÇÃO E ATIVIDADES DEGRADADORAS.....	150
LINHA ÁGUA LIMPA.....	190
LINHA ECONOMIA VERDE – LEV	192
MONITORAMENTO DA QUALIDADE DAS ÁGUAS INTERIORES	124
PROGRAMA ONDA LIMPA.....	128
PROGRAMA REFLORESTA-SP	152
PROGRAMA NOVO RIO PINHEIROS	126
PROJETO TIETÊ	132
PROJETO RIO PINHEIROS - DESENVOLVE SP	130

ODS 7

LINHA ECONOMIA VERDE – LEV	192
LINHA ILUMINAÇÃO PÚBLICA – LIP.....	194
PROGRAMA DE DESENVOLVIMENTO DO VALE DO RIBEIRA.....	196

ODS 8

APOIO AOS MUNICÍPIOS TURÍSTICOS – ESTÂNCIAS E MUNICÍPIOS DE INTERESSE TURÍSTICO (MIT).....	186
BANCO DO POVO PAULISTA.....	158
CONSERVAÇÃO, RECUPERAÇÃO E USO SUSTENTÁVEL DOS ECOSISTEMAS TERRESTRES E DE ÁGUA DOCE	154
EMPREENDA RÁPIDO	160
ESCOLAS DE QUALIFICAÇÃO PROFISSIONAL.....	98
PROGRAMA DE GERENCIAMENTO DE RESÍDUOS SÓLIDOS GERADOS PELO GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO - R-GOV.....	142
PROGRAMA DE IMPLEMENTAÇÃO DE SOLUÇÕES INOVADORAS PARA A ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA - IDEIAGOV	170
INOVAÇÃO	162
MEU EMPREGO.....	164
MEU EMPREGO – TRABALHO INCLUSIVO	102
NOVOTEC	166
PRAÇA DA CIDADANIA.....	106
PROGRAMA CRÉDITO TURÍSTICO PRIVADO	168
PROGRAMA DE DESENVOLVIMENTO DO VALE DO RIBEIRA.....	196
PROGRAMA DE INVESTIMENTO NO SETOR AUDIOVISUAL DE SÃO PAULO - PROAV	174
PROGRAMA VALE DO FUTURO	176
PROJETO DE MODERNIZAÇÃO DA GESTÃO FISCAL NO ESTADO DE SÃO PAULO (PROFISCO II)	220
ROTAS TURÍSTICAS	180
SÃO PAULO INTERNACIONAL.....	182
VAGA CERTA	184

ODS 9

APOIO AOS MUNICÍPIOS TURÍSTICOS – ESTÂNCIAS E MUNICÍPIOS DE INTERESSE TURÍSTICO (MIT).....	186
FOMENTO À HABITAÇÃO DE INTERESSE SOCIAL – CASA PAULISTA	188
INOVAÇÃO	162
LINHA ÁGUA LIMPA.....	190
LINHA ECONOMIA VERDE – LEV	192
LINHA ILUMINAÇÃO PÚBLICA – LIP.....	194
PROGRAMA DE DESENVOLVIMENTO DO VALE DO RIBEIRA.....	196

PROGRAMA DE INVESTIMENTO NO SETOR AUDIOVISUAL DE SÃO PAULO - PROAV	174
PROGRAMA DE OPERAÇÃO, CONSERVAÇÃO E SEGURANÇA DA MALHA RODOVIÁRIA ADMINISTRADA PELO DER.....	198
PROGRAMA DE RECUPERAÇÃO DE RODOVIAS ESTADUAIS	200
PROGRAMA VALE DO FUTURO.....	176
REQUALIFICAÇÃO HABITACIONAL E URBANA.....	212
PROJETO RIO PINHEIROS - DESENVOLVE SP	130
SÃO PAULO INTERNACIONAL.....	182
TRANSFORMANDO CIDADES.....	202

ODS 10

BASE DE DADOS DOS DIREITOS DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA.....	94
CARAVANA DA INCLUSÃO	96
ESCOLAS DE QUALIFICAÇÃO PROFISSIONAL.....	98
FÁBRICAS DE CULTURA	82
INOVA EDUCAÇÃO	100
MEU EMPREGO.....	164
MEU EMPREGO – TRABALHO INCLUSIVO	102
MUSEU DA INCLUSÃO.....	104
PRAÇA DA CIDADANIA.....	106
PROGRAMA ARENA ESPORTIVA	92
PROGRAMA DE GERAÇÃO E DISSEMINAÇÃO	
DE CONHECIMENTO – CURSO DE LIBRAS.....	108
PROGRAMA NOVO RIO PINHEIROS	126
PROGRAMA VIDATIVA.....	110
PROJETO ATENDIMENTO SURDOCEGUEIRA	112
PROJETO TIETÊ	132
PROSPERA JOVEM	114
SÃO PAULO ESCOLA DE TEATRO.....	116
TIME SÃO PAULO PARALÍMPICO	118

ODS 11

EXPANSÃO, MODERNIZAÇÃO E GESTÃO DO TRANSPORTE	
DE BAIXA/MÉDIA CAPACIDADE - PITU EM MARCHA.....	216
EXPANSÃO, MODERNIZAÇÃO E OPERAÇÃO	
DO TRANSPORTE METROVIÁRIO - PITU EM MARCHA.....	204
CAPACITAÇÃO E TREINAMENTO DE EDUCADORES	
E GESTORES PÚBLICOS EM TEMAS AMBIENTAIS	74
CONSERVAÇÃO, RECUPERAÇÃO E USO SUSTENTÁVEL	
DOS ECOSISTEMAS TERRESTRES E DE ÁGUA DOCE	154

PROGRAMA DE GERENCIAMENTO DE RESÍDUOS SÓLIDOS GERADOS	142
PELO GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO - R-GOV.....	
GESTÃO SUSTENTÁVEL DE RESÍDUOS SÓLIDOS.....	138
INFRAESTRUTURA VERDE, RECURSOS HÍDRICOS E SANEAMENTO	122
MONITORAMENTO DA QUALIDADE DAS ÁGUAS INTERIORES	124
MONITORAMENTO DA QUALIDADE DO AR.....	214
MUSEU DA INCLUSÃO	104
EXPANSÃO, MODERNIZAÇÃO E OPERAÇÃO DO TRANSPORTE	
SOBRE TRILHOS - PITU EM MARCHA	206
PROVISÃO DE MORADIA.....	208
REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA DE INTERESSE HABITACIONAL	210
REQUALIFICAÇÃO HABITACIONAL E URBANA.....	212
SÃO PAULO INTERNACIONAL.....	182

ODS 12

ACORDO AMBIENTAL SÃO PAULO.....	144
CAPACITAÇÃO E TREINAMENTO DE EDUCADORES	
E GESTORES PÚBLICOS EM TEMAS AMBIENTAIS	74
CESTAS VERDES - PROGRAMA DE AQUISIÇÃO DE ALIMENTOS (PAA)	58
CIDADANIA NO CAMPO – MUNICÍPIO AGRO	60
COMPRAS PÚBLICAS SUSTENTÁVEIS - CPS	134
CONSERVAÇÃO, RECUPERAÇÃO E USO SUSTENTÁVEL	
DOS ECOSISTEMAS TERRESTRES E DE ÁGUA DOCE	154
CONSUMO E PRODUÇÃO RESPONSÁVEIS.....	136
PROGRAMA DE GERENCIAMENTO DE RESÍDUOS SÓLIDOS GERADOS	
PELO GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO - R-GOV.....	142
GESTÃO SUSTENTÁVEL DE RESÍDUOS SÓLIDOS.....	138
IMPLANTAÇÃO DA LOGÍSTICA REVERSA NO ESTADO DE SÃO PAULO	140

ODS 13

ACORDO AMBIENTAL SÃO PAULO.....	144
CAPACITAÇÃO EM ADAPTAÇÃO ÀS MUDANÇAS CLIMÁTICAS DE	
AGENTES PÚBLICOS, SOCIEDADE CIVIL E COMITÊ DE BACIAS HIDROGRÁFICAS	146
FEAP – SUBVENÇÃO ECONÔMICA PARA	
O DESENVOLVIMENTO DO AGRONEGÓCIO PAULISTA.....	62
MITIGAÇÃO DE RISCOS E DESASTRES NATURAIS	148
PROGRAMA REFLORESTA-SP.....	152

ODS 14

CONSERVAÇÃO, RECUPERAÇÃO E USO SUSTENTÁVEL DOS ECOSISTEMAS TERRESTRES E DE ÁGUA DOCE	154
PROGRAMA DE GERENCIAMENTO DE RESÍDUOS SÓLIDOS GERADOS PELO GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO - R-GOV.....	142
PROGRAMA ONDA LIMPA.....	128

ODS 15

CONSERVAÇÃO, RECUPERAÇÃO E USO SUSTENTÁVEL DOS ECOSISTEMAS TERRESTRES E DE ÁGUA DOCE	154
LICENCIAMENTO AMBIENTAL E FISCALIZAÇÃO DE FONTES DE POLUIÇÃO E ATIVIDADES DEGRADADORAS.....	150
PROGRAMA REFLORESTA-SP	152
PROGRAMA NOVO RIO PINHEIROS	126
PROJETO TIETÊ	132

ODS 16

A ESCOLA CONTRA O ABUSO SEXUAL INFANTIL - GUIA DE ORIENTAÇÃO AOS PROFISSIONAIS DE ENSINO	38
AÇÃO DE IMPLEMENTAÇÃO DO CULTIVO DE HORTALIÇAS	42
CAPACITAÇÃO EM ADAPTAÇÃO ÀS MUDANÇAS CLIMÁTICAS DE AGENTES PÚBLICOS, SOCIEDADE CIVIL E COMITÊ DE BACIAS HIDROGRÁFICAS	146
CENTRO DE APOIO TÉCNICO À DELEGACIA DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA.....	44
CENTRO DE INTEGRAÇÃO DA CIDADANIA – CIC	46
CENTRO DE REFERÊNCIA E APOIO À VÍTIMA (CRAVI)	26
DETECTA	28
PARCERIAS MUNICIPAIS	224
PROGRAMA ALTERNATIVAS PENais E INCLUSÃO SOCIAL – CEAPIS.....	48
PROGRAMA BEM ME QUER	30
PROGRAMA DE ATENÇÃO AO EGRESO E FAMÍLIA – CAEF.....	50
PROGRAMA DE CAPACITAÇÃO, APERFEIÇOAMENTO E EMPREGABILIDADE (Pcae).....	52
PROGRAMA DE FORMAÇÃO EM OBJETIVOS DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL PARA GESTORES PÚBLICOS ESTADUAIS	222
PROGRAMA DE PROTEÇÃO A CRIANÇAS E ADOLESCENTES AMEAÇADOS DE MORTE - PPCAAM.....	40
PROGRAMA EDUCACIONAL DE RESISTÊNCIA ÀS DROGAS E À VIOLENCIA – PROERD.....	32
PROGRAMA ESTADUAL DE PROTEÇÃO A VÍTIMAS E TESTEMUNHAS – PROVITA/SP.....	34
PROJETO CONEXÃO FAMILIAR	54
PROJETO INTEGRAR – ESPECIALIZAÇÃO DE POLICIAIS CIVIS NO ATENDIMENTO DAS VÍTIMAS DE VIOLENCIA DOMÉSTICA E CRIMES SEXUAIS.....	36

ODS 17

ACORDO AMBIENTAL SÃO PAULO.....	144
BANCO DO Povo PAULISTA.....	158
CAPACITAÇÃO EM ADAPTAÇÃO ÀS MUDANÇAS CLIMÁTICAS DE AGENTES PÚBLICOS, SOCIEDADE CIVIL E COMITÉ DE BACIAS HIDROGRÁFICAS	146
CESTAS VERDES - PROGRAMA DE AQUISIÇÃO DE ALIMENTOS (PAA)	58
CIDADANIA NO CAMPO – MUNICÍPIO AGRO	60
CONSUMO E PRODUÇÃO RESPONSÁVEIS.....	136
EMPREENDA RÁPIDO	160
FROTA AGRO	64
PROGRAMA DE IMPLEMENTAÇÃO DE SOLUÇÕES INOVADORAS PARA A ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA - IDEIAGOV	172
IMPLANTAÇÃO DA LOGÍSTICA REVERSA NO ESTADO DE SÃO PAULO	140
INFORMAÇÕES ESPACIAIS, DEMOGRÁFICAS, SOCIOECONÔMICAS E DA AÇÃO GOVERNAMENTAL.....	226
LICENCIAMENTO AMBIENTAL E FISCALIZAÇÃO DE FONTES DE POLUIÇÃO E ATIVIDADES DEGRADADORAS.....	150
MONITORAMENTO DA QUALIDADE DAS ÁGUAS INTERIORES	124
MONITORAMENTO DA QUALIDADE DO AR.....	214
PARCERIAS MUNICIPAIS	224
PRAÇA DA CIDADANIA.....	106
PROGRAMA ARENA ESPORTIVA	92
PROGRAMA DE FORMAÇÃO EM OBJETIVOS DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL PARA GESTORES PÚBLICOS ESTADUAIS.....	222
PROGRAMA DE OPERAÇÃO, CONSERVAÇÃO E SEGURANÇA DA MALHA RODOVIÁRIA ADMINISTRADA PELO DER.....	198
PROGRAMA REFLORESTA-SP	152
PROJETO DE MODERNIZAÇÃO DA GESTÃO FISCAL NO ESTADO DE SÃO PAULO (PROFISCO II)	220
PROJETO TIETÊ	132
SÃO PAULO INTERNACIONAL.....	182

ÍNDICE POR ÓRGÃO / SECRETARIA

CETESB

ACORDO AMBIENTAL SÃO PAULO.....	144
CAPACITAÇÃO EM ADAPTAÇÃO ÀS MUDANÇAS CLIMÁTICAS DE AGENTES PÚBLICOS, SOCIEDADE CIVIL E COMITÊ DE BACIAS HIDROGRÁFICAS	146
CONSUMO E PRODUÇÃO RESPONSÁVEIS.....	136
IMPLANTAÇÃO DA LOGÍSTICA REVERSA NO ESTADO DE SÃO PAULO.....	140
LICENCIAMENTO AMBIENTAL E FISCALIZAÇÃO DE FONTES DE POLUIÇÃO E ATIVIDADES DEGRADADORAS.....	150
MONITORAMENTO DA QUALIDADE DAS ÁGUAS INTERIORES	124
MONITORAMENTO DA QUALIDADE DO AR.....	214

DESENVOLVE SP

INOVAÇÃO	162
LINHA ÁGUA LIMPA.....	190
LINHA ECONOMIA VERDE – LEV	192
LINHA ILUMINAÇÃO PÚBLICA – LIP	194
PROGRAMA DE DESENVOLVIMENTO DO VALE DO RIBEIRA.....	196
PROGRAMA DE INVESTIMENTO NO SETOR AUDIOVISUAL DE SÃO PAULO - PROAV	174
PROJETO RIO PINHEIROS - DESENVOLVE SP	130
TRANSFORMANDO CIDADES.....	202

FUNDAÇÃO SEADE

INFORMAÇÕES ESPACIAIS, DEMOGRÁFICAS, SOCIOECONÔMICAS E DA AÇÃO GOVERNAMENTAL.....	226
--	-----

FUNDO SOCIAL DO ESTÃO DE SÃO PAULO

ESCOLAS DE QUALIFICAÇÃO PROFISSIONAL.....	98
PRAÇA DA CIDADANIA.....	106

INSTITUTO DE PESQUISAS TECNOLÓGICAS

CAPACITAÇÃO E TREINAMENTO DE EDUCADORES E GESTORES PÚBLICOS EM TEMAS AMBIENTAIS	74
CONSERVAÇÃO, RECUPERAÇÃO E USO SUSTENTÁVEL DOS ECOSISTEMAS TERRESTRES E DE ÁGUA DOCE	154
GESTÃO SUSTENTÁVEL DE RESÍDUOS SÓLIDOS.....	138

INFRAESTRUTURA VERDE, RECURSOS HÍDRICOS E SANEAMENTO	122
MITIGAÇÃO DE RISCOS E DESASTRES NATURAIS	148

SABESP

PROGRAMA ONDA LIMPA.....	128
PROGRAMA NOVO RIO PINHEIROS	126
PROJETO TIETÊ	132

SECRETARIA DA ADMINISTRAÇÃO PENITENCIÁRIA

AÇÃO DE IMPLEMENTAÇÃO DO CULTIVO DE HORTALIÇAS	42
PROGRAMA ALTERNATIVAS PENAIS E INCLUSÃO SOCIAL – CEAPIS.....	48
PROGRAMA DE ATENÇÃO AO EGRESO E FAMÍLIA – CAEF.....	50
PROGRAMA DE CAPACITAÇÃO, APERFEIÇOAMENTO E EMPREGABILIDADE (PCAE).....	52
PROJETO CONEXÃO FAMILIAR	54

SECRETARIA DA EDUCAÇÃO

INOVA EDUCAÇÃO	100
PROGRAMA DE MELHORIA DA CONVIVÊNCIA E PROTEÇÃO ESCOLAR – CONVIVA SP – ESCOLA MAIS SEGURA.....	84

SECRETARIA DA FAZENDA E PLANEJAMENTO

PROGRAMA DE FORMAÇÃO EM OBJETIVOS DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL PARA GESTORES PÚBLICOS ESTADUAIS.....	222
PROJETO DE MODERNIZAÇÃO DA GESTÃO FISCAL NO ESTADO DE SÃO PAULO (PROFISCO II).....	220

SECRETARIA DA HABITAÇÃO

FOMENTO À HABITAÇÃO DE INTERESSE SOCIAL – CASA PAULISTA.....	188
PROVISÃO DE MORADIA.....	208
REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA DE INTERESSE HABITACIONAL	210
REQUALIFICAÇÃO HABITACIONAL E URBANA.....	212

SECRETARIA DA JUSTIÇA E CIDADANIA

CENTRO DE INTEGRAÇÃO DA CIDADANIA – CIC	46
CENTRO DE REFERÊNCIA E APOIO À VÍTIMA (CRAVI)	26
PROGRAMA DE PROTEÇÃO A CRIANÇAS E ADOLESCENTES AMEAÇADOS DE MORTE - PPCAAM.....	40

PROGRAMA ESTADUAL DE PROTEÇÃO A VÍTIMAS E TESTEMUNHAS – PROVITA/SP	34
SECRETARIA DA SAÚDE	
PROGRAMA DE QUALIDADE DA ÁGUA DE CONSUMO HUMANO NO ESTADO DE SÃO PAULO - PROÁGUA	66
PROGRAMA DST/AIDS	68
PROGRAMA TUBERCULOSE	70
SISTEMA ESTADUAL DE VIGILÂNCIA EPIDEMIOLÓGICA DE DOENÇAS E AGRAVOS NÃO TRANSMISSÍVEIS	72
SECRETARIA DE AGRICULTURA E ABASTECIMENTO	
CESTAS VERDES - PROGRAMA DE AQUISIÇÃO DE ALIMENTOS (PAA)	58
CIDADANIA NO CAMPO - MUNICÍPIO AGRO	60
FEAP - SUBVENÇÃO ECONÔMICA PARA O DESENVOLVIMENTO DO AGRONEGÓCIO PAULISTA	62
FROTA AGRO	64
SECRETARIA DE CULTURA E ECONOMIA CRIATIVA	
ESCOLA DE MÚSICA DO ESTADO DE SÃO PAULO – EMESP TOM JOBIM	78
FÁBRICAS DE CULTURA	82
PROGRAMA VALE DO FUTURO	176
PROJETO GURI	86
SÃO PAULO ESCOLA DE TEATRO	116
SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO	
BANCO DO Povo PAULISTA	158
EMPREENDA RÁPIDO	160
PROGRAMA DE IMPLEMENTAÇÃO DE SOLUÇÕES INOVADORAS PARA A ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA - IDEIAGOV	170
MEU EMPREGO	164
NOVOTEC	166
VAGA CERTA	184
SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL	
PARCERIAS MUNICIPAIS	224

SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL

PROSPERA JOVEM	114
----------------------	-----

SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA E MEIO AMBIENTE

PROGRAMA DE GERENCIAMENTO DE RESÍDUOS SÓLIDOS GERADOS PELO GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO - R-GOV.....	142
PROGRAMA REFLORESTA-SP	152

SECRETARIA DE LOGÍSTICA E TRANSPORTES

PROGRAMA DE OPERAÇÃO, CONSERVAÇÃO E SEGURANÇA DA MALHA RODOVIÁRIA ADMINISTRADA PELO DER.....	198
PROGRAMA DE RECUPERAÇÃO DE RODOVIAS ESTADUAIS	200

SECRETARIA DE ORÇAMENTO E GESTÃO

COMPRAS PÚBLICAS SUSTENTÁVEIS - CPS	134
---	-----

SECRETARIA DE RELAÇÕES INTERNACIONAIS

SÃO PAULO INTERNACIONAL.....	182
------------------------------	-----

SECRETARIA DA SEGURANÇA PÚBLICA

A ESCOLA CONTRA O ABUSO SEXUAL INFANTIL - GUIA DE ORIENTAÇÃO AOS PROFISSIONAIS DE ENSINO.....	38
APLICATIVO SOS MULHER.....	88
DETECTA.....	28
PROGRAMA BEM ME QUER	30
PROGRAMA EDUCACIONAL DE RESISTÊNCIA ÀS DROGAS E À VIOLENCIA – PROERD	32
PROJETO INTEGRAR – ESPECIALIZAÇÃO DE POLICIAIS CIVIS NO ATENDIMENTO DAS VÍTIMAS DE VIOLENCIA DOMÉSTICA E CRIMES SEXUAIS.....	36

SECRETARIA DE TURISMO E VIAGENS

APOIO AOS MUNICÍPIOS TURÍSTICOS – ESTÂNCIAS E MUNICÍPIOS DE INTERESSE TURÍSTICO (MIT).....	186
PROGRAMA CRÉDITO TURÍSTICO PRIVADO	168
ROTAS TURÍSTICAS.....	180

SECRETARIA DOS DIREITOS DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA

BASE DE DADOS DOS DIREITOS DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA.....	94
CARAVANA DA INCLUSÃO	96
CENTRO DE APOIO TÉCNICO À DELEGACIA DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA.....	44
MEU EMPREGO – TRABALHO INCLUSIVO	102
MUSEU DA INCLUSÃO	104
PROGRAMA DE GERAÇÃO E DISSEMINAÇÃO DE CONHECIMENTO – CURSO DE LIBRAS.....	108
PROJETO ATENDIMENTO SURDOCEGUEIRA	112
TIME SÃO PAULO PARALÍMPICO	118
TODAS IN-REDE.....	90

SECRETARIA DOS TRANSPORTES METROPOLITANOS

EXPANSÃO, MODERNIZAÇÃO E GESTÃO DO TRANSPORTE DE BAIXA/MÉDIA CAPACIDADE - PITU EM MARCHA.....	216
EXPANSÃO, MODERNIZAÇÃO E OPERAÇÃO DO TRANSPORTE METROVIÁRIO – PITU EM MARCHA.....	204
EXPANSÃO, MODERNIZAÇÃO E OPERAÇÃO DO TRANSPORTE SOBRE TRILHOS - PITU EM MARCHA.....	206

SECRETARIA DE ESPORTES

CENTRO DE FORMAÇÃO ESPORTIVA.....	76
PROGRAMA ARENA ESPORTIVA	92
PROGRAMA VIDATIVA.....	110

Comissão Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS)

Casa Civil

Cauê Macris - Presidência
Ana Paula Fava - Coordenadora Executiva

CT Paz

Secretaria da Justiça e Cidadania

Haroldo Jun Tani - Titular
Tatiana Annechini Leite - Suplente

Secretaria da Segurança Pública

Ana Claudia Carvalho Vigilar - Titular
Fabiana Botelho Zapata - Suplente

Secretaria da Administração Penitenciária

Paula Maria Goretti Pudles de Oliveira - Titular
Mariana Noemi Pina de Branger - Suplente

Procuradoria Geral do Estado - PGE

Daniel Smolentzov - Titular
Anna Carolina Seni Peito Macedo Casagrande - Suplente

IPT

Alex Vallone - Titular

Apoio Técnico

Fundação SEADE

Silvia Anette Kneip - Grupo Técnico

CT Pessoas

Secretaria de Desenvolvimento Social

Nayra Karam Moysés - Titular
Claudia Monteiro Queiroz - Suplente

Secretaria dos Direitos da Pessoa com Deficiência

Gabriel de Lima Salles Oliveira - Titular
Zora Ionara Oliveira Dourado - Suplente

Secretaria da Educação

Maria Elisa Almeida Brandt - Titular
Andrea Fernandes de Freitas - Suplente

Secretaria de Esportes

Marco Aurelio Pegolo dos Santos - Titular

Fundo Social São Paulo

Ernani Vieira Gouveia - Titular
Andressa Capriglione - Suplente
Rodrigo Fernando Garcia - Suplente

Secretaria da Saúde

Sylmara Berger Del Zotto - Titular

Secretaria de Cultura e Economia Criativa

Cláudia Maria Mendes de Almeida Pedrozo - Titular
Marianna Percinio M. Bomfim - Suplente

IPT

Caroline Almeida Souza - Suplente

CT Planeta

Secretaria de Infraestrutura e Meio Ambiente

Eduardo Trani - Titular
Jussara de Lima Carvalho - Suplente
Bianca Amaral Mazzuchelli - Suplente

SABESP

Fabio Toreta - Titular

CETESB

Patrícia Iglesias - Titular
Josilene Ferrer - Suplente

Secretaria de Agricultura e Abastecimento

Ricardo Lorenzini - Titular
José Erialdo Pinheiro Filho - Ex-titular

Casa Militar e Defesa Civil

Tenente Caique Ramos Amaral - Titular

Secretaria de Orçamento e Gestão

Alexandre Augusto Dias Rodrigues - Titular

IPT

Claudia Echevenguá Teixeira - Titular
Camila Camolesi Guimarães - Suplente

CT Prosperidade

Secretaria de Desenvolvimento Econômico

Pilar Barreto - Titular
Julia Berbel - Suplente
Luiza Gimenez Nonato - Suplente

Secretaria de Desenvolvimento Regional

Eliana Falque - Titular
Renan Bastianon - Suplente

Secretaria de Turismo e Viagens

Vanilson Fickert - Titular
Kathleen Dardis - Suplente

Secretaria da Habitação

Fernando José de Souza Marangoni - Suplente

Secretaria de Logística e Transportes

Renata Fernandes Ruy André - Titular

Secretaria dos Transportes Metropolitanos

Maíra Leite - Titular
Saulo Vieira - Suplente

Secretaria de Relações Internacionais

Affonso Massot - Titular
Andrey Pereira Brito - Suplente
Layla Palis Pinheiro - Suplente

Secretaria da Fazenda e Planejamento

Cassiana Montesião de Sousa - Titular
Eduarda Lazari Maia - Suplente

Desenvolve SP

Gilmara Brancalion - Titular
Leila Barbur - Suplente
Lilian Pinheiro - Suplente

IPT

Giuliana Velasco - Titular
Luciana de Oliveira - Titular
Raquel Amaral - Suplente
Tatiana Mestres - Grupo técnico

Responsáveis pelos Programas

CÂMARA	ÓRGÃO	NOME DE IDENTIFICAÇÃO DO PROGRAMA como está no relatório	GERENTES DE PROGRAMA, QUE ESCRERAM OS RELATOS
PROSPERIDADE	CETESB	Monitoramento da Qualidade do Ar	Maria Helena R.B. Martins
		Linha Iluminação Pública - LIP	Gilmara Brancalion / Leila Barbur /Lilian Pinheiro"
		Inovação	
		Linha Economia Verde - LEV	
		Linha Água Limpa	
		Programa de Desenvolvimento do Vale do Futuro	
		Programa de Investimento no Setor Audiovisual de São Paulo - ProAV SP	
		Transformando Cidades	
	Secretaria da Habitação	FOMENTO À HABITAÇÃO DE INTERESSE SOCIAL – CASA PAULISTA	Mayara Marques Bernardes
		Requalificação Habitacional e Urbana	Maria Claudia Pereira de Souza
		Provisão de Moradia	Maria Claudia Pereira de Souza
		Regularização fundiária de interesse habitacional	Daniela Altavista Martins
	Secretaria de Cultura e Economia Criativa	Programa Vale do Futuro	Marianna Percinio M. Bomfim
	Secretaria de Desenvolvimento Econômico	Banco do Povo Paulista	Sueli Cavalhero
		Empreenda Rápido	Gilmara Aparecida Biscalchim Brancalion
		Programa de Implementação de Soluções Inovadoras para a Administração Pública - IdeiaGov	João Reis
		Meu Emprego	Ademar Bueno
		Vaga Certa	Daniel Barros
		NOVOTEC	
	Secretaria de Logística e Transportes	Programa de Operação , Conservação e Segurança da Malha Rodoviária Administrada pelo DER	Marcelo Bernado Miura
		Programa de Recuperação de Rodovias Estaduais	
	Secretaria de Relações Internacionais	São Paulo Internacional	Affonso Massot
	Secretaria de Turismo e Viagens	Apoio aos Municípios Turísticos - Estâncias e Municípios de interesse turístico (MIT)	Antonio Vaz Serralha
		Programa de Crédito Turístico Privado	Eduardo Claudio Madeira / Vanilson Fickert Gracióse / Gilmara Aparecida Biscalchim Brancalion
		Rotas Turísticas	Rodrigo Ramos

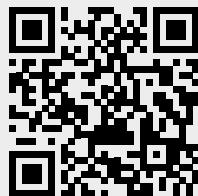
Prosperidade	Secretaria dos Transportes Metropolitanos	Expansão, modernização e gestão do transporte baixa/média capacidade – PITU em marcha	Maíra Maciel Leite / Saulo Pereira Vieira /Gustavo Cheberle Giansante
		Expansão, modernização e operação do transporte metrorviário - PITU em marcha	
		Expansão, modernização e operação do transporte sobre trilhos - PITU em marcha	
Planeta	CETESB	Acordo Ambiental São Paulo	Patricia Iglesias / Josilene Ticianelli Vannuzini Ferrer
		Capacitação em Adaptação às Mudanças Climáticas de Agentes Públicos, Sociedade Civil e Comitê de Bacias Hidrográficas	Josilene Ticianelli Vannuzini Ferrer / Jorge Luiz Nobre Gouveia /Maria Emilia Botelho / Maria Fernanda Pelizzon Garcia
		Implantação da Logística Reversa no Estado de São Paulo	Lia Helena Monteiro de Lima Demange
		Consumo e Produção Responsáveis	Marcelo Dultra
		Monitoramento da Qualidade das Águas Interiores	Nelson Menegon
		Licenciamento Ambiental e Fiscalização de Fontes de Poluição e Atividades Degradoras	José Eduardo Bevilacqua / Antônio Falco Junior
	Desenvolve SP	Projeto Rio Pinheiros	Gilmara Brancalion / Leila Barbur / Lilian Pinheiro
Pessoas	Instituto de Pesquisas Tecnológicas	Infraestrutura Verde, Recursos Hídricos e Saneamento	Camila Camolesi Guimarães / Luciana Alves de Oliveira
		Gestão sustentável de resíduos sólidos	Camila Camolesi Guimarães
		Mitigação de riscos e desastres naturais	Camila Camolesi Guimarães / Giuliana Del Nero Velasco
		Conservação, recuperação e uso sustentável dos ecossistemas terrestres e de água doce	"Caroline Almeida Souza Raquel Dias de Aguiar Moraes Amaral"
	SABESP	Projeto Tietê	Wilson Gasino / Aloísio Hildebrand
		Programa Novo Rio Pinheiros	
		Programa Onda Limpa	
	Secretaria de Orçamento e Gestão	Compras Públicas Sustentáveis - CPS	Alexandre Augusto Dias Rodrigues
	Secretaria de Infraestrutura e Meio Ambiente	Programa Refloresta-SP	Helena de Queiroz Carrascosa Von Glehn / Alexandre Gerard"
		PROGRAMA DE GERENCIAMENTO DE RESÍDUOS SÓLIDOS GERADOS PELO GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO R-GOV	Maria Fernanda Romanelli
Pessoas	Fundo Social São Paulo	Escolas de Qualificação Profissional	Ernani Gouvea / Rodrigo Fernando Garcia / Andressa Capriglione
		Praça da Cidadania	Ernani Gouvea / Rodrigo Fernando Garcia / Andressa Capriglione
	Instituto de Pesquisas Tecnológicas	Capacitação e treinamento de educadores e gestores públicos em temas ambientais	Raquel Dias de Aguiar Moraes Amaral / Caroline Almeida Souza
	Secretaria da Educação	Programa de Melhoria da Convivência e Proteção Escolar – CONVIVA SP – Escola Mais Segura	Deise de Gouvea Oliveira
		INOVA Educação	Bruna Waitman Santinho

Pessoas	Secretaria da Saúde	Programa Tuberculose	Sylmara Berger Del Zotto / Maria Cecilia Vieira Santos Ribeiro / Laedi Alves Rodrigues dos Santos"
		Programa de Qualidade da Água de Consumo Humano no Estado de São Paulo - PROÁGUA	Sylmara Berger Del Zotto / Luiz Sergio Ozorio Valentim
		Programa DST/AIDS	Sylmara Berger del Zotto / Maria Clara Giana / Alexandre Gonçalves"
		SISTEMA ESTADUAL DE VIGILÂNCIA EPIDEMIOLÓGICA DE DOENÇAS E AGRAVOS NÃO TRANSMISSÍVEIS	Sylmara Berger Del Zotto / Marco Antonio de Moraes / Mirian Matsura Shirassu"
	Secretaria de Agricultura e Abastecimento	Cestas Verdes – Programa de Aquisição de Alimentos (PAA)	José Erialdo Pinheiro Filho
		Cidadania no Campo - Município Agro	
		Frota Agro	
		FEAP – Subvenção Econômica Para o Desenvolvimento do Agronegócio Paulista	
	Secretaria de Cultura e Economia Criativa	São Paulo Escola de Teatro	Marianna Percinio M. Bomfim / Dennis Alexandre Rodrigues de Oliveira
		ESCOLA DE MÚSICA DO ESTADO DE SÃO PAULO – EMESP TOM JOBIM	
		Fábricas de Cultura	
		Projeto Guri	
	Secretaria de Desenvolvimento Social	Prospera Jovem	Augusto Fernandes Guimarães
	Secretaria da Segurança Pública	Aplicativo SOS Mulher	Cap PM Nelson Cesar Rosa Vieira
	Secretaria dos Direitos da Pessoa com Deficiência	Projeto Atendimento Surdocegueira	Gabriel de Lima Salles Oliveira
		Meu Emprego - Trabalho Inclusivo	
		TIME São Paulo Paralímpico	
		Base de Dados dos Direitos da Pessoa com Deficiência	
		Caravana da Inclusão	
		Programa de Geração e Disseminação de Conhecimento - Curso de libras	
		Museu da Inclusão	
	Secretaria de Esportes	Todas in-Rede	
		Programa Arena Esportiva	Denni Sanches
		Centro de Formação Esportiva	Marco Aurélio Pegolo dos Santos
		Programa VIDATIVA	João Batista

Paz	Secretaria da Administração Penitenciária	Programa de Capacitação, Aperfeiçoamento e Empregabilidade - PCAE	Paula Maria G. Pudles de Oliveira
		Programa Alternativas Penais e Inclusão Social - CEAPIS	
		Ação de Implementação do Cultivo de Hortaliças	
		Programa de Atenção ao Egresso e Família - CAEF	
		Projeto Conexão Familiar	
	Secretaria da Justiça e Cidadania	Programa Estadual de Proteção a Vítimas e Testemunhas - PROVITA/SP	Marco Alexandre Davanzo
		Programa de Proteção a Crianças e Adolescentes Ameaçados de Morte - PPCAAM	Thais Lima Vieira
		Centro de Integração da Cidadania - CIC	Tatiana Rached Campos
		Centro de Referência e Apoio à Vítima (CRAVI)	Bruno Cervilieri Fedri
	Secretaria da Segurança Pública	A Escola Contra o Abuso Sexual Infantil - Guia de orientação aos profissionais de ensino	Ana Claudia Carvalho Vigliar
		Programa Bem Me Quer	Daniele Muñoz Gianvecchio
		Projeto INTEGRAR – Especialização de Policiais Civis no atendimento das vítimas de violência doméstica e crimes sexuais	Jamila Jorge Ferrari
		DETECTA	Marcelo Fumio Tamashiro
		Programa educacional de resistência às drogas e à violência - PROERD	Ligia Alves dos Santos Silva
	Secretaria dos Direitos da Pessoa com Deficiência	Centro de Apoio Técnico à Delegacia da Pessoa com Deficiência	Gabriel de Lima Salles Oliveira
Parcerias	Fundação SEADE	Informações espaciais, demográficas, socioeconômicas e da ação governamental	Elaine Garcia Minuci / Paula Montagner / Silvia Anette Kneip
	Secretaria da Fazenda e Planejamento	Programa de formação em Objetivos de Desenvolvimento Sustentável para Gestores Públicos estaduais	Cassiana Montesião de Sousa
		Projeto de Modernização da Gestão Fiscal no Estado de São Paulo (Profisco II)	Eduarda Lazari Maia
	Secretaria de Desenvolvimento Regional	Parcerias Municipais	Renan Bastianon



GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO



[**f**](#) [**t**](#) [**fr**](#) [**in**](#) /governosp

www.sp.gov.br